

Pontifícia Universidade Católica de Goiás



**PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL – PDI**

2017-2027

**PUC
GOIÁS**

Aprovado pela Resolução Nº 001/2016 - COU, de 07 de dezembro de 2016

– Janeiro de 2017 –

Membros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Prof. Wolmir Therezio Amado Presidente
Prof. Olga Izilda Ronchi Vice-Reitora
Prof. Daniel Rodrigues Barbosa PROAD
Prof. Eduardo Rodrigues da Silva PROCOM
Prof. Helenisa Maria Gomes de O. Neto PRODIN
Prof. José Antônio Lobo PROSAÚDE
Prof. Lorenzo Lago CG
Prof. Márcia de Alencar Santana PROEX
Prof. Milca Severino Pereira PROPE
Prof. Sônia Margarida Gomes Sousa PROGRAD
Prof. Fábio Manoel Sá Simões EENG
Prof. Irineu Gomes EGN
Prof. Marcelo Granato de Araújo EARQ
Prof. Maria Nivia Taveira Rocha EDRI
Prof. Mirian Sandra Rosa Gusmão ECEC
Prof. Renato Alves Sandoval ECISS
Prof. Romilson Martins Siqueira EFPH
Prof. Sabrina Moreira de Moraes Oliveira ECOM
Prof. Wilson de Melo Cruvinel EMFB
Prof. Cláudio Carlos da Silva ECAB
Prof. Janaína Cristina de Jesus EFPH
Prof. Isaias Moreira Ferraz Júnior EFPH
Prof. Ivan Vieira Neto EFPH
Prof. Divino José Pinto EFPH
Prof. Amarildo Fernandes Pessoa EFPH
Prof. Ângela Dantas da F. dos Santos EFPH
Prof. Luiz Gonzaga Lobo EFPH
Prof. Neire Divina Mendonça EDRI
Prof. Danillo Alarcon EDRI
Prof. Roberto Cintra Campos EARQ
Prof. Genilda da S. Alexandria Sousa EARQ
Prof. Jolson da Fonseca Gonzaga EGN
Prof. Alexandre de Carvalho Paranaíba EGN
Prof. Gesmar José Vieira EGN
Prof. Raul Francé Monteiro EGN
Prof. Carmen Cecília Centeno ECEC
Prof. Joriver Rodrigues Canedo ECEC
Prof. Clarimar José Coelho ECEC
Prof. Anderson da Costa Silva ECEC
Prof. Duelci Aparecido de Freitas Vaz ECEC
Prof. Danni Pereira Barbosa ECEC
Prof. Epaminondas Luiz Ferreira Júnior EENG
Prof. Osmar Mendes Ferreira EENG
Prof. Vitor Hugo Martins Resende EENG
Prof. Maria Ximena Vasquez Fernandes Lima EENG
Prof. Felipe de Sousa Nobre EENG
Prof. Fernanda Dias Silva EENG
Prof. Juliany Gonçalves Guimarães de Aguiar ECISS
Prof. Lilian de Moura Borges Cintra ECISS
Prof. Carmen Regina Paro ECISS
Prof. Vanusa Claudete A. Usier Leite ECISS
Prof. Larissa Mariana V. de Oliveira ECISS
Prof. Daniela Canuto Fernandes Almeida ECISS
Prof. Cristiane Souza Gomes da Fonseca ECISS
Prof. Marcelo Ferreira Costa ECAB
Prof. Helder Lúcio Rodrigues Silva ECAB
Prof. Marlos Castanheira ECAB
Prof. Paulo Luiz Carvalho Franscescantônio EMFB
Prof. Karlla Greick Batista Dias Penna EMFB
Prof. Vinícius Barreto da Silva EMFB
Prof. Adriana Rodrigues Ferreira ECOM
Prof. Antônio Carlos Borges Cunha ECOM
Prof. Cristiane Loriza Dantas IGPA
Prof. Adenícia Custódia S. Souza MAS
Prof. Antônio Pasqualetto MDPT
Prof. Aparecido Divino da Cruz MGENE
Prof. Clóvis Ecco PPGCR
Prof. Cristiano Coelho PSSP
Prof. Eduardo Gusmão de Quadros MHIST
Prof. Maísa Miralva da Silva MSS

Profa. Maria de Fátima G. Lima MLET
Prof. Nelson Jorge da Silva Júnior MCAS
Profa. Raquel Aparecida M. Marra PPGE
Prof. Ricardo Luiz Machado MEPROS
Profa. Luciana Alves Antônio Machado CAP
Prof. Brasilino José Ferreira Neto CPGLS
Profa. Daline Beatriz Meister SG
Prof. Darlan Tavares Feitosa CPGSS
Profa. Ivana Martelli CPAC
Profa. Leônidas Albano da Silva Júnior CDEX
Mons. Luiz Gonzaga Lobo SGC
Profa. Priscila Valverde de O. Vitorino PROPE/CP
Valterci Vieira CAE

Membros do Conselho Universitário

Prof. Wolmir Therezio Amado Presidente
Profa. Olga Izilda Ronchi Vice-Reitora
Prof. Daniel Rodrigues Barbosa PROAD
Prof. Eduardo Rodrigues da Silva PROCOM
Profa. Helenisa Maria Gomes de O. Neto PRODIN
Prof. José Antônio Lobo PROSAÚDE
Prof. Lorenzo Lago CG
Prof. Márcia de Alencar Santana PROEX
Profa. Milca Severino Pereira PROPE
Profa. Sônia Margarida Gomes Sousa PROGRAD
Prof. Fábio Manoel Sá Simões EENG
Prof. Irineu Gomes EGN
Prof. Marcelo Granato de Araújo EARQ
Profa. Maria Nivia Taveira Rocha EDRI
Profa. Mirian Sandra Rosa Gusmão ECEC
Prof. Renato Alves Sandoval ECISS
Prof. Romilson Martins Siqueira EFPH
Profa. Sabrina Moreira de Morais Oliveira ECOM
Prof. Wilson de Melo Cruvinel EMFB
Prof. Cláudio Carlos da Silva ECAB

Representante SGC
Mons. Luiz Gonzaga Lobo SGC

Representante Docente
Prof. Joseleno Vieira dos Santos APUC

Representante Discente
Laércio Rodrigues da Silva Neto DCE

Representante Administrativo
Eliveth Alves da Rocha ASC



**PUC
GOIÁS**

ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA

Presidente

Dom Washington Cruz, CP

Vice-Presidente

Mons. Daniel Lagni

Secretário Geral

Mons. Luiz Gonzaga Lobo

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Grão-Chanceler

Dom Washington Cruz, CP

Reitor

Prof. Wolmir Therezio Amado

Vice-Reitora

Profa. Olga Izilda Ronchi

Pró-Reitora de Graduação

Profa. Sônia Margarida Gomes Sousa

Pró-Reitora de Extensão e Apoio Estudantil

Profa. Márcia de Alencar Santana

Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Profa. Milca Severino Pereira

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Profa. Helenisa Maria Gomes de Oliveira Neto

Pró-Reitor de Administração

Prof. Daniel Rodrigues Barbosa

Pró-Reitor de Comunicação

Prof. Eduardo Rodrigues da Silva

Pró-Reitor de Saúde

Prof. José Antônio Lobo

Chefe de Gabinete

Prof. Lorenzo Lago

**COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO,
REVISÃO, ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO
DO PDI 2017-2027**

Profa. Helenisa Maria Gomes de Oliveira

Prof. Dwain Phillip Santee

Profa. Elódia Teodoro Valadão de Morais

Profa. Gisely Jorge Mesquita

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	8
LISTA DE ABREVIATURAS	8
APRESENTAÇÃO	12
1 PERFIL INSTITUCIONAL	14
1.1 Histórico	14
1.2 A Missão	20
1.3 Postura Estratégica: a Visão de Futuro	20
1.4 Princípios e Valores	22
1.5 Natureza, Objetivos e Metas Institucionais	23
2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	26
2.1 Inserção Regional	26
2.2 Parâmetros Norteadores da Ação Pedagógica Institucional	32
2.3 Organização Didático-Pedagógica Institucional	34
2.4 Políticas de Ensino, Pesquisa e Extensão	39
2.5 Identidade e Desenvolvimento Institucional, Acadêmico e Administrativo	63
2.6 Programas da Pró-Reitoria de Graduação	68
2.7 Programas da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa	76
2.8 Operacionalização da Dimensão Projeto Pedagógico Institucional	79
3 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	80
3.1 Compromisso Socioambiental.....	80
3.2 Operacionalização da Dimensão Responsabilidade Social.....	83
4 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	84
4.1 Editora, Gráfica e Livraria da PUC	85
4.2 A PUC TV	86
4.3 Ouvidoria.....	86
4.4 Operacionalização da Dimensão Comunicação com a Sociedade	86
5 POLÍTICA DE PESSOAL	87
5.1 Docente	88
5.2 O Auxiliar de Administração Escolar e as Normas de Contratação	90
5.3 Operacionalização da Dimensão Política de Pessoal.....	91

6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO.....	92
6.1 Relação Mantenedora/Mantida	92
6.2 Autonomia e Colegialidade.....	92
6.3 Organização Acadêmico-Administrativa da Instituição.....	93
6.4 Internacionalização	93
6.5 Operacionalização da Dimensão Organização e Gestão.....	94
7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS DE APOIO.....	95
7.1 Espaço Físico	95
7.2 A Infraestrutura Física da PUC Goiás	96
7.3 O Sistema de Bibliotecas.....	96
7.4 Gestão das Tecnologias da Informação e Comunicação	98
7.5 Operacionalização da Dimensão Infraestrutura Física e de Recursos de Apoio	99
8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO.....	100
8.1 Operacionalização da Dimensão Planejamento e Avaliação.....	101
9 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES.....	102
9.1 Modalidades de Acesso e Seleção	104
9.2 Estímulo à Permanência e Assistência Estudantil.....	105
9.3 Organização Estudantil.....	106
9.4 Operacionalização da Dimensão Política de Atendimento aos Estudantes.....	106
10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA.....	107
10.1 Fontes de Recursos Financeiros	107
10.2 Instrumento Gerencial: Orçamento Programa	108
10.3 Recursos Orçamentários: Parâmetros de Distribuição	108
10.4 Operacionalização da Dimensão Sustentabilidade Financeira	109
REFERÊNCIAS.....	110

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos de Graduação da PUC Goiás, 2016	66
Quadro 2 - Operacionalização da Dimensão Projeto Pedagógico Institucional	79
Quadro 3 - Operacionalização da Dimensão Responsabilidade Social.....	83
Quadro 4 - Operacionalização da Dimensão Comunicação com a Sociedade..	86
Quadro 5 - Operacionalização da Dimensão Política de Pessoal	91
Quadro 6 - Operacionalização da Dimensão Organização e Gestão.....	94
Quadro 7 - Operacionalização da Dimensão Infraestrutura Física e de Recursos de Apoio	99
Quadro 8 - Operacionalização da Dimensão Planejamento e Avaliação	101
Quadro 9 - Operacionalização da Dimensão Política de Atendimento aos Estudantes	106
Quadro 10 - Operacionalização da Dimensão Sustentabilidade Financeira...	109

LISTA DE ABREVIATURAS

AACC.....	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais
ABESC	Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas
ABRUC	Associação Brasileira das Universidades Comunitárias
AC.....	Atividades Complementares
AED.....	Atividades Externas da Disciplina
ANEC.....	Associação Nacional de Educação Católica
APUC.....	Associação dos Professores da Católica
ASC.....	Associação dos Servidores da Católica
CAC.....	Coordenação de Arte e Cultura
CAE	Coordenação de Assuntos Estudantis
CAEME.....	Coordenação de Apoio ao Estágio, Monitoria, Egressos e Empresas Juniores
CAPES.....	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCE	Coordenação de Cursos, Eventos e Projetos Especiais
CCJVP.....	Centro Cultural Jesco Von Putkamer
CDEX	Coordenação de Extensão
CEAD.....	Coordenação de Educação a Distância
CECOM	Centro de Educação de Meninas e Meninos
CEP.....	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAJ.....	Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

CEPEA Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração
 CEU Casa do Estudante Universitário
 CEUA Comissão de Ética na Utilização de Animais
 CEV Clínica Escola Vida
 CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
 CNPq..... Conselho Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 COAP Comitê Assessor de Pesquisa
 COMUT..... Comutação Bibliográfica
 CONEP Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
 COU Conselho Universitário
 CPA Comissão Própria de Avaliação
 CPGLS..... Coordenação de Pós-Graduação Lato Sensu
 CRESA Centro de Referência em Saúde Auditiva
 CRUB Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
 DCN Diretrizes Curriculares Nacionais
 DGP/CNPq..Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq
 EA Educação Ambiental
 EaD..... Educação a Distância
 EAJ..... Escritório de Assistência Jurídica
 ECDF..... Escola de Circo Dom Fernando
 EFE Escola de Iniciação Esportiva
 EFJ Escola de Formação da Juventude
 ENEM Exame Nacional do Ensino Médio
 FAPEG Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás
 FAPs..... Fundações de Amparo à Pesquisa
 FIES Fundo de Financiamento Estudantil
 FINEP..... Financiadora de Estudos e Projetos
 FIUC..... Federação Internacional das Universidades Católicas
 FNDCT Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
 FUNDAPLUB ... Fundação Aplub de Crédito Educativo
 GTs..... Grupos de Trabalho
 HAR..... Hospital Alberto Rassi
 HDT Hospital de Doenças Tropicais
 HMI..... Hospital Materno Infantil
 HUGO..... Hospital de Urgência de Goiânia
 IBGE..... Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IDF..... Instituto Dom Fernando
 IES Instituições de Ensino Superior

IGPA..... Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia
 INEP..... Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio
 Teixeira
 IPEHBC Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central
 ITS Instituto do Trópico Subúmido
 LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
 LIBRAS Língua Brasileira de Sinais
 MBA Master of Business Administration
 MCTI..... Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação
 MEC Ministério da Educação
 NPJ Núcleo de Práticas Jurídicas
 ODUCAL.... Organização dos Dirigentes das Universidades Católicas da
 América Latina e Caribe
 OVG Organização das Voluntárias de Goiás
 PAAI..... Projeto de Autoavaliação Institucional
 PAP Aprender a Pensar
 PCS Plano de Cargos e Salários da Carreira Administrativa
 PDH..... Programa de Direitos Humanos
 PDI Plano de Desenvolvimento Institucional
 PEGP Plano Estratégico de Gestão Participativa
 PFCPGA Programa de Formação Continuada de Professores e Gestores
 Acadêmicos
 PGS..... Programa de Gerontologia Social
 PIB Produto Interno Bruto
 PIBIC..... Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
 PiBiD Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
 PIBITI Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em
 Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
 PPC..... Projetos Pedagógicos de Curso
 PPCs Projetos Pedagógicos dos Cursos
 PPI Projeto Pedagógico Institucional
 Pris..... Programa de Referência em Inclusão Social
 Proa Programa de Orientação Acadêmica
 Proafro Programa de Estudos e Extensão Afro-Brasileiro
 PRODIN Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional
 PROEX..... Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil
 PROGRAD..Pró-Reitoria de Graduação
 PROPE Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

PROUNI Programa Universidade para Todos
PUC..... Pontifícia Universidade Católica
SCM..... Santa Casa de Misericórdia
SEER..... Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
SGC Sociedade Goiana de Cultura
SiBi..... Sistema de Bibliotecas
SICATEL..... Sistema Católico de Telecomunicações
SIGEP Sistema de Gerenciamento de Pesquisa
SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SUS Sistema Único de Saúde
TCC..... Trabalho de Conclusão de Curso
TIC Tecnologias da Informação e Comunicação
UCG Universidade Católica de Goiás
Unati..... Universidade Aberta à Terceira Idade
UNESCO Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e
Cultura
VA Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos
VAD..... Vice-Reitoria para Assuntos Administrativos
VAE Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis
VPG..... Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

APRESENTAÇÃO

O contexto educativo nacional está em constante mudança, trazendo novos desafios e novas possibilidades para as Instituições de Educação Superior. Essa realidade dinâmica do ponto de vista das demandas internas e externas traz a necessidade da atualização e renovação periódica do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da PUC Goiás, preservando os princípios e valores presentes desde a sua criação. Cada atualização é uma oportunidade para que esse documento atenda às novas necessidades por meio de estratégias e objetivos mais abrangentes.

O PDI é um documento de planejamento e gestão que identifica a Instituição no que diz respeito: à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver (BRASIL, 2006a). Deve por isso levar em conta todas as dimensões da Instituição.

Como universidade católica, a PUC Goiás, distingue-se pela fidelidade à doutrina e às determinações da Igreja, essencial à sua identidade institucional, e tem como missão “desenvolver a formação humana integral, associada à produção e socialização do conhecimento e difusão da cultura” (PDI, 2012, p.18). Assim, “a missão da Universidade e de toda educação católica é de formar o ser humano integralmente, segundo os critérios e valores cristãos” (CRUZ, 2009).

A PUC Goiás “[...] também goza das prerrogativas e dos deveres inerentes a uma universidade de direito pontifício. Isso implica, mais fortemente, um aprofundamento da observância dos princípios e diretrizes proclamados pela Igreja” (CRUZ, 2009). Portanto, a missão, a postura estratégica, os princípios e valores, a natureza e os objetivos institucionais, que constam no PDI são estruturantes, e a cada nova elaboração se apresentam como elementos consolidados aos quais todos os processos devem manter-se fiéis.

O novo PDI, da mesma forma que os planos de gestão anteriores, é resultado de uma construção coletiva. Deverá, pois, atingir toda a comunidade, em busca das visões mais avançadas e inovadoras de seus campos de atuação.

A construção coletiva, coordenada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, seguiu um cronograma que teve início em fevereiro de 2016 prevendo: reuniões com os docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes; consulta pública *online* aberta a toda a comunidade; formulação da

versão final do PDI e sua apreciação pelos órgãos colegiados máximos da Instituição: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e Conselho Universitário.

Esse documento final, organizado de acordo com as dimensões avaliativas do Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES), atende tanto às exigências da missão institucional quanto aos desafios da conjuntura regional, nacional e internacional para a educação superior. O PDI 2017-2027 consolida, especialmente, a profunda transformação organizacional realizada nos dois últimos anos com a implantação das Escolas e a revisão do Estatuto. É neste documento prospectivo que as consequências inovadoras das Escolas começam a ser aferidas, pensadas e avaliadas pela comunidade acadêmica em seus fortes desdobramentos na gestão, no ensino, na extensão e na pesquisa.

Este Plano de Desenvolvimento leva em conta as metas do Horizonte 60, em vista do Jubileu de Diamante, e as supera projetando o olhar da comunidade para o coração da sétima década de vida da Instituição. Temos certeza que o esforço coletivo de prospecção e planejamento que realizamos em 2016, e que se materializa no documento aprovado, dará consistência e solidez ao futuro do projeto educativo da PUC Goiás e dos milhares de projetos dele decorrentes. Com fé, coragem e esperança, avencemos para o futuro.

Prof. Wolmir Therezio Amado

Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás

1 PERFIL INSTITUCIONAL

Nessa dimensão são descritos o histórico, a missão institucional, as finalidades, os objetivos, os princípios e valores e os compromissos declarados nos documentos oficiais da Instituição de Ensino Superior (IES) explicitando sua política de oferta de formação, de autonomia, de responsabilidade e participação dos estudantes e sua política de pesquisa, extensão e produção do conhecimento, caracterizando o perfil institucional em relação com a sociedade.

1.1 HISTÓRICO

Investigar o passado, com o intento de resgatar a gênese e o lugar que a PUC Goiás foi ocupando na sociedade, aponta para a necessidade de situá-la na história da Igreja Católica e da expansão da Educação Superior no Brasil.

1.1.1 De Faculdades Isoladas a Universidade de Goiás

Com o advento da República, a Igreja Católica tomou consciência da necessidade de criar, no País, universidades ou faculdades católicas. Antes mesmo de vir à luz o Estatuto das Universidades Brasileiras, a Igreja Católica empenhou-se na criação de instituições de ensino superior, adotando a estratégia de fundar faculdades, preferencialmente de Filosofia, Letras e Ciências Jurídicas. Após 1930, surgiram os Institutos Católicos de Ensino Superior e, no Rio de Janeiro, nasceu a primeira Universidade Católica.

No bojo desse processo, D. Emmanuel Gomes de Oliveira lançou, durante o Primeiro Congresso Eucarístico, realizado em Goiânia, em 1948, o projeto de criação, em Goiás, de uma universidade católica. No mesmo ano, instituiu-se a Sociedade de Educação e Ensino de Goiás, com a responsabilidade de dirigir os estabelecimentos de ensino médio e fundamental da Mitra Diocesana, de instalar e manter a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e fundar a Universidade do Brasil Central. Deu-se então, início à formação do núcleo universitário composto de faculdades ou escolas criadas e mantidas pela Igreja Católica goiana. No final daquela década, as condições históricas surgidas com a iminente inauguração de Brasília e transferência do governo para o Planalto Central criaram a necessidade de formar quadros que viabilizassem o Plano de Metas do governo Federal e o desenvolvimento decorrente.

Em 1957, o primeiro arcebispo de Goiânia, Dom Fernando Gomes dos Santos, consultou os superiores da Companhia de Jesus, em Roma, para con-

fiar aos padres jesuítas a gestão da futura universidade. Com a função de mantenedora da futura universidade, a Arquidiocese de Goiânia constituiu, em 1958, a Sociedade Goiana de Cultura (SGC).

Com a assinatura do Decreto Presidencial nº 47.041, em 17 de outubro de 1959, (BRASIL, 1959) foi criada a então chamada Universidade de Goiás, primeira instituição de educação superior do Centro-Oeste, confirmando e marcando a presença da Igreja Católica na área de ensino e sua contribuição no desenvolvimento da região.

A Universidade de Goiás nasceu, como muitas universidades brasileiras, da incorporação ou do agrupamento de faculdades e escolas isoladas. Seu núcleo básico foi: a Escola de Enfermagem São Vicente de Paula (fundada em 1949); a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1948); a Faculdade de Ciências Econômicas (1951); a Escola Goiana de Belas Artes (1952) e a Faculdade de Serviço Social (1957). Em 1959 foi criada a Faculdade de Direito e, em 1968, a Faculdade de Arquitetura, vinculada à Escola de Artes.

1.1.2 De Universidade de Goiás a Universidade Católica de Goiás (UCG)

Na década de 1960, os desafios da conjuntura político-ideológica de um lado e o aumento da demanda para a Educação Superior do outro, impulsionaram as universidades católicas, em geral e entre elas a Universidade de Goiás, a reorganizar sua estrutura acadêmico-administrativa, para garantir sua autonomia. O período de 1960 a 1971 caracterizou-se pelo empenho em organizar e consolidar, internamente, a estrutura jurídica e patrimonial da Universidade. O crescimento da demanda pela educação superior exigiu a organização institucional dos recursos humanos, financeiros e administrativos e, ao mesmo tempo, a expansão do espaço físico. No processo da Reforma Universitária implantada pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, a Universidade de Goiás, dirigida pelos padres jesuítas, realizou significativas adequações para redimensionar a sua estrutura administrativo-acadêmica, conforme as diretrizes postas em vigência pela legislação. Foi nesse contexto que, por meio do Decreto Presidencial nº 68.917, de 19 de julho de 1971 (BRASIL, 1971), a Universidade de Goiás transformou-se em Universidade Católica de Goiás.

Em 1972, em resposta às exigências da Reforma Universitária, a UCG redefiniu sua estrutura pela centralização da administração acadêmica, patrimonial e financeira com a criação da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (VA) e da Vice-Reitoria para Assuntos Administrativos (VAD). Com a extinção das Faculdades, foram criados os departamentos, coordenados pelo

Centro Técnico-Científico e pelo Centro de Ciências Humanas. Várias outras medidas caracterizam o período: implantação do Primeiro Ciclo de Estudos Gerais, que levou à adoção do vestibular único e classificatório; implementação do regime de créditos e matrícula por disciplina; registro e controle acadêmico centralizado; criação do Conselho de Ensino e Pesquisa e dos Conselhos Departamentais; efetivação do quadro docente; e, finalmente, regulamentação da participação estudantil.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, ocorreu um crescimento considerável de candidatos ao ensino superior. Na UCG, superando a média nacional de 150%, o crescimento foi de 269%. Paralelamente a essa expansão quantitativa, algumas universidades católicas, refletindo o que vinha ocorrendo na sociedade civil, adotaram um projeto acadêmico marcado pela participação democrática em todos os seus segmentos. Em 1978, destaca-se a criação da Associação dos Professores da Católica (APUC) e, no ano seguinte, a criação da Associação dos Servidores da Católica (ASC).

Sintonizada com o projeto político da transição democrática do País e articulada com os setores mais críticos e progressistas da Igreja, a UCG construiu uma nova proposta de universidade, reorientando seu projeto acadêmico a partir de um conjunto de princípios reunidos em um documento intitulado *As grandes linhas e os critérios operacionais da UCG*. Os princípios, fundamentados nos documentos pontifícios do Concílio Vaticano II, das Conferências de Medellín e Puebla e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), serviram como referencial para a definição dos eixos constitutivos da identidade da Universidade.

A divulgação desse documento desencadeou, a partir de 1980, um processo de discussão interna acerca do papel da UCG na sociedade. O desenvolvimento do projeto de universidade, assentado nas diretrizes do documento, contribuiu para a configuração de uma instituição comunitária e participativa. A criação, em 1982, da Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis (VAE) e da Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (VPG) assinalam o processo de configuração mencionado.

As novas vice-reitorias, associadas e articuladas com a VA, compuseram e consolidaram a tríplice dimensão de ensino, pesquisa e extensão, sobre a qual se assenta a universidade brasileira atual. O que a UCG já vinha realizando a respeito dessas dimensões foi institucionalizado e adquiriu mais vigor em sua realização.

A partir dos meados de 1980, a UCG sofreu, assim como outras universidades brasileiras, uma grave crise econômico-financeira em consequência,

sobretudo, das modificações ocorridas no âmbito da aplicação dos recursos destinados às universidades privadas e, particularmente, às universidades comunitárias. O aprofundamento da crise, aliado à correlação de forças presentes na dinâmica institucional, levantou a discussão sobre o seu modelo jurídico. Os impasses institucionais vivenciados pela UCG e pelas demais universidades comunitárias brasileiras expressavam a falência do modelo educacional vigente por força da Reforma Universitária de 1968, com repercussão na mudança do Estatuto da Instituição.

Enquanto instituição educacional profundamente comprometida com o contexto histórico em que se insere, a UCG tem o seu cotidiano marcado pelos acontecimentos conjunturais que ocorrem no âmbito local, nacional e internacional. No início da década de 1990, no seio da comunidade ucegeana, instaura-se às claras um quadro de inquietação, latente há tempo, sobretudo em decorrência de fatores ligados à inadimplência das mensalidades escolares e aos salários corroídos pela crescente onda inflacionária, consequência do modelo econômico adotado pelo País. Esse quadro conjuntural levou a SGC a reformular seu próprio estatuto, estabelecendo que, por sua própria natureza, cabia-lhe indicar as grandes linhas e apontar os rumos para sua Mantida. Esta, atenta e fiel às coordenadas recebidas, precisava fazer seu próprio caminho, pensar-se e realizar-se como projeto sociopedagógico possível, dando forma coerente àqueles fins e no estilo de vida de sua comunidade acadêmica (SOCIEDADE..., 1992).

Sob essa orientação, a Reitoria (gestão 1994-1998) formulou o documento denominado *Projeto Acadêmico da UCG*: processo em construção (UNIVERSIDADE..., 1994), que expressa claramente um modo de ser e de construir a Universidade diante dos desafios a serem enfrentados pelos avanços nas áreas da comunicação, da informática e pelo conjunto de transformações no âmbito da ciência e da tecnologia.

Fundamentado em uma abordagem humanista, o Projeto Acadêmico reafirmava o compromisso social e histórico da UCG com a apropriação e a produção de um saber voltado para os interesses sociais, e o compromisso político na conquista da cidadania.

A implementação do Projeto Acadêmico constituiu um grande desafio para a UCG, ao qual se somaram outros, vinculados às mudanças ocorridas na política educacional brasileira a partir da promulgação da Constituição de 1988, regulamentadas pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 1996), e pelos decretos e portarias que nela se fundamentam.

No início do novo milênio, os desafios para a Educação Superior no Brasil se acirraram, exigindo um olhar atento diante dos novos cenários decorrentes de uma expansão desregulada. Para fazer frente a essas novas demandas e projetar suas potencialidades, a UCG realizou ajustes e atualizações acadêmicas e administrativas, renovando-se constantemente e, ao mesmo tempo, permanecendo fiel a sua natureza e a suas finalidades.

Foi com essa perspectiva que a Gestão da UCG, no período de 2002 a 2006, procurou, permanentemente, atualizar sua estrutura organizacional, reafirmar sua configuração acadêmica, integrando ensino, pesquisa e extensão em seu projeto educativo, e adequar-se às novas exigências do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Para isso, atualizou seu Estatuto (UNIVERSIDADE..., 2004), o Regimento Geral (UNIVERSIDADE..., 2006c), o regulamento da carreira docente e o regulamento da carreira administrativa; normatizou a distribuição de carga-horária docente, regulamentou a pós-graduação *stricto e lato sensu*, aprovou o regimento interno do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração - CEPEA. Além disso, elaborou as políticas de ensino, de pesquisa e de extensão, e redimensionou os processos de avaliação institucional. Nesse período, o Plano Estratégico de Gestão Participativa - 2003-2006, aprovado pela Resolução n. 03/2003 do Conselho Universitário, foi orientando as várias ações.

Também a Reitoria empossada para a Gestão 2006-2010 se pautou pelo *Plano Estratégico de Gestão Participativa 2007/2010* (UNIVERSIDADE..., 2007) que, atualizado, foi apresentado, em uma primeira versão, à comunidade universitária. Discutido pelos diversos segmentos da PUC Goiás, com incorporação das sugestões, o Plano Estratégico de Gestão Participativa (PEGP) 2007/2010 foi aprovado pelo CEPEA – Resolução N. 001/2007 de 26/07/2007 – e, novamente, socializado com todos os segmentos da Instituição.

1.1.3 De UCG a PUC Goiás

No contexto mundial e nacional, a universidade brasileira concentra várias particularidades históricas e, certamente, a criação e o desenvolvimento da UCG insere-se nesse contexto. No entanto, o inventário de sua trajetória cinquentenária demonstra o caminho singular que percorreu no âmbito das universidades de perfil comunitário e o modo de sua construção. A UCG conquista seu reconhecimento regional e nacional na medida em que consolida o fortalecimento das três dimensões que conferem sua excelência acadêmica – ensino, pesquisa e extensão – e integra a graduação com a pós-graduação

para salvaguardar os interesses científicos e pedagógicos indispensáveis na formação profissional.

O reconhecimento pontifício da Universidade Católica de Goiás, anunciado no dia 09 de setembro de 2009, pelo Cardeal Zenon Grocholewski, prefeito da Sagrada Congregação para a Educação Católica do Vaticano, inscreveu a Instituição na história da Igreja Católica, somando aos marcos significativos do Estado de Goiás e sublinhando, com grande relevo, sua trajetória institucional e a experiência vivenciada por sua comunidade acadêmica.

Em 23 de dezembro de 2009, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação do Brasil publicou, no Diário Oficial da União, n. 246, a Portaria nº 1.747, que aditou o ato de credenciamento da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás).

A PUC Goiás, erigida canonicamente de direito pontifício, teve seus estatutos aprovados pela Congregação do Vaticano. O Arcebispo Dom Washington Cruz foi constituído seu Grão-Chanceler e o Prof. Wolmir Therezio Amado nomeado primeiro Reitor da nova PUC, a sétima no Brasil e vigésima quarta no mundo.

Atendendo ao desafio decorrente das dinâmicas educacionais, culturais, sociais e científico-tecnológicas e, de mais de dez anos de estudos e discussões a Resolução nº 11/2013 do CEPEA, aprovou o Regimento Geral das Escolas, que propôs mudanças na estrutura acadêmico-administrativa da Instituição, passando da estrutura departamental para estrutura de Escolas.

O Estatuto da PUC Goiás foi aprovado pela Resolução nº 19/2014 do CEPEA, homologado pela Resolução nº 001/2014 da SGC, e aprovado pela Congregação para Educação Católica em 27 de outubro de 2014.

Ainda em outubro de 2014 a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) do Ministério da Educação, através da Portaria n. 627, qualificou a PUC Goiás como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES), sendo a primeira instituição brasileira a receber essa qualificação.

Em meados de 2014 iniciou a implantação das primeiras escolas e, em junho de 2016, foi implantada a décima e última escola.

Consciente da complexidade de sua história e atenta aos desafios que a esperam, a PUC Goiás busca fortalecer-se como Universidade no cenário regional, nacional e internacional. Por isso, reformula e implementa seu Plano de Desenvolvimento Institucional; articula com responsabilidade e qualidade seus serviços educacionais e mantém, coerentemente, sua identidade de universidade comprometida com a realidade em que se insere.

1.2 A MISSÃO

A Pontifícia Universidade Católica de Goiás, orientada pelos princípios da excelência acadêmica e do compromisso social, fundamentada em sua identidade católica, comunitária e filantrópica, tem por missão desenvolver a formação humana integral, associada à produção e socialização do conhecimento e difusão da cultura universal.

1.3 POSTURA ESTRATÉGICA: A VISÃO DE FUTURO

A maneira como uma instituição se posiciona, diante do ambiente interno e externo, e as opções que escolhe para alcançar seus propósitos, considerando sua missão, visão e contextualização, definem sua postura estratégica “a postura estratégica é estabelecida por uma escolha consciente das alternativas de caminhos para cumprir sua missão” (OLIVEIRA, 2015, p. 140)

Fiel ao seu compromisso com a regionalidade na priorização das ações pedagógicas, a PUC Goiás abre o horizonte e o espaço de sua presença, ampliando as possibilidades de atuação no País e no mundo. Prospectivamente, tem por objetivo construir a excelência nas práticas pedagógicas, melhorando a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. A marca da excelência acadêmica, da criatividade, da atuação comunitária e solidária acompanhará a ação cotidiana da Universidade, que almeja o reconhecimento nacional e internacional.

Na nova condição de Pontifícia a PUC Goiás vive um novo desafio que a projeta no campo internacional como participante ativa de uma rede de qualificadas instituições de direito pontifício, que se distinguem pela excelência acadêmica. Orientada por opções políticas e estratégicas, a PUC Goiás busca responder aos desafios de seus ambientes internos e externos, estabelecendo uma postura estratégica de diferenciação na qualidade de seus serviços, projetos e atividades acadêmico-pedagógicas.

A visão de futuro representa a situação desejável da instituição, que almeja ser reconhecida nacional e internacionalmente por sua excelência nas práticas acadêmicas, de gestão, e de compromisso social, em todas as suas áreas e dimensões de forma sustentável. Essa visão e a coerente postura estratégica tornaram-se fatores fundamentais para a elaboração do planejamento institucional, inovando o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que orientam a elaboração, execução e avaliação de todos os Projetos Pedagógicos, bem como as metas e ações nas unidades acadêmico-administrativas da Universidade.

Inspirada nessas diretrizes, a PUC Goiás faz opções políticas fundamentais, orientadoras nas ações acadêmico-pedagógicas que compõem suas políticas institucionais (macro políticas):

- a) valoriza os saberes científico e técnico, sem prejuízo do reconhecimento de formas alternativas de conhecimento, sem ferir a ética, com respeito à vida e ao diálogo entre ciência e fé;
- b) projeta seu futuro incorporando os interesses maiores da sociedade e visualizando uma universidade renovada e inovadora, participante do desenvolvimento cultural, científico, tecnológico e profissional da região;
- c) promove e orienta, em todas as suas instâncias, processos, práticas institucionais, posturas e comportamentos que favoreçam e estimulem a acolhida, a formação, o desenvolvimento das pessoas e a convivência entre elas, valorizando a autonomia pessoal e intelectual, a capacidade crítica e a responsabilidade social;
- d) promove o exercício da interlocução institucional, a colaboração, a cooperação e a busca do consenso.

Diante dos desafios, impasses e impactos oriundos de mudanças no contexto interno e externo, as opções políticas fundamentais, orientam opções estratégicas de abrangência institucional (macro estratégias):

- a) qualificação socioinstitucional intensiva, progressiva e continuada;
- b) garantia de sustentabilidade e de equilíbrio financeiro, com rigorosa avaliação e ajuste de receita e despesa;
- c) implementação sistemática de processos de avaliação e supervisão;
- d) desenvolvimento e implementação de um sistema integrado e interativo de planejamento, orçamento e avaliação das atividades institucionais;
- e) fortalecimento da cultura organizacional, visando à adesão consciente e o comprometimento com a Instituição;
- f) melhoria e consolidação da qualidade dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão;
- g) consolidação da extensão e da ação comunitária decorrentes do compromisso social da universidade, viabilizando o acesso e a socialização do saber produzido;
- h) internacionalização da PUC Goiás, estabelecendo maior vínculo com governos e com universidades, especialmente, as católicas do mundo;

- i) ampliação das possibilidades de financiamento da pesquisa e da extensão, viabilizando o acesso às agências de fomento, articulando iniciativas conjuntas com empresas, integrando-se às políticas governamentais de inovação tecnológica, desenvolvendo projetos de pesquisa em âmbito internacional;
- j) consolidação da presença da Universidade no campo da educação, da saúde, da comunicação social, das telecomunicações, da educação digital e das tecnologias.

1.4 PRINCÍPIOS E VALORES

A PUC Goiás caracteriza-se como uma instituição:

[...] compromissada com a produção de um saber socialmente construído e historicamente preservado nos diversos níveis dos saberes: humano, científico e tecnológico, voltados ao atendimento dos interesses da maioria da população, buscando, na valorização do estudo teórico-prático, contribuir para a construção da cidadania sociopolítico-econômica (UNIVERSIDADE..., 1994, p. 16).

Situada no Centro-Oeste brasileiro é dotada de “uma consciência cultural que desvela suas raízes mais profundas, sendo herdeira de um saber histórico e criadora de novos conhecimentos em defesa da vida e do meio ambiente” (UNIVERSIDADE..., 2003, p. 34). A edificação do seu processo de endoculturação está orientada por valores estruturantes que, desde sua fundação, permeiam a prática acadêmico-administrativa institucional. Esses valores são:

- **ÉTICA:** construção do saber na articulação rigorosa entre o *ethos* científico e os valores morais que orientam a conduta pessoal e profissional.
- **VERDADE:** resultado do processo de construção dos saberes, com respeito à liberdade acadêmica de investigação e compromisso com a solução dos problemas regionais, nacionais e internacionais.
- **QUALIDADE:** busca de padrões de excelência em todas as dimensões da ação pedagógica.
- **JUSTIÇA:** exigência de que a produção dos saberes, das ciências e das tecnologias sirva ao desenvolvimento humano, da sociedade e do meio ambiente.

- **PLURALIDADE:** construção de saberes que dialogam entre si, no confronto das diversas concepções de ciência e culturas, no respeito às diferenças.
- **AUTONOMIA:** favorecimento de práticas educativas que, com competência e responsabilidade, incentivem a liberdade e a criatividade.
- **PARTICIPAÇÃO:** enfrentamento da ação educativa como relação dialógica que se desenvolve entre sujeitos ativos no processo de aprendizagem, incentivando o trabalho em equipe e a interdisciplinaridade.
- **COMUNICAÇÃO:** potencialização tanto da relação professor-estudante, por meio do domínio dos processos comunicacionais e da cultura digital quanto da interação com a sociedade, socializando o conhecimento produzido.
- **TRANSPARÊNCIA:** submissão das dimensões acadêmicas e administrativas ao processo de conhecimento, supervisão e avaliação.
- **REGIONALIDADE:** prioridade, no processo de pesquisa e nas práticas extensionistas, do ensino-aprendizagem, do conhecimento e da inserção nas questões regionais.
- **INTERNACIONALIZAÇÃO:** implementação da mobilidade estudantil e docente, pela integração da investigação local às pesquisas internacionais e pelo desenvolvimento de ações comunitárias, ambientais e sociais em sintonia com os esforços mundiais para o enfrentamento dos grandes desafios planetários.
- **CATOLICIDADE:** desenvolvimento do diálogo entre razão e fé, no processo de ensino-aprendizagem, sem discriminação de pessoas, exigindo respeito e acatamento das orientações que têm origem na identidade católica da instituição, na comunhão com a Igreja local e com a Santa Sé.

1.5 NATUREZA, OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS

A PUC Goiás define sua natureza, seus objetivos e suas metas estatutariamente, na condição de instituição de educação superior católica, comunitária e filantrópica, vinculada ao conjunto das universidades católicas que atuam no País, em consonância com as diretrizes emanadas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB (CONFERÊNCIA..., 2002). De acordo com o art. 3º do seu Estatuto (2015):

A PUC Goiás, como universidade católica, deve distinguir-se pela fidelidade à doutrina e às determinações da Igreja, pela excelência de sua or-

ganização e pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como pela primazia na qualificação humana e funcional, acadêmica e religiosa de sua direção, dos professores e técnicos-administrativos, em conformidade com o art. 19 das Diretrizes e Normas para as Universidades Católicas emanadas da CNBB.

No art. 9º, incisos I a X do mesmo Estatuto encontram-se explicitados as finalidades da instituição:

I - promover o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para a defesa da dignidade humana, com o respeito à herança cultural e para o desenvolvimento das ciências, das tecnologias, das artes, das culturas e das religiões;

II - estimular e promover as pesquisas científica, tecnológica, filosófica, teológica e artística, visando à produção e à difusão da ciência e da cultura, fomentando o diálogo entre as ciências, as filosofias, as artes e a fé, na investigação da verdade e na reflexão dos problemas sociais e humanos, com especial atenção às implicações éticas;

III - garantir à comunidade universitária a liberdade de buscar, de forma interdisciplinar, os conhecimentos, salvaguardado o direito ao diálogo e à troca de saberes, à luz das implicações éticas e morais, conforme o n. 18 da Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* (JOÃO PAULO II, 2004);

IV - formar profissionais de nível superior dotados de autonomia, espírito crítico e criatividade, abertos ao diálogo, capazes de inserir-se no mundo do trabalho e de contribuir criativamente para o desenvolvimento das diversas áreas do conhecimento e, conseqüentemente, da sociedade de que participam;

V - estimular um processo de formação continuada que auxilie na concretização do saber, na criação cultural, no desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo, integrador de uma estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento;

VI - incentivar a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem patrimônio histórico, cultural e natural, utilizando-se, também, dos meios de comunicação social, com estrutura própria e/ou em regime de participação societária;

VII - estabelecer o diálogo com a sociedade maior em busca de soluções para os problemas nacionais e regionais, a fim de promover a construção de um saber socialmente compartilhado;

VIII - firmar intercâmbio com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, na realização de cursos, no fomento à pesquisa, na prestação de serviços e na gestão administrativa de instituições;

IX - elaborar, implementar, gerenciar programas de assistência social, de desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural nos âmbitos regional, nacional e internacional, integrando o esforço coletivo pelo desenvolvimento social dos povos, pela defesa da vida e do meio ambiente, colocando a ciência e a tecnologia a serviço da construção de uma sociedade justa e solidária;

X - colaborar, de acordo com os princípios institucionais, na efetiva gestão de instituições de saúde (PONTIFÍCIA..., 2015).

2 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

Nessa dimensão do PDI a Instituição declara suas políticas, normas e estímulos para o ensino de graduação e pós-graduação, a pesquisa e a extensão. Estabelece a relação das atividades de ensino com as demandas locais, regionais, nacionais e/ou internacionais, com os Projetos Pedagógicos dos Cursos e suas propostas curriculares, formuladas dentro de padrões de qualidade científica e pedagógica objetivando qualificação profissional e a formação cidadã.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) também estabelece a relação das atividades de pesquisa com a dimensão curricular do ensino de graduação, de pós-graduação e extensão. Discorre ainda da política de produção científica que inclua divulgação, publicação, relações interinstitucionais, convênios, cooperações e intercâmbios nacionais e internacionais e/ou parceria com os movimentos sociais, setores produtivos, agências governamentais e sistemas de ensino.

No que se refere às políticas de extensão do PPI, é descrita a relação das atividades de extensão com as dimensões curriculares do ensino de graduação e pós-graduação, incluindo as políticas gerais de extensão, de acordo com a missão da IES.

A PUC Goiás é uma comunidade acadêmica que, de modo rigoroso e crítico, contribui para a defesa e desenvolvimento da dignidade humana e para a preservação da herança cultural mediante a articulação entre pesquisa, ensino, extensão e os diversos serviços prestados às comunidades locais, nacionais e internacionais, envidando todo esforço acadêmico-científico-tecnológico, a fim de fazer presente na história e na cultura o Evangelho de Jesus Cristo, na forma como é anunciado pela Igreja nos documentos de seu Magistério, na Constituição Apostólica *Ex Cord Ecclesiae* e, especialmente, nos documentos referentes à América Latina e ao Brasil, como os de Medellín, Puebla, Santo Domingo, Aparecida, nos documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, bem como no Plano de Pastoral da Arquidiocese de Goiânia, participando do processo de transformação da sociedade, cultivando e desenvolvendo o saber humano herdado como processo pedagógico-social de serviço à verdade e de compromisso com a comunidade.

2.1 INSERÇÃO REGIONAL

A PUC Goiás, primeira Universidade do Centro-Oeste brasileiro, localiza-se em Goiás, sétimo estado do País em extensão territorial, ocupando uma

área de 340.111,780 km², com uma população estimada, em 01 de julho de 2016, de 6.695.855 habitantes (IBGE, 2016).

A história e a evolução do Estado de Goiás têm como ponto de partida o final do século XVII e o início do século XVIII, com o Ciclo do Ouro. Desse período, até a década de 1940, houve o registro de um crescimento moderado. A partir dessa época, três fatores contribuíram para acelerar o seu crescimento: a construção de Goiânia, o desbravamento do Mato Grosso Goiano e a campanha nacional “Marcha para o Oeste”, que culminou com a construção de Brasília, na década de 1950, aumentando, consideravelmente, esse crescimento na década posterior.

O isolamento de Goiás em relação ao resto do território brasileiro somente foi rompido, nos primeiros anos do século XX, em razão das necessidades de expansão da economia cafeeira, além da ampliação das atividades de natureza urbana e industriais dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Com isso, as regiões produtoras de alimentos e de matérias-primas e as consumidoras de manufaturas deveriam ser incorporadas às economias do sudeste do país atendendo tais mercados. Este processo, portanto, insere o território goiano na economia nacional, numa perspectiva capitalista, promovendo a transição de uma realidade onde prevalecia a frente de expansão para frente pioneira a qual detém características de uma economia de mercado (STEVAM; CAMPOS JR, 2012, p. 73).

Apesar da suposta vocação natural do Estado para a agricultura, integrando-se ao grupo dos maiores produtores de soja, sorgo, milho, feijão, cana-de-açúcar e algodão, e para a pecuária, com destaque em rebanho bovino e produção de suínos, equinos, leite e ovos, a partir da década de 1990, o setor industrial ampliou-se, registrando crescimento de atividades relacionadas à fabricação de produtos químicos, farmacêuticos, veículos automotores e produção de etanol, em consequência dos programas de incentivos fiscais estaduais implementados na década precedente.

Ao longo dos últimos anos, os grandes investimentos em curso no Estado de Goiás na infraestrutura física necessária à industrialização, tais como a Ferrovia Norte Sul, o aeroporto de carga de Anápolis, a duplicação de rodovias tanto estaduais como federais e a redução da carga tributária, por meio de incentivos fiscais, contribuíram para o desenvolvimento e crescimento econômico do Estado e para a melhoria de alguns indicadores sociais. Essas medi-

das foram eficientes para mudanças no perfil econômico do Estado, mas não possibilitaram uma distribuição mais equitativa da sua produção, conforme vem atestando a concentração do Produto Interno Bruto (PIB) em apenas dez municípios goianos localizados na metade Sul do Estado.

Além da agropecuária e do setor industrial, o de serviços comparece como o maior gerador de renda e empregos, com destaque para o comércio atacadista, em razão da localização estratégica do Estado no Centro Oeste brasileiro.

Atualmente, tornou-se grande exportador de *commodities* agropecuárias e minerais – 75% das exportações goianas são compostas por produtos ligados à soja, carnes e minérios –, sobressaindo-se pelo rápido processo de industrialização e inserção no comércio nacional e configurando-se como a nona economia do País. Apesar de o PIB do Estado ter crescido ultimamente de forma significativa, em termos *per capita*, não conseguiu atingir a média nacional, “cabendo aqui a observação de que Goiás vem apresentando taxas geométricas de crescimento populacional acima da média nacional tendo como um fator explicativo a migração proveniente de outras Unidades da Federação” (INSTITUTO MAURO, 2015). Não obstante esse crescimento, Goiás ainda possui parte da população em situação de vulnerabilidade e risco social.

Em relação aos recursos naturais, merece destaque o fato de que sua vegetação, em maior parte, é de Cerrado.

O Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro e da América do Sul, depois da Amazônia, e concentra nada menos que 1/3 da biodiversidade nacional e 5% da flora e da fauna mundiais. A flora do Cerrado é considerada a mais rica savana do mundo e estima-se que entre 4.000 a 7.000 espécies compõem esta região (INSTITUTO MAURO, 2015).

Concernente ao Ensino Superior, em 2015, e de acordo com o Censo da Educação Superior, existia em Goiás 209.670 alunos matriculados, dos quais 105.379 em Goiânia. Do total de alunos do Estado, 149.025 estavam matriculados na rede particular, 16.211 na rede pública estadual, 31.143 na rede pública federal, 1.042 na rede pública municipal e 12.249 na especial. Quanto à cidade de Goiânia, as matrículas no Ensino Superior estavam assim distribuídas: 85.695 na rede particular, dos quais 26.814 na PUC Goiás, 954 na pública estadual e 18.730 na rede pública federal (BRASIL, 2016).

Neste cenário a PUC Goiás responde às demandas do Estado, por meio da integração ensino, pesquisa e extensão, desenvolvendo programas, projetos

e ações a fim de cumprir sua missão e objetivos, com repercussão tanto no âmbito acadêmico como social.

A criação da PUC Goiás foi um fator determinante na construção do tecido social do Centro-Oeste brasileiro de um modo geral e do Estado de Goiás em especial, ao integrar o esforço coletivo em prol do desenvolvimento social e político, da defesa da vida e do meio ambiente, colocando a ciência e a tecnologia a serviço da construção de uma sociedade justa e solidária. Ao longo de sua história, esteve presente em todos os eventos que marcaram a formação e as etapas do desenvolvimento humano e social do Estado, da Região e do País; prestou colaboração relevante na preparação dos quadros dirigentes, na época da mudança da capital do País; lutou pela defesa dos direitos humanos no período da ditadura militar; assumiu os projetos de inclusão social com sua presença nas comunidades marginalizadas e no processo de urbanização; foi pioneira na execução da política de interiorização da Educação Superior no Estado; assumiu a causa indígena e a defesa do bioma Cerrado.

Gradativamente, a Universidade foi consolidando sua inserção regional, com programas, projetos e ações que respondem aos desafios do desenvolvimento social regional e do aprofundamento de sua vocação, enquanto instituição católica, comunitária e filantrópica. A PUC Goiás assume, conjuntamente com seus papéis acadêmico-científicos, importantes causas socioambientais, políticas, econômicas, éticas, estéticas e culturais. O compromisso social da instituição atinge, nesse sentido, o cotidiano da vida social nas mais diversas áreas: direitos humanos, educação, meio-ambiente, relações étnico-raciais, saúde, inclusão social, patrimônio cultural, entre outras.

A presença da PUC Goiás no mundo do trabalho distingue-se pela formação consistente de quase 100 mil diplomados (graduados e pós-graduados) e dos que optaram pela educação continuada, que abrange cursos de extensão e de línguas estrangeiras, inseridos nas mais diversas áreas profissionais. Tem uma relevante inserção regional no que tange à formação de professores.

Em 2010, lançou um novo programa, o Vestibular Social, que disponibiliza bolsa de estudo de 50% do valor da mensalidade para candidatos oriundos de famílias de baixa renda. Os resultados obtidos ao longo dos anos de implementação do Vestibular Social, além de responder a uma demanda pela revitalização dos cursos de Licenciatura, reafirmam o compromisso social da PUC Goiás com a formação de professores para a Educação Básica, com a competência requerida ao exercício da docência na contemporaneidade. Além deste novo programa de bolsas, no intuito de assegurar o ingresso e a permanência dos alunos e a qualidade de seus cursos de Licenciatura, a PUC Goiás integrou-

-se ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, distribuídos em subprojetos nos cursos de Licenciatura. Para corroborar com esse intento, construiu modernas instalações para abrigar a Escola de Formação de Professores e Humanidades, integrando num mesmo espaço a maioria dos cursos de licenciatura e quatro dos programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Na prestação de serviços à comunidade na área da saúde, destacam-se o Laboratório Clínico, o Centro de Referência em Saúde Auditiva (CRESA) e a Clínica Escola Vida (CEV), todos credenciados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atuando, respectivamente, na realização de exames laboratoriais, na prevenção, no diagnóstico e na reabilitação de portadores de deficiência auditiva e, no diagnóstico, orientação e reabilitação de pessoas de baixa renda, de todas as faixas etárias, com problemas psicológicos, psicoterápicos e nutricionais.

Salienta-se, além disso, a presença da PUC Goiás, por meio do curso de Medicina, com atuação no Distrito Sanitário da Região Noroeste de Goiânia, em serviços assistenciais e de Atenção Primária à Saúde, bem como junto ao Hospital de Urgência de Goiânia (HUGO), Hospital de Doenças Tropicais (HDT), Hospital Materno Infantil (HMI), Hospital Alberto Rassi (HAR) e Santa Casa de Misericórdia (SCM), mediante convênios celebrados com o Município, com o Estado, bem como com instituições filantrópicas e particulares.

Entre as ações afirmativas e inclusivas desenvolvidas pela Universidade figuram: o Programa de Estudos e Extensão Afro-Brasileiro (Proafro), criado em 1982; o Programa de Referência em Inclusão Social (Pris) – que reúne os projetos: Aprender a Pensar (PAP), Alfadown e Intervenção e Linguagem – Aquisição e Reabilitação; O Programa de Gerontologia Social (PGS), que possibilita o acesso de idosos à Universidade por meio da Universidade Aberta à Terceira Idade (Unati); e o Programa de Direitos Humanos (PDH), dentre outros.

Com relação à área da infância e juventude são destaques: o Centro de Educação de Meninas e Meninos (CECOM); o Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ), com atendimento de crianças e adolescentes em situações de abuso e exploração sexual; a Escola de Circo Dom Fernando (ECDF); a Escola de Iniciação Esportiva (EFE); a Escola de Formação da Juventude (EFJ); e os Cursos de Extensão de formação profissional.

A PUC Goiás, na área de Arte e Cultura, mantém núcleos de formação no campo do teatro, música, dança e artes visuais responsáveis pela produção de espetáculos, oficinas, exposições, seminários, simpósios e pesquisas. O trabalho envolve toda a comunidade acadêmica. Sua atuação atinge a comunidade local e regional, alcançando reconhecimento nacional e internacional.

Ainda como contribuições ao desenvolvimento sociocultural do Estado merecem destaque: a Editora PUC Goiás, publica obras acadêmicas e literárias; a PUC TV Goiás, emissora de canal aberto que atinge 28 municípios do Estado e conta com 26 programas próprios, prestando-se à divulgação do conhecimento, notadamente relacionado à pesquisa no campo acadêmico, à comunicação das atividades da Instituição, bem como campo de ensino e estágio para os cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda; o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), comprometido com o reconhecimento e a valorização do patrimônio histórico, cultural, arqueológico, etnográfico e ambiental, em 2010 acumulou seu segundo prêmio procedente da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o selo de Memória da América Latina e Caribe; o Centro Cultural Jesco Von Putkamer (CCJVP), integrado ao IGPA, abriga grande acervo relativo a povos indígenas; o Instituto do Trópico Subúmido (ITS), reúne programas e projetos com estações de ciência, parques, reservas ecológicas e de preservação ambiental em zonas urbanas e rurais; Memorial do Cerrado, complexo científico ligado ao ITS, retrata ambientes como a aldeia indígena Timbira, comunidade quilombola, museu de história natural e vila cenográfica Santa Luzia; o Museu PUC Goiás, resgata a história da Instituição desde a sua criação até os dias atuais; o Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC), pesquisa as raízes e acontecimentos que moldaram a realidade presente, constituindo-se em um projeto de serviços na gestão do patrimônio cultural do Brasil Central; Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ), por meio do Escritório de Assistência Jurídica (EAJ) atende a comunidade carente de Goiânia e Aparecida de Goiânia, nas áreas Cível, Penal, Trabalhista e Previdenciária; abriga o Terceiro Centro de Solução de Conflitos e Cidadania e mantém convênios com diversas instituições públicas.

A inserção da Universidade em Goiás e no País ocorre, ainda, por meio da Pós-graduação, com cursos *lato* e *stricto sensu*, que recebem estudantes em busca de qualificação acadêmica e profissional e, também, de verticalização dos conhecimentos na área da docência. Evidencia-se, além disso, que a Internacionalização da PUC Goiás está em plena expansão. Nos últimos 10 anos, a instituição recebeu inúmeras comitivas de universidades estrangeiras, firmou convênios de cooperação mútua e de mobilidade docente e discente, ampliou a participação de alunos de outros países em seus cursos de graduação e de línguas e as possibilidades de seus acadêmicos cursarem parte de suas graduações em outros países, bem como aprimoraram seus conhecimentos em línguas estrangeiras, por meio da participação em programas de intercâmbio

de curta duração. São mais de 20 instituições parceiras, nos continentes americano, europeu, africano e asiático.

Quanto à política de pesquisa, a Universidade investe na potencialização de seus grupos de pesquisa, em especial nas áreas de relevância social, econômica, geopolítica, tecnológica, ambiental e de desenvolvimento humano. São contribuições significativas para a região Centro-Oeste e o Estado de Goiás, resultantes dos estudos realizados que chegam com prestação de serviços e apresentam soluções para problemas que afligem a sociedade.

2.2 PARÂMETROS NORTEADORES DA AÇÃO PEDAGÓGICA INSTITUCIONAL

Toda ação acadêmica da PUC Goiás alicerça-se em dois parâmetros que norteiam sua prática pedagógica cotidiana, expressam de maneira inequívoca a política da instituição, definem as opções e decisões fundamentais da Universidade, orientam os projetos pedagógicos dos cursos e demais programas, projetos e ações, estimulam o caráter inovador e social de suas intervenções e socializam a produção do conhecimento científico e cultural. São eles:

- **Excelência acadêmico-institucional:** é o parâmetro científico-cultural que orienta a ação pedagógica da instituição e expressa a determinação da PUC Goiás em oferecer ensino, pesquisa e extensão de qualidade. Exige, portanto, a busca de maior eficiência e eficácia em todas as dimensões envolvidas no processo acadêmico; nos Projetos Pedagógicos de Curso – PPC; na permanente qualificação do corpo docente e técnico-administrativo; na observância de diretrizes curriculares que respondam às reais demandas do mundo do trabalho; na diversificação das metodologias de ensino, com ênfase nas metodologias ativas; no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC no processo ensino-aprendizagem; na mobilidade estudantil e de docentes; na infraestrutura, que atenda às necessidades de formação dos alunos de modo geral e das pessoas com deficiência de modo especial; na modernização e manutenção dos laboratórios; na permanente manutenção e atualização do acervo bibliográfico; na autoavaliação de professores e alunos, e na sustentabilidade financeira a fim de assegurar o atendimento das demandas acadêmicas.
- **Qualidade social:** é o parâmetro político que orienta a ação acadêmica da instituição no desempenho de seu compromisso social. Enquanto Universidade comunitária, católica e filantrópica, está determinada a realizar o preceito constitucional do direito de todos os cidadãos à

educação, formando-os como pessoas, habilitando-os ao pleno exercício da cidadania e à inserção qualificada no mundo do trabalho. A qualidade social requer que a instituição assuma papel decisivo no desenvolvimento humano e social da região; que abra suas portas aos processos da inclusão, concernente aos aspectos relativos à acessibilidade pedagógica, atitudinal, digital, arquitetônica e comunicativa; que dialogue com os segmentos sociais; que amplie as modalidades de acesso e de permanência dos alunos nos cursos; que mantenha diálogo contínuo com a comunidade; e que atenda às demandas do mundo contemporâneo.

A fim de assegurar a coerência com o PDI e o PPI, a Universidade estabelece as seguintes diretrizes e princípios a serem seguidos na elaboração dos PPC:

- rigorosa definição dos conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e valores fundamentais à formação profissional que atenda às exigências do mundo do trabalho;
- adoção de uma concepção de educação em que professores e alunos construam o conhecimento a partir da práxis;
- formação humanística comprometida com a construção da cidadania, com os princípios éticos, a solidariedade e a emancipação humana;
- utilização de metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento;
- desenvolvimento da atividade de ensino integrada à pesquisa e à extensão;
- comprometimento com o desenvolvimento científico e o avanço tecnológico associado ao bem-estar, à qualidade de vida e ao respeito aos direitos humanos;
- implementação nos cursos de estrutura curricular que contemple: a flexibilidade, a articulação da teoria com a prática, a acessibilidade pedagógica e a interdisciplinaridade, possibilitando ao acadêmico o desenvolvimento de uma postura crítica diante dos múltiplos desafios apresentados pela sociedade contemporânea;
- docência exercida com competência e responsabilidade, sujeita a processos de avaliação;
- incorporação às práticas pedagógicas de inovações metodológicas e tecnológicas;
- gestão acadêmico-pedagógica participativa e integradora com vistas a

- favorecer o trabalho em equipe e a interdisciplinaridade;
- utilização, na qualificação dos cursos, dos resultados da avaliação externa e da autoavaliação como subsídios para reorientação das práticas acadêmicas e de gestão;
 - fortalecimento da inserção regional sem perda do horizonte universal.

2.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA INSTITUCIONAL

Toda a organização didático-pedagógica institucional, conforme explicitado anteriormente, fundamenta-se nos parâmetros da excelência acadêmico-institucional e na qualidade social e, também, nos instrumentos legais e normativos que regulamentam as IES vinculadas ao Sistema Federal de Ensino da Educação Superior, assim como nas normas e diretrizes institucionais, mediante a indissociabilidade ensino-pesquisa e extensão.

Na PUC Goiás, o ensino prioriza o desenvolvimento integral, a formação cidadã e a qualificação para o trabalho. Nessa perspectiva, a Instituição busca assegurar aos seus alunos formação humanística, política, científica, ética, estética, cultural, técnica e tecnológica. Como dimensão constitutiva do processo educativo, o ensino estabelece estreita relação com a investigação (pesquisa) e a intervenção nos processos sociais (extensão).

A competência científica do aluno é uma construção que se dá mediante o convívio com os fundamentos (*episteme*) de sua área de saber, com a compreensão da evolução histórica da ciência e domínio dos métodos e linguagens que lhe são próprios.

O diálogo com a realidade, inerente à prática educativa e à produção científica, torna-se indispensável à compreensão de sua natureza, visto que o exercício profissional se dá em tempo e local determinados e, portanto, compromete-se com um projeto de sociedade e de ser humano.

Um ensino desenvolvido nestas bases implica o domínio do pensamento científico na compreensão dos métodos e processos de produção das ciências, a inserção da pesquisa no ensino e da extensão como campo de socialização do saber.

O que a Universidade propõe é a formação de sujeitos críticos e reflexivos, capazes de problematizar, pesquisar, confrontar situações problemas, fazer análises, ou seja, uma formação que assegure o desenvolvimento da capacidade de “aprender a pensar” e de “aprender a aprender”, fomentando a sua autonomia intelectual. Assim, a pesquisa é componente essencial da formação discente e elemento distintivo da prática docente em nível de graduação e de

pós-graduação, e importante instrumento propulsor de novos projetos e saberes agregadores de novas tecnologias, com rigor científico, confiabilidade teórico-metodológica, inovação e relevância social.

Considerando essas perspectivas, a extensão é entendida como expressão das aprendizagens a partir da apreensão da realidade econômica, política, cultural e social e constitui construção permanente do conhecimento com o propósito de elaborar novas metodologias para o enfrentamento das questões sociais. É nesse sentido que a extensão se articula ao ensino e à pesquisa.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e o eixo curricular buscam atender as novas configurações do espaço profissional e as mediações necessárias para a atuação profissional. Objetivam em consonância com as exigências da realidade social, com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos e as políticas acadêmicas da PUC Goiás desenvolver uma formação inscrita na totalidade das relações sociais.

As mudanças e tendências presentes no mundo apontam para a necessidade de definição de uma nova lógica curricular a partir de uma leitura crítica e criativa da realidade social. Daí é impossível pensar o currículo circunscrito aos muros da universidade. Torna-se imperativo explicitar o significado social, político e cultural da profissão, em face das novas configurações da realidade demarcando seu campo de atuação e revendo as demandas emergentes. A conjuntura exige, ainda, maior atenção dos profissionais para as questões do cotidiano. Nesse sentido, as redefinições das diretrizes curriculares gerais, do eixo epistemológico do currículo, contribuem para a superação da defasagem existente entre as grandes matrizes teórico-metodológicas e o cotidiano da prática profissional, bem como da fragmentação do processo ensino-aprendizagem.

A proposta curricular dos cursos de graduação, ao ser construída, deve considerar as DCN de cada curso estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, a legislação relativa ao Ensino Superior, as exigências do mundo do trabalho e a identidade da PUC Goiás, como instituição católica, expressa no PPI.

São elementos constitutivos da proposta curricular do Projeto Pedagógico dos Cursos na PUC Goiás:

- objetivos – devem ser coerentes com o perfil do egresso, a estrutura curricular e as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental;
- perfil do egresso – exprime a formação almejada e as competências e habilidades gerais e específicas requeridas à atuação profissional competente e apta a dar respostas aos desafios inerentes à realidade atual;

- estrutura curricular – deve contemplar os aspectos relativos à flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica, atitudinal, digital, arquitetônica e de comunicação interpessoal e virtual, articulação da teoria com a prática;
- conteúdos curriculares – devem explicitar de que maneira os conteúdos estão estruturados, se em eixos ou núcleos, o que é contemplado em cada eixo/núcleo, de que forma asseguram o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando os aspectos: atualização, acessibilidade pedagógica, adequação da bibliografia – básica e complementar –, abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação em direitos humanos, das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, de educação ambiental, bem como de Libras;
- metodologia – deve contemplar, a partir de uma perspectiva dialética, o diálogo do aluno com o conhecimento, enquanto sujeito ativo no processo ensino-aprendizagem, visando a sua autonomia intelectual, ou seja, o desenvolvimento da sua capacidade de “aprender a aprender”, numa postura reflexiva, crítica e criativa; deve evidenciar a coerência das ações pedagógicas; e, também, contemplar aspectos referentes à acessibilidade pedagógica e atitudinal. Acentua-se a utilização crescente das metodologias ativas, levando o estudante à reflexão sobre a realidade em que vive e seu papel no aprimoramento do mundo.
- relação teoria-prática – constituindo-se dimensões indissociáveis no ato de conhecer, a relação teoria prática deve estar presente no processo de ensino-aprendizagem de todos os componentes curriculares. A aquisição e o desenvolvimento de competência teórico-científica do aluno de graduação têm como requisito o conhecimento das teorias que fundamentam um saber científico, técnico, filosófico ou artístico no qual se inclui a compreensão articulada do desenvolvimento histórico desses saberes e dos métodos lógico-investigativos e o domínio das linguagens que lhes são próprios. Por sua vez, exige o conhecimento da realidade e a sua transformação, já que a formação do sujeito e o exercício profissional se dão em um tempo e local determinado e, portanto, comprometidos com as exigências postas tanto por um projeto humanizante de sociedade e de ser humano como pelo campo profissional.
- incorporação das Tecnologias de Informação (TIC) no processo ensi-

no aprendizagem – mediante atividades que possibilitem o acesso às diferentes mídias e tecnologias – ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais, blogs, chats, teleconferências videoconferências, TV, rádio, software, conteúdos disponibilizados em suportes eletrônicos, em livros –, implementando uma cultura articulada ao uso das tecnologias;

- Atividades Complementares (AC) – configura-se em um componente curricular obrigatório que favorece a flexibilização curricular, consistindo em conhecimentos adquiridos pelos alunos em estudos e práticas independentes, opcionais, caracterizando-se como estudos interdisciplinares e transversais, de ampliação e atualização, integrados à realidade local e regional nas dimensões educacionais e socio-culturais. Compreendem experiências de aprendizagem para além da sala de aula e da instituição;
- Estágio Curricular Supervisionado – é um componente curricular do processo de formação acadêmica, constituído e constituinte das dimensões do ensino, pesquisa e extensão. É desenvolvido em campos de atuação profissional com vistas à construção e socialização do conhecimento, enquanto processo social, coletivo e histórico. Espaço político-pedagógico privilegiado de construção da práxis possibilita a inserção do estudante no mundo laboral e na prática social, como processo de participação/intervenção nas relações entre a universidade e demais segmentos sociais;
- Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – seguindo as DCN de cada curso, é um componente curricular a ser desenvolvido sob orientação de um docente, com base em temática de interesse do aluno, conforme linhas de pesquisa definidas pelo curso, constituindo-se em processo de investigação e síntese de estudos realizados durante o curso;
- Atividades Externas da Disciplina (AED) – regulamentadas institucionalmente pela Resolução nº 004/2011, CEPEA e desenvolvidas mediante a incorporação na prática pedagógica de outros espaços para além da sala de aula, tais como laboratórios, biblioteca, instituições e empresas/futuros campos de trabalho, ambiente digital, eventos científicos, dentre outros, têm como objetivo a realização de atividades interdisciplinares com vistas à qualificação do processo ensino-aprendizagem e integram os Planos de Ensino das disciplinas;
- Avaliação discente – processual e contínua – considera o aprendizado

como resultado da construção do conhecimento e de um comportamento social e ético, mediado pela articulação dos aspectos teórico-práticos quando da internalização de conhecimentos específicos, do desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes com vistas à formação profissional de qualidade. Segue as normas estabelecidas no Regimento Geral, e é desenvolvida por meio de exercícios, trabalhos práticos, projetos, relatórios, painéis, seminários, pesquisas bibliográficas e de campo, estudos de caso, entrevistas, provas e outras atividades correlatas, de modo a garantir a avaliação do processo ensino aprendizagem.

Com vistas a assegurar o acesso e a permanência dos alunos, com sucesso, no curso, no Projeto Pedagógico do Curso devem ser discriminados todos os programas, projetos e ações institucionais de apoio ao discente. No caso de o curso desenvolver algum programa projeto ou ação de sua própria iniciativa, relacioná-lo junto aos demais.

A PUC Goiás tem compromisso com a atualização permanente das propostas curriculares de seus cursos com vistas a assegurar que o egresso tenha um perfil adequado às exigências atuais do mundo do trabalho, mediante ação pedagógica e gestão acadêmico-administrativa articulada e contextualizada.

O regime acadêmico dos cursos de graduação, na sua quase totalidade, está estruturado em sistema de créditos, com matrícula por disciplina. Sendo que a organização didático-pedagógica compreende a possibilidade de ser nos regimes seriado semestral ou modular.

Quanto aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* são organizados por disciplinas e atividades, com áreas de concentração definidas e articuladas em linhas de pesquisa, considerando a natureza e a especificidade de cada curso. A construção do projeto pedagógico considera os critérios e as deliberações emanadas das áreas de avaliação da CAPES. Os cursos de pós-graduação *lato sensu* também são organizados por disciplina.

No tocante à educação continuada, são oferecidos cursos de extensão com temáticas voltadas ao mundo do trabalho e à formação profissional, bem como para a qualidade de vida pessoal e social. Também, cursos regulares de idiomas: Inglês, Francês, Espanhol, Italiano e Alemão e de curta duração: instrumental, Inglês para viagem e Português para Estrangeiros, com o propósito de desenvolver a formação humana integral em línguas estrangeiras, difundir as diversas culturas universais e contribuir para a formação intelectual e social do indivíduo.

2.4 POLÍTICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

2.4.1 Políticas de Ensino

A PUC Goiás desenvolve sua política de ensino nos cursos de graduação sob gestão da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), nos cursos e programas de Pós-Graduação administrados pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPE), e nos cursos e programas de Extensão gerenciados pela Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX). As Pró-Reitorias trabalham em regime colegiado, articulando no ato pedagógico o ensino, a pesquisa e a extensão. Comunicar, produzir e socializar o conhecimento tornam-se momentos integrados na ação pedagógica.

2.4.1.1 *Ensino de graduação*

As necessidades sociais contemporâneas impõem às universidades o cumprimento de seu papel social: a construção e consolidação de um projeto de sociedade. No que diz respeito ao papel institucional desempenhado pela PUC Goiás, destaca-se sua inserção social e compromisso com um projeto de sociedade em que o ensino contribua para que os avanços científicos, tecnológicos e culturais sejam socializados e se tornem, de fato, patrimônios universais de todos os cidadãos. Considerando a dinâmica das realidades local, regional, nacional e mundial, esta postura permite à universidade organizar seu projeto educativo, mobilizando e incentivando a produção científica mediante a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Como dimensão constitutiva do processo educativo, o ensino deve priorizar o desenvolvimento integral e a formação cidadã como princípios fundantes das relações humanas, éticas e sociais. Considerando essa dimensão constitutiva do processo educativo na PUC Goiás, seus cursos de graduação devem propiciar aos estudantes a experiência da vida científica, política e cultural como importantes espaços que engendram autonomia intelectual, que possibilita a efetiva leitura e ação críticas sobre os fundamentos teórico-metodológicos do conhecimento. Isso implica o desenvolvimento de competências e de habilidades para o aprender e reconstruir permanentemente.

Sem perder de vista os aspectos humanísticos da educação, imprescindíveis à consecução de sua natureza católica, o ensino de graduação na PUC Goiás defronta-se com o desafio de compreender o significado social da ciência e da tecnologia para a qualidade de vida dos cidadãos, assim como de

promover a atenção aos valores éticos e religiosos. Nesse sentido, orienta seu trabalho para a dimensão científica e tecnológica que reflete os objetivos sociais e humanos inerentes à construção do saber historicamente sistematizado, contrapondo-se à racionalidade instrumental, rompendo com a visão restrita e histórica de formação tendo como referência a razão crítica.

A PUC Goiás empenha-se em garantir aos estudantes as condições para se levar a termo um projeto de estudo e formação pautados na “primazia da aquisição e do desenvolvimento de hábitos investigatórios sobre a aquisição cumulativa de informações” (UNIVERSIDADE, 1994, p. 16). No plano cognitivo, essa cultura acadêmica possibilita ampliar o projeto formativo para as questões de âmbito prático, moral, estético e comunicativo em relação à produção do conhecimento. O que se propõe é o desenvolvimento de sujeitos críticos e reflexivos capazes de problematizar, pesquisar, confrontar situações problemas, fazer análises, enfim, produzir conhecimentos: “a aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. O ensino universitário precisa, hoje, ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários ao aprender” (LIBÂNIO, 2013, p. 29).

O ensino de graduação pensado nestas bases requer domínio do pensamento científico na compreensão dos métodos e processos de produção das ciências, a inserção da pesquisa no ensino como prática de iniciação científica e da extensão como campo de socialização do saber.

Em face das demandas que orientam a Política de Ensino de Graduação, a PUC Goiás trabalha com categorias centrais que devem nortear toda a cultura acadêmica:

- flexibilidade curricular: entendida como essencial à implantação de projetos diferenciados de ensino, deve garantir a postura crítica perante os desafios apresentados pela sociedade contemporânea. Da mesma forma, deve constituir-se como “elemento indispensável à estruturação curricular, de modo a atender tanto às demandas da sociedade tecnológica moderna, quanto àquelas que se direcionam a uma dimensão criativa e libertária para a existência humana” (FÓRUM, 2004, p. 53).
- Neste sentido, deve propiciar aos alunos o pleno domínio de habilidades e competências relativas à sua área de formação, bem como a aquisição de outros instrumentais que possibilitem a compreensão da realidade. A flexibilização curricular contempla: atividades complementares; disciplinas, tanto optativas quanto eletivas; redução do

- número de pré-requisitos; ênfases e linhas de formação; tempo livre, na matriz curricular, para que o aluno possa realizar estudos de seu interesse, pesquisa e extensão que enriqueçam sua formação acadêmica;
- Interdisciplinaridade – compreendido como uma atitude diante do conhecimento objetiva o estabelecimento de relações de análise e interpretação dos conteúdos de disciplinas que são ofertadas simultaneamente, propiciando a aprendizagem de forma mais abrangente, contextualizada, dinâmica e solidária.
 - A interdisciplinaridade deve, pois, ir além da justaposição de disciplinas, implicando o estabelecimento de ligações de complementaridade, convergências, interconexões, para que o aluno possa compreender o objeto do conhecimento na sua totalidade, sob diferentes perspectivas, de forma mais significativa, ultrapassando o pensar fragmentado.
 - O processo de ensino-aprendizagem pautado na interdisciplinaridade pressupõe negociação, cooperação e trabalho conjunto dos professores e deles com os alunos;
 - Relação teoria-prática – teoria e prática são dimensões indissociáveis no ato de conhecer, devendo estar presentes no processo de ensino-aprendizagem de todos os componentes curriculares. A aquisição e o desenvolvimento de competência teórico-científica do aluno de graduação têm como requisito o conhecimento das teorias que fundamentam um saber científico, técnico, filosófico ou artístico no qual se inclui a compreensão articulada do desenvolvimento histórico desses saberes e dos métodos lógico-investigativos e o domínio das linguagens que lhes são próprios.
 - Por sua vez, exige o conhecimento da realidade e a sua transformação, já que a formação do sujeito e o exercício profissional se dão em tempo e local determinados e, portanto, comprometidos com as exigências postas tanto por um projeto humanizante de sociedade e de ser humano como pelo campo profissional. Esse entendimento rompe com a dicotomia presente na visão positivista de ciência na qual a prática é vista como aplicação da teoria, ao afirmar a indissociabilidade entre teoria e prática, em que o conhecimento se vincula à prática e, ao mesmo tempo, é resultado da apropriação crítica da realidade em sua heterogeneidade e complexidade;
 - Determinantes técnico-científico-sociais: essa categoria pauta-se pelo resgate das bases epistemológicas de cada currículo, a fim de

fortalecer o perfil de profissional que saiba dominar, com competência e ética, os instrumentos técnicos-operativos com os quais cada profissão se expressa em seu processo evolutivo. Os currículos na graduação, bem como todo o processo de ensino-aprendizagem, devem priorizar a competência científica, tendo como ponto de partida os fundamentos das ciências e as áreas do conhecimento e, como instrumento, o diálogo constante com os clássicos de cada área do saber, suas tradições e tendências contemporâneas;

- Currículo e produção de conhecimentos: o ensino de graduação deve ser capaz de possibilitar aos futuros profissionais o domínio de teorias e métodos, de múltiplos códigos e linguagens, bem como formação e qualificação suficientemente adequadas à dinâmica do mundo do trabalho. A ampliação da capacidade de análise crítica do mundo e da compreensão dos condicionantes históricos, políticos, sociais e culturais da realidade possibilita a apreensão dos saberes específicos de cada profissão. Os currículos desenvolvidos e trabalhados na universidade devem constituir-se em espaço da crítica e de produção de novos conhecimentos, intimamente articulados aos vários campos da vida social;
- O ensino na articulação com a pesquisa e a extensão: princípio pedagógico que requer esforço contínuo de compreensão das demandas contemporâneas em seus recortes histórico-políticos e sociais. A partir dessa categoria, o ensino de graduação, mediante práticas de investigação, deve consubstanciar-se em ambiente fecundo para a consecução do conhecimento, fortalecendo a autonomia intelectual do aluno. A ele devem ser propiciadas as condições para o desenvolvimento dos processos epistemológicos de investigação da realidade, utilizando informações de forma seletiva (FÓRUM, 2004). Nestas bases, a Política e Diretrizes do Ensino de Graduação deve manter diálogo constante com as Políticas de Extensão e Pesquisa da PUC Goiás;
- Formação integral: resultado da articulação entre as categorias da flexibilidade curricular, da articulação ensino-pesquisa-extensão e da atitude constante de diálogos interdisciplinares, o que implica:

estimular e promover a pesquisa científica, a tecnológica, a filosófica, a teológica e a artística, visando à produção e à difusão da ciência e da cultura, fomentando o diálogo entre as ciências, as filosofias, as artes

e a fé na investigação da verdade e na reflexão dos problemas sociais e humanos, com especial atenção às implicações éticas (PONTIFÍCIA, 2015, p. 16).

- Essa categoria retoma a capacidade de compreensão do mundo do trabalho e das alternativas sociais e políticas de transformação da sociedade. Pensar o ensino na dimensão de formação integral é pensá-lo de forma interdisciplinar, o que pressupõe considerar um projeto de sociedade autossustentável que não se distancia das questões éticas, ambientais, religiosas, da saúde, da cultura, da economia, dentre outras. O currículo é, então, uma prática de reflexão norteadas por questões problematizadoras: porque, para quem, como, com quais objetivos, para qual momento histórico;
- Formação continuada: o contexto histórico que configura a sociedade contemporânea exige que o ensino nos cursos de graduação seja o ponto de partida para a instituição da cultura de formação continuada. Os currículos do ensino de graduação devem mobilizar o interesse e as demandas pelas diversas áreas do saber de modo a atender à necessária e contínua prática de verticalização dos conhecimentos adquiridos na etapa da formação inicial. Isto requer, acima de tudo, que o projeto acadêmico da universidade esteja sintonizado com as exigências sociais, com a dinâmica na produção do conhecimento e com as mudanças do processo de organização do mundo do trabalho, o que reafirma os vínculos científicos e intelectuais entre a graduação e pós-graduação no âmbito da vida universitária;
- Gestão acadêmica dos cursos: a gestão acadêmica do ensino nos cursos de graduação oferece suporte, acompanha, avalia e cria condições objetivas para a efetivação dos projetos dos cursos. Fundamenta-se na liberdade acadêmica e na autonomia universitária, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional da PUC Goiás que, por sua vez, orienta-se pelas políticas e diretrizes nacionais da educação superior. Dessa maneira, a gestão assume a responsabilidade de propor e apresentar soluções próprias para a graduação.
- Colegialidade como prática de gestão: sustenta-se em um modelo de gestão acadêmica compartilhada, capaz de articular os princípios e objetivos decorrentes de seu compromisso social. Deve ser proativa, promovendo novas ideias e induzindo os gestores acadêmicos, mediante a transformação da ação administrativa. Sua condução na prá-

tica articuladora do processo pedagógico faz-se de forma coletiva e cotidiana, na operacionalização da política curricular dos cursos nas áreas de conhecimento que lhes são próprias.

As Escolas, enquanto unidades acadêmico-administrativas, também constituem instâncias mediadoras do processo de articulação dos cursos com outras instâncias e com o campo profissional no qual os egressos atuarão. Os princípios sobre os quais a colegialidade fundamenta sua prática podem assim ser sintetizados: respeito à autonomia das instâncias institucionais; convivência participativa de todos os segmentos; assunção e cobrança de responsabilidades; relação orgânica entre a direção e as demais instâncias envolvidas no projeto acadêmico.

Tendo como pressupostos as diretrizes e categorias que devem nortear a Política de Ensino de Graduação, a PUC Goiás define os seguintes objetivos para os cursos de graduação:

- Construir, permanentemente, a excelência acadêmica do ensino em articulação com a pesquisa e a extensão;
- estimular a inserção dos docentes e discentes no Projeto Pedagógico do Curso, retroalimentando as práticas e os processos de formação e de ensino aprendizagem;
- fortalecer o diálogo e a cooperação com os diversos setores sociais, a fim de consolidar o ensino de graduação com profunda inserção na história da sociedade goiana, da região Centro-Oeste e do Brasil;
- fortalecer a cultura acadêmica no contexto do processo de internacionalização da PUC Goiás, a fim de qualificar os Projetos Pedagógicos de Cursos e garantir a cooperação mútua e o desenvolvimento institucional, com vistas à promoção de programas de intercâmbios estudantis, de mobilidade de professores e de investigadores, de publicações em conjunto, de organização de seminários, palestras, congressos e de outras atividades em regime de colaboração internacional.
- subsidiar a gestão acadêmica dos cursos de graduação, considerando a liberdade acadêmica e a autonomia universitária;
- garantir aos egressos dos cursos formação que lhes proporcione acompanhar e participar, criticamente, das transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas;
- fortalecer a dimensão prática do ensino, fundamentando-a nos princípios teórico-metodológicos, na perspectiva da formação humana e técnica, comprometida com a transformação social;

- implementar novas opções e formatos de cursos e currículos, alternativas didático-pedagógicas, bem como o incremento de tecnologias no processo educacional, a fim de ressignificar o tempo e o espaço no processo de integralização curricular, tendo em vista qualificar o ensinar e o aprender;
- estimular práticas de gestão proativas, tendo em vista os processos de articulação dos cursos com outras instâncias e com o campo profissional de atuação dos egressos, como estratégia de consolidação dos princípios que devem presidir o ensino na PUC Goiás: excelência e qualidade acadêmica e dos recursos humanos; atualização permanente a partir de decisões coletivas e demandas sociais;
- implementar as condições de acesso e permanência nos cursos de pessoas advindas dos diferentes grupos sociais, incluindo as pessoas com necessidades específicas e com diferentes experiências culturais;
- valorizar a pluralidade das áreas do conhecimento e o convívio com a diversidade intelectual, cultural e étnico-racial;
- incorporar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem por meio de atividades que possibilitem o acesso às diferentes mídias e tecnologias;
- estimular a produção de pesquisa na graduação, fortalecendo a Iniciação Científica;
- promover a atualização, a ampliação e a melhoria da infraestrutura institucional – acervo do Sistema de Bibliotecas, laboratórios de informática, laboratórios didáticos específicos – necessária à qualificação dos cursos;
- implementar o Programa de Formação Continuada de Professores e Gestores Acadêmicos;
- realizar estudos que apontem a viabilidade de criação de novos cursos para o atendimento de demandas regional, nacional e internacional;
- realizar estudos sobre a evasão escolar e possíveis ações para combatê-la.
- utilizar metodologias ativas, objetivando ressignificar o processo ensino-aprendizagem no tocante aos aspectos cognitivos, psicológicos, atitudinais e afetivos;
- revisar periodicamente os Planos de Ensino e os Projetos Pedagógicos de Cursos com vistas a ajustá-los às necessidades sociais, do mundo do trabalho e às exigências legais;
- qualificar permanentemente, os procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem, assegurando-se a coerência com a concepção de curso definida no Projeto Pedagógico de Curso.

2.4.1.2 *Ensino de pós-graduação*

Como parte de um processo colegiado e de integração institucional, aplica-se ao ensino de pós-graduação as mesmas dimensões e categorias centrais constitutivas do ensino de graduação.

Suas diretrizes e metas são definidas tomando por base as orientações das agências reguladoras do Sistema Nacional de Pós-graduação buscando a interação entre os diferentes níveis de ensino e articulação entre pesquisadores de diferentes áreas de atuação e instituições nacionais e internacionais. A formulação e a proposição de novos programas de mestrado e doutorado, a consolidação dos existentes, o fomento da pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu* adotando uma política institucional que proporcione um maior suporte administrativo e financeiro são ações institucionais permanentes.

A política de pós-graduação incentiva a diversificação das fontes de financiamento por meio da apresentação de projetos a agências de fomento à pesquisa públicas e privadas, sempre buscando atender às métricas de produção científica qualificada, estabelecidas pelas diferentes áreas do conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelas exigências da internacionalização. Esses projetos contribuem significativamente para a ampliação da infraestrutura necessária para o desenvolvimento da pesquisa e para a sustentabilidade financeira da Universidade. Possibilitam ainda o engajamento na pesquisa de discentes não contemplados com bolsas das agências de fomento, bem como fortalecem o compromisso institucional da transferência de conhecimento científico para a sociedade, com ênfase nos setores produtivos das economias local e nacional.

A organização didático-pedagógica está alicerçada em um referencial teórico que sustenta as diferentes áreas do conhecimento e orientada para alcançar o objetivo de formar pessoas e profissionais capazes de atuar em diferentes espaços sociais e econômicos, de modo autônomo e comprometido com a transformação da sociedade. Desse modo, as orientações didática e pedagógica expressam os valores consubstanciados na missão, nos objetivos permanentes e na visão da PUC Goiás.

Para tanto norteadas pelo constante processo de avaliação interna (autoavaliação) e externa (MEC/CAPES/CNPq) a PROPE orienta a atualização da estrutura curricular dos cursos de modo a favorecer o diálogo entre a tradição e as novas fronteiras do conhecimento, com vistas ao atendimento das necessidades emergentes do mundo contemporâneo numa perspectiva trans e interdisciplinares como procedimentos propulsores do diálogo entre

os componentes que materializam a estrutura curricular, por meio de ações efetivas que possibilitem a vivência de novas formas de aprendizagem, cuja pesquisa (produção do conhecimento), e extensão (comunicação proativa com a sociedade) atuem como processos efetivos de inserção e transformação social.

2.4.1.3 *Educação a distância*

A presença marcante das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) na sociedade contemporânea traz novas exigências para a formação dos diferentes profissionais. Neste contexto, é necessário considerar a utilização dos aparatos tecnológicos no processo ensino-aprendizagem.

A PUC Goiás, atenta a essas questões, obteve seu credenciamento para oferta de cursos superiores a distância, pela Portaria MEC nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, legitimando sua trajetória na EaD, que vem sendo construída desde 1997, com o Programa de Graduação Itinerante, que já formou 488 profissionais no Estado de Goiás. Esse Programa teve sua dimensão reconhecida pela UNESCO que agraciou a Instituição com a Cátedra UNESCO em “Ciências da Educação para a Formação de Docentes de Ensino Básico e Investigação Educativa” (Ref. Chair 43), em 1997.

Esse credenciamento permitiu que, em 2008, a PUC Goiás ofertasse o curso de Licenciatura em Física, por meio do Programa de Formação Inicial para professores em exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Pró-Licenciatura), instituído pela Chamada Pública SEED/MEC nº 01/2004, uma ação do Ministério da Educação (MEC) para melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica. Essas ações constituíram um marco para o avanço de uma nova fase rumo à consolidação dessa modalidade de ensino nas políticas institucionais e está sob a responsabilidade da Coordenação de Educação a Distância (CEAD), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, cuja natureza do trabalho centra-se na gestão do processo educacional a distância, com a função de orientar, acompanhar, supervisionar e subsidiar a condução do processo educacional, atuando em três dimensões:

- Acadêmico-administrativa: procedimentos de criação e implantação de cursos, definição de número de vagas, processo de seleção de alunos, estabelecimento de prazos e cronograma de trabalho, organização das atividades acadêmicas e dos encontros presenciais (se for o caso), entre outras atividades.
- Pedagógica: definição do modelo de EaD, produção de material di-

dático com suporte tecnológico, bem como acompanhamento pedagógico dos professores, suporte tecnológico aos alunos e professores e avaliação dos cursos; e

- Tecnológica: manutenção e atualização do ambiente virtual de aprendizagem, gerenciamento de *backup* e banco de dados dos cursos e atualização constante da estrutura tecnológica.

A CEAD tem por objetivos:

- fortalecer a EaD como estratégia didático-pedagógica nos cursos de graduação e pós-graduação;
- atuar junto aos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado com a finalidade de dinamizar ações pedagógicas por meio da tecnologia que possa enriquecer o ensino presencial e a distância;
- articular o ensino na modalidade de EaD com a pesquisa e a extensão, com vistas a fomentar o desenvolvimento de pesquisa e projetos de extensão;
- desenvolver recursos didático-pedagógicos com a utilização de tecnologias para apoio ao docente e discente;
- ofertar cursos no Programa de Apoio ao Aluno de graduação;
- promover a formação continuada de docentes para a utilização de recursos tecnológicos no processo educacional; e
- divulgar as experiências e a produção de conhecimento na modalidade EaD.

São metas da CEAD na vigência deste PDI:

- estudo de viabilidade para oferta de um curso de graduação e um de especialização a distância;
- ampliação da oferta de disciplinas com metodologia semipresencial nos cursos de graduação, conforme orientações da Portaria nº 4.059, de 16 de dezembro de 2004;
- utilização dos recursos didático-pedagógicos com suporte tecnológico por professores e alunos;
- criação e oferta de cursos no Programa de Apoio ao Aluno de Graduação e Pós-graduação;
- aprofundamento de estudos sobre ensino híbrido;
- desenvolvimento de cursos que contemplem o uso de TIC no processo ensino-aprendizagem, no Programa de Formação Continuada de Docentes e Gestores Acadêmicos da PUC Goiás;

- participação em eventos científico-acadêmicos, divulgando os estudos e as experiências na modalidade.

A CEAD desenvolve ações junto ao ensino de graduação, pós-graduação e extensão. Na oferta de cursos de extensão a distância, efetiva-se uma parceria com a Coordenação do Programa de Cursos de Extensão (PCE/CCE) subordinada à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX). Já no tocante aos cursos de especialização, mestrado e doutorado essa parceria ocorre com a Coordenação de Pós-graduação *Lato Sensu* (CPGLS) vinculada à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Na graduação, suas ações são articuladas com as diferentes Escolas na oferta de disciplinas com a metodologia semipresencial.

Na PUC Goiás, a oferta de disciplinas semipresenciais vem se consolidando na maioria dos cursos de graduação, refletindo o cenário nacional no qual se identifica forte tendência de hibridização da educação superior, com vistas à personalização do ensino.

Entende-se que a implementação do modelo híbrido proporcionará diferentes formas de organização do processo de ensino-aprendizagem, no que se refere à flexibilização de tempos, espaços, modos e ritmos de estudos, novas metodologias, articulando momentos presenciais e *online*, ou seja, de mediação pedagógica por intermédio das Tecnologias.

A CEAD oferece, gratuitamente, no Programa de Apoio ao Aluno de Graduação, cursos na modalidade a distância, com o objetivo de contribuir para a formação geral do acadêmico no processo educacional. Os cursos contemplam as áreas de língua portuguesa; fundamentos de matemática; informática (edição de texto e vídeo; apresentação de slides); metodologia da pesquisa.

Em relação à formação de professores, a CEAD atua em dois momentos distintos: na Semana de Integração Acadêmica e Planejamento e no Programa de Formação Continuada de Professores e Gestores Acadêmicos. Nesses momentos se faz presente, a cada semestre letivo, desenvolvendo cursos e oficinas que provoquem uma reflexão sobre o uso das TIC no contexto educacional e que instrumentalizem o professor para a utilização desses recursos no processo de ensino-aprendizagem.

2.4.2 Política de Pesquisa

A pesquisa na PUC Goiás é instrumento de articulação entre a graduação, a pós-graduação em seus diversos níveis e a extensão. Tem como objetivo primordial a utilização da produção científica e tecnológica a serviço da vida

em sua amplitude. Os pesquisadores da PUC Goiás organizam-se em grupos de pesquisa conforme normativas do Diretório Nacional de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Esse diretório constitui-se

no inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade no País. As informações nele contidas dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo. Com isso, é capaz de descrever os limites e o perfil geral da atividade científico-tecnológica no Brasil. (CNPq, 2016)

A pós-graduação *Stricto Sensu* tem suas linhas de pesquisas cadastradas nos Grupos de Pesquisas, consolidando e ampliando o espaço institucional da pesquisa. O financiamento para a concretização das pesquisas deve ser buscado por pesquisadores junto a agências de fomento nacionais, internacionais e empresas públicas e privadas, visando estimular a pesquisa e a tecnologia. Os pesquisadores da instituição contam também com parcerias interinstitucionais.

A PUC Goiás possui um Sistema de Gerenciamento de Pesquisa (SIGEP) no qual são cadastrados os projetos de pesquisa de docentes da instituição em uma linha de pesquisa de um grupo de pesquisa. A gestão da pesquisa e uma atribuição da Coordenação de Pesquisa da PROPE que compartilha com o Comitê Assessor de Pesquisa (COAP) as atribuições referentes à atualização da política de pesquisa da instituição, bem como a avaliação de projetos de pesquisa de docentes e planos de trabalho de discentes de iniciação científica.

O COAP é constituído por professores doutores de diversas áreas do conhecimento que se reúnem ordinariamente para a discussão de procedimentos, processos e políticas de pesquisa. Além de avaliarem os projetos também participam da avaliação dos planos de trabalho e relatórios de estudantes dos programas de iniciação científica.

Para participar de uma das modalidades de Iniciação Científica (IC) os estudantes inscrevem-se no processo seletivo que ocorre, anualmente, no primeiro semestre apresentando documentação pessoal e acadêmica, além de plano de trabalho vinculado a projeto de pesquisa de um professor orientador.

Todos os docentes com título de mestre ou doutor e com projeto cadastrado no SIGEP podem orientar os estudantes de IC.

A Pró-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (PROPE), unidade responsável pela gestão da pesquisa e pós-graduação, desenvolve ações de incentivo à formação de pesquisadores pela indução e estratégias que aliam ensino e pesquisa nos níveis de graduação, por meio dos programas de Iniciação Científica, e pós-graduação por meio dos programas de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Conforme determina sua missão, implementa estratégias de incentivo à produção, sistematização e socialização do conhecimento científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento.

A concepção que orienta as políticas, diretrizes e metas de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão compreende a construção/reconstrução do conhecimento, de forma dialógica, a partir do saber historicamente produzido que se ocupa com a formação de pessoas com valores ético-cristãos, cidadãos críticos, profissionais autônomos, competentes e comprometidos com o desenvolvimento da sociedade.

2.4.3 Política de Extensão

A política institucional de extensão, sob a gestão da Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX), define as diretrizes para o reconhecimento de modalidades, instâncias de gestão e avaliação da extensão. Está fundamentada nos objetivos e nas finalidades estabelecidos no estatuto, nos regimentos, regulamentos, projeto pedagógico e no compromisso social da PUC Goiás.

A extensão, componente que integra, de maneira indissociável com a pesquisa e o ensino, constitui um dos fundamentos da missão institucional, que tem como objetivo “promover o ensino, a pesquisa e a extensão, de modo a contribuir para a defesa da dignidade humana, para o respeito à herança cultural e desenvolvimento das ciências, das tecnologias, das artes, das culturas e das religiões” (UNIVERSIDADE..., 2003, p.11). Corroborando com o que determina a Política Nacional de Extensão: “a extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (UNIVERSIDADE..., 2003, p. 17).

A dimensão social, as modalidades e a qualidade da inserção da PUC Goiás na realidade regional podem ser reveladas pelo número de atendimentos efetuados pela ação extensionista, pela infraestrutura acadêmica disponibilizada e pela capacitação dos professores envolvidos.

A extensão é entendida como expressão das aprendizagens a partir da apreensão da realidade econômica, política, ambiental cultural e social. Constitui construção permanente do conhecimento com o propósito de elaborar novas metodologias para o enfrentamento das questões sociais. Concebida como processo acadêmico compreende dois aspectos fundamentais do projeto pedagógico da Universidade: a excelência acadêmico-científica e a realidade social, relacionando os grandes temas sociopolíticos, ambientais e culturais numa dimensão educativa.

A extensão universitária é um processo dinâmico e interdisciplinar vinculado à formação profissional do cidadão. Explicitada em programas, projetos, cursos livres, cursos de línguas estrangeiras, eventos, estágios acadêmicos e, realizada em conjunto com os diversos segmentos ou movimentos organizados da sociedade civil, agentes políticos e/ou setor produtivo, abrange as dimensões da cultura, da comunicação, dos direitos humanos e da justiça, da educação, da preservação do meio ambiente, da saúde, da tecnologia, da produção, da geração de trabalho e renda, da economia solidária. A perspectiva prioritária é contribuir para a inclusão social e produtiva da população.

A conceituação da extensão se contrapõe e supera as perspectivas tradicionais que a limitam à mera prestação de serviços, transferência de conhecimentos e difusão cultural. Para realçar essa distinção, nos programas institucionais de extensão, são desenvolvidas ações direcionadas ao desenvolvimento social, permeadas pela investigação e produção de conhecimento e refletem a exigência do sentido, da razão e da finalidade da Universidade.

A extensão universitária, como componente do processo educativo, fundamenta-se em uma concepção de totalidade, que exige debate, estudo, pesquisa, elaboração e execução de planos e projetos de interesse público nas instituições sociais. Necessita de subsídios para a formulação e implementação de políticas públicas e para o fortalecimento do processo organizativo dos segmentos populares na consolidação dos direitos humanos. Enfim, situa o ser humano numa perspectiva histórica, coletiva e como participante da política, da economia, da cultura e do meio ambiente.

Metodologicamente, a extensão, inscrita nos processos educativos e formativos, desenvolve-se nos cursos e áreas de conhecimento, envolvendo professores, estudantes, funcionários e a sociedade, consolidando-se como práxis social inserida na realidade, *locus* privilegiado que propicia a sua apreensão crítica e a elaboração reflexiva dos conteúdos da formação e do perfil profissional, coerente com a pesquisa, suscitada pela prática social e pelas demandas postas pela sociedade (UNIVERSIDADE..., 1999).

Como processo acadêmico pode favorecer a relação e a integração da produção do conhecimento científico, cultural e tecnológico entre a formação profissional dos cursos de graduação, programas de pós-graduação e da formação continuada.

2.4.3.1 A Extensão da PUC Goiás

- Mantém programas institucionais de extensão nas seguintes áreas temáticas: infância, adolescência, juventude e família, direitos humanos, educação, gerontologia social, gênero, etnia, vulnerabilidade social, trabalho, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, economia solidária e inclusão produtiva;
- Promove, investiga e apoia eventos e expressões artísticas e culturais que consolidam a tradição e a cultura da região Centro-Oeste, brasileira e mundial;
- Colabora com a qualificação da formação acadêmica e profissional oferecida pela PUC Goiás, congregando professores e estudantes em torno de programas, projetos e ações para o atendimento à população em geral e, prioritariamente, sujeitos de direitos em situação de vulnerabilidade social decorrente das relações assimétricas que constituem a sociedade;
- Desenvolve programas e projetos de assistência estudantil que promovam o acesso, a permanência e a convivência acadêmica do estudante, bem como fomenta a participação nas políticas públicas que envolvam as áreas sociais, ambientais e culturais;
- Mantém um diálogo permanente, por meio dos programas institucionais de extensão, com a sociedade civil, com o Estado e o mundo do trabalho, viabilizando seu compromisso social com o desenvolvimento sustentável regional;
- Incentiva a criação e execução de metodologias de trabalho voltadas para a inclusão social;
- Contribui com a manutenção de presença qualificada de representantes da PUC Goiás em órgãos de controle social: conselhos, fóruns de âmbito local, regional e ou nacional, com o objetivo de subsidiar o necessário debate na Universidade sobre a realidade social.
- Fortalece a sociedade civil organizada e os sujeitos populares por meio de ações e momentos formativos que estimulem a ação política, a constituição de redes e articulações na busca por transformação nos padrões de desigualdade social.

- Socializa o conhecimento produzido por meio de publicações, peças, espetáculos, oficinas, palestras, minicursos e demais praticas metodológicas que objetivam promover uma troca efetiva entre a academia e a comunidade.
- Favorece uma maior adaptação e atualização da comunidade frente às mudanças sociais e profissionais por meio do oferecimento de cursos de extensão e de línguas estrangeiras.

2.4.3.2 *Coordenações*

Estas ações desenvolvidas pela PROEX são constituintes e constitutivas da identidade da PUC Goiás. Como tal, pauta-se na identidade católica, comunitária e filantrópica da Universidade e nos princípios de excelência acadêmica e compromisso social. Organiza-se da seguinte maneira:

- Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) da Proex - responsável pela política de assistência estudantil da PUC Goiás, desenvolvendo ações que visam a inclusão e a permanência na Universidade de estudantes que necessitem de apoio financeiro e psicológico. Os projetos e programas da CAE são descritos nas “Políticas de Atendimento aos Estudantes”.
- Coordenação de Arte e Cultura (CAC) - coordena e apoia atividades culturais desenvolvidas na PUC Goiás. Promove e produz o fazer artístico e sua criação nas mais diversas modalidades; envolvendo, neste processo artístico-cultural, a comunidade acadêmica e seus segmentos e a comunidade externa incentivando as pesquisas e eventos que resgatem a cultura da região e do país.

A CAC oferece, a cada semestre, uma intensa programação de oficinas com o objetivo integrar a formação acadêmico-científica à vivência na dimensão da criação artística e da estética das diversas modalidades expressivas da cultura. Nesse sentido, mantém núcleos nas áreas de cultura visual, dança, música, fotografia, cinema, arte aplicada, desenho, pintura e teatro responsáveis pela produção de espetáculos, oficinas, exposições, seminários, mesas-redondas, simpósios e pesquisas. Os núcleos são compostos de oficinas e grupos de criação e produção, formados por professores, acadêmicos e funcionários da Instituição e membros da comunidade em geral.

As oficinas, inicializadas semestralmente, são oferecidas aos universitários e sociedade, de forma contínua e gratuita, mas não sequencial, fazem parte dos benefícios às experimentações estéticas e técnicas, a sensibilização e a fruição. Ministradas por diferentes diretores, com metodologia e calendários próprios, podendo resultar na montagem de peças ou performances.

Os grupos de criação e produção estão assim organizados:

- efetivos: Camerata Santa Cecília, Cia de Dança NOAH, Coral Infanto-Juvenil, Coral Vozes & Cores, Grupo de Teatro Arte e Fatos, Grupo de Teatro Guará.
- temporários: Arte Aplicada, cinema, desenho/pintura e fotografia.

Estas ações da CAC são desenvolvidas pelos seguintes núcleos:

- Núcleo de cultura visual: busca a pesquisa em educação e inteligência visual através de oficinas de pintura, desenho, arte aplicada, serigrafia e ilustração. Tem parceria com a Escola de Artes e Arquitetura e os professores lotados nos cursos de Arquitetura e Design oferecem oficinas diversificadas.
- Núcleo de dança: Cia de Dança Noah devolve para a sociedade o resultado dos trabalhos e pesquisas desenvolvidas sobre a linguagem artística da dança, com objetivos de desenvolver, preservar e divulgar a cultura e o folclore, de maneira compromissada com o desenvolvimento social e com a formação estética de seus integrantes. Composta em sua maioria por alunos da PUC Goiás, a Cia possui um grupo técnico e um grupo étnico folclórico.
- Núcleos de músicas: Camerata Santa Cecília é um coro de câmara misto, formado por alunos da PUC Goiás, egressos e comunidade goianiense. Busca difundir a música universal em nossa região e contribuir para a complementação educacional do estudante da Instituição e da comunidade. Seu repertório inclui obras das mais variadas épocas e estilos, com ênfase às composições originais para coro e arranjos de músicas do cancionário folclórico-popular.
- Coral Infanto Juvenil: tem o objetivo de desenvolver a habilidade musical por meio da prática de canto coral para crianças e adolescentes. É possível desenvolver a percepção auditiva, a dicção, a disciplina, a concentração, técnica vocal e sua saúde, a socialização, dentre outros; por meio de músicas que são vivenciadas de forma lúdica. O repertório é composto de canções da cultura popular brasileira e universal.
- Coral Vozes e Cores: formada por integrantes da comunidade, estu-

dantes, professores da Universidade e de outras instituições. Busca aproximar a sociedade com a Universidade e propiciar uma formação dos seus integrantes por meio da música. O repertório é calcado na música popular brasileira, religiosa, erudita e clássicos de peças universais, além de musicais autorais.

- Núcleo de teatro: Grupo de Teatro Artes e Fatos: tem como uma de suas linhas a montagem de fatos históricos, além de dedicar-se à montagem de textos autorais e da dramaturgia universal e a pesquisa sobre o trabalho do ator e das diversas formas e possibilidades do fazer teatral. O grupo vem de uma atuação consistente no Estado de Goiás e participa de apresentações em festivais, mostras e temporadas em várias cidades do país.
- Grupo de Teatro Guarará: a orientação do trabalho tem base em estudos da *commedia dell'art*, teatro medieval, mímica, *clown* e nas potencialidades expressivas do corpo do ator. As formações técnica e intelectual acontecem nos ensaios e por meio de encontros profissionais da teatrologia música, dança, e auxílio técnico da fonoaudiologia e preparadores corporais.
 - » Coordenação de Extensão (CDEX) tem por finalidade contribuir na gestão dos Programas Permanentes de Extensão a ela vinculados, sempre em consonância com a missão da Universidade.

Cabe à CDEX participar da definição e implementação da Política de Extensão da PUC Goiás; zelar por seu cumprimento e estabelecer vínculos com as atividades de ensino, pesquisa e pós-graduação; coordenar os programas institucionais de extensão; cadastrar os projetos de extensão propostos pelas unidades acadêmico-administrativas e viabilizar a inserção do estudante de graduação na extensão universitária de acordo com a Política de Extensão da PUC Goiás, com as políticas de Monitoria e Estágio e Programa de Voluntariado.

Os programas institucionais de extensão são projetos que compreendem o processo educativo, cultural e científico como articulador do ensino, da pesquisa e extensão. Orientados pela Política de Extensão cumprem a exigência da participação discente. São propostos, coordenados e executados pelas unidades acadêmicas, considerando as demandas por formação e qualificação dos sujeitos sociais.

Nesse sentido, para concretizar suas ações a CDEX organiza-se nos seguintes programas de extensão:

- Programa de Direitos Humanos (PDH): contribui com o processo de formação crítica e reflexiva sobre o campo dos direitos e sua garantia. Ancora-se na promoção dos direitos humanos, tendo como mote a transdisciplinaridade em seus projetos, assumindo uma perspectiva de educação em direitos humanos como instrumento para a universalização da dignidade humana – com base nas necessárias transformações sociais por que passa o Brasil e o mundo.
- Programa de Educação e Cidadania (PEC): desenvolve um conjunto articulado de projetos e ações de extensão, em caráter multidisciplinar, integrando atividades de pesquisa e ensino, voltadas para a formação de professores da educação básica e representantes de movimentos sociais no intuito de promover a formação para a cidadania e a garantia de direitos em sua diversidade.
- Programa de Gerontologia Social (PGS): visa a melhoria de qualidade de vida e valorização do idoso, estimulando-o a uma vida ativa e independente na sociedade, a partir do conhecimento de seus direitos e de atividades diversas. Entre seus objetivos, destaca-se: os cursos da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) e a articulação com entidades representativas e Rede Nacional de Atendimentos e Direitos a pessoa idosa (RENADI).
- Programa Interdisciplinar da Mulher (PIMEP): caracteriza-se como espaço de produção de metodologias e reflexões teóricas na área do saber relativo aos estudos feministas, das mulheres e de gênero. Desenvolve pesquisa com o Núcleo de Investigação de Gênero e busca a consolidação da Rede Goiana de Pesquisa e Estudos de Gênero.
- Programa em Nome da Vida (PNV): aborda o tema da educação e prevenção ao uso indevido de álcool e outras drogas e vulnerabilidade social. Busca desenvolver uma “cultura de prevenção e atuação profissional” em relação à dependência de drogas e criar condições para a promoção do bem estar biopsicossocial de todos os sujeitos envolvidos, mediadas por estratégias educativas, em prol da preservação da vida.
- Programa de Referência em Inclusão Social (PRIS): dialoga com diferentes instituições e movimentos sociais a fim de contribuir com o debate acadêmico, com a pesquisa e com a transformação social. Entre suas ações destacam-se: o Projeto Aprender a Pensar (PAP), voltado ao desenvolvimento de capacidades e competências de pensamento e criatividade de crianças e adolescentes com altas habilidades/superdo-

tação; o Projeto Alfadown, busca facilitar a alfabetização e/ou a inclusão digital de pessoas com Síndrome de Down.

- Programa de Estudos e Extensão Afro-Brasileiro (PROAFRO): dedica-se à questão negra, aos estudos d'África e africanidades, às temáticas étnico-raciais, ao enfrentamento ao racismo e ao acompanhamento das políticas públicas de igualdade racial, atuando com foco no campo da educação e autoafirmação identitária da comunidade negra na sociedade. Busca desenvolver pesquisas sobre África, afro-descendências, população negra, questão racial no Brasil e no mundo, racismos e antirracismos.
- Programa Socioambiental (PROSA): promove ações de diálogo, comunicação do conhecimento, preservação e documentação na área socioambiental e de economia solidária norteadas por fundamentações científicas e voltada à produção e divulgação do conhecimento, ao desenvolvimento da cidadania e da consciência socioambiental da comunidade. Para concretização das suas ações busca parcerias, convênios e captação de recursos para implantação de projetos socioambientais e de economia solidária.
 - » Coordenação de Cursos, Eventos e Projetos Especiais (CCE): tem por finalidade congregar, fomentar, promover e avaliar cursos de extensão (em diversas áreas do conhecimento e de línguas), em formato presencial, a distância ou combinando as metodologias, respondendo às demandas não atendidas pela atividade regular do ensino formal de graduação ou de pós-graduação.

Busca captar, apoiar, assessorar os eventos institucionais e organizar estratégias de mobilização de recursos e normativas para suas realizações. Coordenar a prestação de serviços e projetos especiais, apoiando a realização de consultorias e assessorias em geral. Como ainda, planejar e executar o programa de educação continuada da PUC Goiás, com ênfase nos cursos de educação superior que requerem maior carga horária e certificação diferenciada.

A CCE proporciona à comunidade o melhoramento das suas relações pessoais, e profissionais mediante o oferecimento de cursos e eventos de extensão desenvolvidos pelas frentes: Programa de Cursos de Extensão e PUC Idiomas.

- Programa de Cursos de Extensão (PCE): tem por responsabilidade a coordenação pedagógica e organizacional de eventos e cursos de extensão, que são oferecidos todos os semestres, em articulação com as

Escolas, os Cursos de graduação, pós-graduação, Institutos e Programas de extensão da PUC Goiás, numa perspectiva interdepartamental. Celebra, também, por meio de parceria externa, cursos e eventos interinstitucionais.

Os cursos de graduação e outras instâncias da PUC Goiás encontram no PCE o respaldo para diálogo, criação, desenvolvimento, registro e certificação de cursos de extensão. Esta confiabilidade é também reconhecida pela prestação de serviços em educação continuada proporcionada a empresas e entidades externas.

- PUC Idiomas: com a missão de desenvolver a formação humana integral em línguas estrangeiras e difundir as diversas culturas universais, contribui para a formação intelectual e social por meio do oferecimento de cursos regulares de idiomas, além de serviços na área de língua estrangeira, pautando-se pela excelência, internacionalização e interculturalidade de forma atual e global. Para tanto, a PUC Idiomas conta com duas estruturas próprias, situadas em áreas privilegiadas, equipe de professores graduados, e acompanhamento pedagógico desenvolvido pela sua coordenação pedagógica e com parcerias de duas importantes escolas de Goiânia, na modalidade *In Company*: Colégio Agostiniano e Colégio Externato São José.

Oferece à comunidade cursos regulares em inglês, francês, alemão, italiano e espanhol; cursos de curta duração como Português para estrangeiros, instrumental, cursos para viagem; elabora e aplica testes de proficiência em línguas para fins internos e externos da Universidade. A metodologia adotada pela PUC Idiomas consiste numa abordagem comunicativa, permitindo ao aluno uma exposição à linguagem voltada à vida real, numa postura ativa, por meio de discussões e comentários sobre os temas abordados.

- » Instituto Dom Fernando (IDF), uma das coordenações da PRO-EX, busca articular a extensão, ensino e pesquisa, produzindo e socializando com a comunidade e os estudantes da PUC Goiás conhecimentos oriundos das ciências humanas e sociais numa perspectiva crítica, realizando intervenções artísticas, culturais e sociais, colaborando com a elaboração de políticas públicas relativas às áreas da infância, família, juventude e adolescência.

Para tanto, busca proporcionar ferramentas para que os sujeitos em situação de vulnerabilidade possam exercer suas funções de cidadãos, incentivando o protagonismo nos campos político, social e cultural. Desse modo, a perspectiva adotada de extensão está aberta ao diálogo, de modo que o conhecimento que emerge do ensino e da pesquisa seja reflexivo e demande uma presença curiosa do sujeito face ao mundo.

Mesmo com uma identidade católica, seguidora da *Ex Corde Ecclesiae* de João Paulo II, que defende que a função da instituição é dar especial atenção às dimensões éticas e religiosas e ainda “proclamar verdades incômodas”, que “não lisonjeiam a opinião pública”, “para salvaguardar o autêntico bem da sociedade” (JOÃO, 1994, p. 09), O IDF entende que tais verdades devem ser construídas a partir do diálogo com a comunidade, rejeitando uma postura autoritária.

Para concretizar suas ações o IDF é constituído da seguinte maneira:

- Escola de Circo Dom Fernando (ECDF): busca contribuir na construção da cidadania de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, através da integração das dimensões lúdicas, cognitivas, afetivas, emocionais, sociais e culturais, por meio de oficinas circenses, jogos e brincadeiras populares, iniciação esportiva, capoeira e atividades reflexivas, bem como desenvolve ações em parceria com os equipamentos sociais da Região Leste da capital. A ECDF, por meio das diversas atividades circenses, socioeducativas e culturais, objetiva possibilitar transformações na realidade vivenciada por crianças, adolescentes e famílias por meio da construção de uma nova forma de ver o mundo e de estar nele. A metodologia do circo social, enquanto vertente da arte-educação é utilizada como instrumento facilitador da construção do protagonismo infanto-juvenil. Ainda, a ECDF favorece o processo de formação acadêmica de diferentes cursos, constituindo-se em campo de estágio curricular e voluntário, para os acadêmicos de cursos da própria Instituição e de outras. Suas atividades são semestrais, atende a população da comunidade com idades entre sete e dezesseis anos.
- Escola de Formação da Juventude (EFJ) busca:
 - » desenvolver atividades que contribuam para a construção da cidadania, protagonismo juvenil, inclusão social e qualificação profissional de jovens da Região Leste de Goiânia tendo como referência suas próprias realidades e necessidades e sua cultura como ponto de partida;

- » contribuir em sua formação, assegurando a garantia dos direitos, promoção, prevenção e cuidados com a saúde e bem-estar dos mesmos.
- » oferecer cursos, entre os quais destacam-se: auxiliar administrativo, inglês básico, técnico em vendas, auxiliar de departamento pessoal, operador de computador, manicure/pedicure e curso básico de produção de áudio visual.
- » desenvolver o Projeto de Vida, Projeto Escola Integrada, Projeto Integra Mais e o Projeto Interagir.

A escola recebe adolescentes e jovens de 14 a 29 anos e as atividades ocorrem semestralmente. Os trabalhos da EFJ se realizam por meio da elaboração e execução de programas e projetos que levem esses jovens à ação/reflexão das mudanças ocorridas no mundo contemporâneo, em seus aspectos produtivos, tecnológicos, políticos e simbólicos, tendo como referência as experiências de educação popular.

- Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ): tem como finalidade a produção/sistematização de conhecimento e realidade social, prática fundamental no processo de reconstrução do significado do ser criança e adolescente. Para tal intento busca parceria com instituições governamentais e não governamentais. Oferece os seguintes atendimentos gratuitos à comunidade:
 - » Atendimento psicossocial: acolhimento de queixas e solicitações de pessoas, com ênfase na centralidade da família, no protagonismo infanto-juvenil.
 - » Projeto Comunicar: busca transformar a realidade da criança e do adolescente para maior integração com a comunidade pelo uso da linguagem oral e/ou escrita.
 - » Projeto Minha Casa, Extensão da Minha Escola: visa estimular o fortalecimento dos vínculos familiares pelo hábito da leitura em família e contribuir para o processo de ensino/aprendizagem.
 - » Projeto Brincando com os Livros: trabalha a leitura de forma lúdica, incentivando crianças e adolescentes a praticar a leitura individual ou em grupo.
 - » Oficinas e grupos sociopsicoeducativos: trabalha temáticas de interesse comum de um determinado grupo.
 - » Orientação e apoio sociofamiliar: oferece informação adequada à família acerca de seus direitos e deveres e encaminha para equipamentos sociais.

- » Empréstimo de livros: busca a formação de leitores críticos de sua realidade, com caráter informativo, associado ao despertar do prazer pela leitura.
- Centro de Educação Comunitária de Meninas e Meninos (CECOM): é um espaço de convivência comunitária de crianças, adolescentes, famílias e desempregados, sendo referência de apoio, entre outros, aos bairros das regiões Mendanha e Noroeste de Goiânia e dos Municípios circunvizinhos. O CECOM compreende a questão da infância em suas diferentes manifestações e desenvolve suas atividades, por meio de diversos programas de atendimento e formação permanente dos educadores com o propósito de subsidiar intervenções e de colaborar com proposição de políticas públicas voltadas para a infância, adolescência e famílias. Oferece os seguintes programas e oficinas à comunidade:
 - » Programa de Apoio aos Desempregados (PADES): promover a cidadania através da formação, acolhimento, apoio, cadastramento e encaminhamento ao mercado de trabalho, jovens e adultos desempregados.
 - » Capacitação de Conselheiras e Conselheiros Tutelares: capacitar Conselheiros (as) Tutelares e de direitos para o pleno exercício de suas atribuições na promoção, defesa e garantia dos direitos humanos fundamentais de crianças e adolescentes.
 - » Escola Direito do Saber – Educação Infantil e Ensino Fundamental: busca assegurar às crianças e adolescentes o seu pleno desenvolvimento e o preparo para o exercício da cidadania por meio de atividades pedagógicas que garantam a permanência e o sucesso escolar.
 - » Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): visa em parceria com o Poder Público Municipal e Federal, entre outras ações: erradicar o trabalho infantil, contribuir para o crescimento intelectual de crianças, adolescentes e jovens, por meio do atendimento pedagógico, psicológico e artístico. Atender às famílias beneficiadas pelo Programa, buscando o exercício pleno de cidadania e competências no exercício do poder familiar.
 - » Programa Dialogando com as Famílias (PDF): busca proporcionar um espaço aberto para a discussão dos problemas enfrentados pelas famílias em suas relações internas e externas.
 - » Laboratório Digital “O mundo nas pontas dos dedos”: visa oportunizar a inclusão digital de crianças e adolescentes do CECOM e da comunidade em geral.

- » Oficina Criança Dança: busca proporcionar às crianças e adolescentes vivências de novas alternativas de danças, para a descoberta de novos talentos e integração cultural.
- » Oficina de Higiene e Beleza: tem a finalidade de profissionalizar adolescentes a partir dos dezesseis anos, jovens e adultos, preferencialmente os pais, mães e/ou responsáveis das crianças e adolescentes atendidos no CECOM, da comunidade, bairros adjacentes e cidades vizinhas.
- » Oficina Profissionalizante de Costura Industrial: busca profissionalizar pais, mães e/ou responsáveis legais de crianças e adolescentes atendidos no CECOM.
- » Oficina de Panificação e Confeitaria: objetiva compatibilizar o trabalho pedagógico e o profissionalizante para adolescentes e familiares, produzindo produtos para alimentação das crianças e adolescentes atendidos no CECOM.
- » Núcleo de Apoio Jurídico ao Cidadão (NAJUC): busca proporcionar o acesso das pessoas à tutela jurisdicional do Estado, contribuir para que as pessoas se reconheçam como cidadãos sujeitos de direitos.

2.5 IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, ACADÊMICO E ADMINISTRATIVO

Desde sua fundação a PUC Goiás passou por sucessivas mudanças institucionais que foram delineando sua identidade. Essas mudanças foram consequência da presença da Instituição em horizontes sempre mais abrangentes: a partir do Centro-Oeste brasileiro, fortaleceu sua ação no País, construiu relações com instituições acadêmicas nacionais até integrar de forma proativa importantes redes internacionais. A expansão de suas dimensões institucionais foi reconhecida por vários processos de avaliação, que detectaram o progressivo crescimento quantitativo e qualitativo da PUC Goiás e seu esforço em responder às exigências decorrentes das dinâmicas educacionais, culturais, sociais e científico-tecnológicas.

O título de Universidade Pontifícia, outorgado pelo Vaticano, e nota 4 (numa escala de 1 a 5) atribuída pelo MEC/INEP no processo de avaliação para credenciamento, além de qualificar a prática acadêmico administrativa, foram estímulo e incentivo para a definição de novas metas e horizontes.

O contexto educacional nacional apresenta, atualmente, muitos e complexos desafios: as mudanças nas políticas públicas, nas modalidades de oferta de cursos e nas práticas de inclusão social; a progressiva presença do ensino a distância; a crise das licenciaturas; a necessidade de adequar os processos de formação e

atuação docente. Os cenários desenhados pelas recentes políticas de acesso e permanência no ensino superior brasileiro exigiram uma cuidadosa avaliação, para que a Instituição inovasse as práticas acadêmico-administrativas e gerenciais, mantendo-se fiel à missão e aos objetivos que inspiraram sua criação.

O processo de autoavaliação, coordenado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA alimenta a busca permanente pela excelência institucional, gerando indicadores de qualidade e instrumentos de referência para o planejamento e a gestão. Além de ser exigência da Lei nº 10.861/04, é condição essencial para o desenvolvimento da Instituição.

Os resultados do processo de autoavaliação subsidiam a revisão do PDI e do PPI, induzindo e catalisando a renovação da organização acadêmico-administrativa, tendo em vista aprofundar os vínculos fundamentais entre os Projetos Pedagógicos de Curso (graduação e pós-graduação) e o Projeto da Instituição rumo ao Horizonte 60. Neste contexto se insere a reestruturação acadêmico-administrativa da PUC Goiás que resgata e pondera as experiências acumuladas ao longo de sua história e tem por objetivo a renovação, responsável e sustentável, dos compromissos institucionais fundantes, em novos contextos sociais, políticos e educacionais.

A crescente complexidade da Instituição e o cenário das ciências na contemporaneidade impuseram a urgência de enfrentar o desafio de elevar o grau de interdisciplinaridade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, as dificuldades para a interação entre as áreas de conhecimento e mesmo no interior destas, na construção de novas configurações para as propostas curriculares dos cursos de graduação e de pós-graduação, revelavam-se parte de uma complexidade maior. As avaliações institucionais registravam que a gestão do conjunto ensino-pesquisa-extensão era um ponto de tensão importante nos departamentos.

O gerenciamento desta problemática, assim como as articulações com as agências governamentais de fomento e com a comunidade científica nacional e internacional, tendia a se concentrar na administração superior. A especialização da gestão da pesquisa, da pós-graduação e da extensão diretamente nas Pró-Reitorias específicas, e a tradicional afinidade dos departamentos com as atividades da graduação, suscitavam a tendência de separação das competências, prejudicando a visibilidade da dimensão acadêmica da pesquisa e da extensão.

Em face disso, tornou-se necessário e urgente criar condições para uma maior articulação entre as unidades acadêmicas com vistas à produção de uma incisiva transversalidade entre as dimensões da vida acadêmica. A articulação em áreas epistemológicas com expressivo nível de cooperação visa a favorecer as estratégias de planejamento de longo prazo. Sem dúvida, as metas do Projeto

Horizonte 60 e o dinâmico cenário contemporâneo exigem que a PUC Goiás se torne mais orgânica e coesa, buscando padrões de excelência em todas as dimensões da vida acadêmica e administrativa.

A renovação da organização acadêmico-administrativa tornou-se, então, condição impreterível para o alcance dos objetivos institucionais fundantes. No cenário atual, essa mudança é uma exigência que se impõe a todas as instituições que almejam serem dinâmicas, atualizadas, academicamente integradas em todos os níveis de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

Após dez anos de estudos, análises, reflexões, deliberações, cuidadosa e coletivamente pensadas e assumidas, em substituição aos Departamentos, o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração – CEPEA, mediante a Resolução nº 11, de 18 de dezembro de 2013, aprovou a criação e a implantação gradativa de dez Escolas, a saber: Escola de Gestão e Negócios; Escola de Artes e Arquitetura; Escola de Direito e Relações Internacionais; Escola de Comunicação; Escola de Engenharia; Escola de Ciências Exatas e da Computação; Escola de Ciências Sociais e da Saúde; Escola de Ciências Médicas, Farmacêuticas e Biomédicas; Escola de Ciências Agrárias e Biológicas; e Escola de Formação de Professores e Humanidades.

Em 25 de junho de 2014 foram implantadas as Escolas de Formação de Professores e Humanidades e de Direito e Relações Internacionais. No primeiro semestre de 2015, foram implantadas mais cinco Escolas: a Escola de Artes e Arquitetura, a Escola de Ciências Exatas e da Computação, a Escola de Engenharia, a Escola de Comunicação e a Escola de Gestão e Negócios. As três restantes foram implantadas no segundo semestre de 2015 e no primeiro semestre de 2016.

Em razão da criação e implantação das Escolas a PUC Goiás passou a envidar todos os esforços no sentido de planejar o Projeto de cada uma delas, bem como revisar, rigorosamente, os Projetos Pedagógicos dos Cursos e para atender esse novo perfil institucional, está passando por grandes modificações em sua infraestrutura de uma forma geral. Durante a vigência deste PDI, bem como do PPI, concentrará todos os seus esforços na consolidação dessa nova estrutura acadêmico-administrativa, objetivando atingir os parâmetros da excelência acadêmico-institucional e da qualidade social.

A PUC Goiás oferece, atualmente, 47 cursos de graduação, dos quais 11 Licenciaturas, sendo uma destas por apostilamento ao Bacharelado; 31 Bacharelados e 06 Cursos Superiores de Tecnologia. A relação dos cursos, o número de vagas autorizadas, os turnos de funcionamento, o número de períodos para integralização e o ato regulatório, relativo a cada um deles, pode ser visualizado no quadro a seguir.

Quadro 1 - Cursos de Graduação da PUC Goiás, 2016

COD.	CURSO	*HAB.	TURNO DE FUNCIONAMENTO			VAGAS AUTORIZADAS	PERÍODOS PARA INTEGRALIZAÇÃO	ATO REGULATÓRIO
			MAT	VESP	NOT			
1	DIREITO	B				1840	10	Port. MEC 29 de 26/03/2012
2	PEDAGOGIA	L				240	08	Port. MEC 286 de 21/12/2012
3	PSICOLOGIA	B				350	10	Port. MEC 705 de 18/12/2013
7	SERVIÇO SOCIAL	B				240	08	Port. MEC 822 de 30/12/2014
10	FONOAUDIOLOGIA	B				160	08	Port. MEC 822 de 30/12/2014
11	FILOSOFIA	L				30	07	Port. MEC 286 de 21/12/2012
16	ARQUITETURA E URBANISMO	B				240	10	Port. MEC 286 de 21/12/2012
18	LICENCIATURA PLENA EM FÍSICA	L				60	08	Port. MEC 286 de 21/12/2012
21	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	B				120	08	Port. MEC 705 de 18/12/2013
22	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	B				400	08	Port. MEC 705 de 18/12/2013
23	ADMINISTRAÇÃO	B				420	08	Port. MEC 737 de 30/12/2013
24	ENFERMAGEM	B				300	10	Port. MEC 01 de 06/01/2012
25	ENGENHARIA CIVIL	B				720	10	Port. MEC 58 de 09/03/2016
26	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS- MODALIDADE MÉDICA	B				160	09	Port. MEC 822 de 30/12/2014
27	ZOOTECNIA	B				200	10	Port. MEC 822 de 30/12/2014
28	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	B				340	10	Port. MEC 286 de 21/12/2012
29	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	B				180	10	Port. MEC 541 de 25/08/2014
33	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO	B				240	10	Port. MEC 44 de- 22/05/2012
35	ENGENHARIA AMBIENTAL	B				200	10	Port. MEC 286 de 21/12/2012
36	QUÍMICA	L				60	08	Port. MEC 1.095 de 24/12/2015
37	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	B				120	10	Port. MEC 286 de 21/12/2012
38	ENGENHARIA ELÉTRICA	B				180	10	Port. MEC 286 de 21/12/2012
40	FISIOTERAPIA	B				320	09	Port. MEC 822 de 30/12/2014

Continua...

COD.	CURSO	*HAB.	TURNO DE FUNCIONAMENTO				VAGAS AUTORIZADAS	PERÍODOS PARA INTEGRALIZAÇÃO	ATO REGULATÓRIO
			MAT	VESP	NOT	INT			
42	DESIGN	B				120	08	Port. MEC 705 de 18/12/2013	
43	RELAÇÕES INTERNACIONAIS	B				180	08	Port. MEC 705 de 18/12/2013	
44	TEOLOGIA	B				60	08	Port. MEC 1815 de 21/06/2004	
47	CIÊNCIAS AERONÁUTICAS	B				180	07	Port. MEC 1691 de 27/11/2009	
49	EDUCAÇÃO FÍSICA	L				240	08	Port. MEC 1.095 de 24/12/2015	
50	BIOLOGIA - Bacharelado	B				100	08	Port. MEC 286 de 21/12/2012	
51	BIOLOGIA - Licenciatura	L				120	08	Port. MEC 286 de 21/12/2012	
52	GEOGRAFIA	L				60	07	Port. MEC 150 de 17/08/2012	
53	HISTÓRIA	L				80	08	Port. MEC 286 de 21/12/2012	
54	MATEMÁTICA	L				80	08	Port. MEC 286 de 21/12/2012	
60	MEDICINA	B				80	12	Port. MEC 118 de 27/06/2012	
64	ARQUEOLOGIA	B				40	07	Port. MEC 11 de 2/03/2012	
65	JORNALISMO	B				240	08	Port. MEC 705 de 18/12/2013	
66	PUBLICIDADE E PROPAGANDA	B				240	08	Port. MEC 705 de 18/12/2013	
67	NUTRIÇÃO	B				200	08	Port. MEC 822 de 30/12/2014	
68	EVENTOS	T				100	05	Port. MEC 480 de 25/11/2011	
71	GESTÃO AMBIENTAL	T				30	04	Port. MEC 822 de 30/12/2014	
72	AGRONEGÓCIO	T				100	06	Port. MEC 411 de 30/08/2013	
75	SECRETARIADO	T				30	05	Port. MEC 122 de 05/07/2012	
118	ENG. DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO - MECATRÔNICA	B				100	10	Port. MEC 1.095 de 24/12/2015	
120	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	T				40	05	Port. MEC 1.095 de 24/12/2015	
121	GASTRONOMIA	T				80	05	Port. MEC 491 de 20/12/2011	
123	FARMÁCIA	B				100	10	Port. MEC 495 de 29/06/2015	
125	LETRAS d	L				110	08	Port. MEC 1.095 de 24/12/2015	

Conclusão

*HAB = HABILITAÇÃO; B = Bacharelado; L = Licenciatura; T = Técnico. Atualizado dia 06/05/2016.

(1) Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007; (2) Resolução nº 4, de 6 de abril de 2009; (3) Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006; (4) Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002; (5) Parecer CNE/CES nº: 136/2012; (6) Referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura; (7) Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia; (8) Parecer CNE/CES nº: 60/2014; (9) Parecer CNE/CES nº 225/2012

Recentemente, em cumprimento à Resolução CNE/CES nº 5/2011, o Curso de Psicologia - Bacharelado - teve aprovado, pela Câmara de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, o Projeto Complementar para Formação de Professores de Psicologia.

Com referência ao desenvolvimento dos cursos de graduação, a PUC Goiás continuará investindo nas condições de oferta dos cursos, nas dimensões da organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura.

Periodicamente, com base no ciclo avaliativo do SINAES, a partir dos resultados dos processos de avaliação externa e interna, cada curso elabora seu plano de trabalho, propondo ações acadêmico-administrativas, visando a excelência do processo ensino-aprendizagem.

Dentre as ações que integram o plano de trabalho, têm merecido atenção especial as voltadas para a proposta curricular: seleção de conteúdos, adoção de metodologias ativas, garantia de acessibilidade pedagógica e atitudinal, implementação de TIC no processo ensino-aprendizagem, coerência dos procedimentos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem com a concepção do curso definida no PPC, investimento na formação continuada dos professores e para a infraestrutura, qualificação dos laboratórios didáticos especializados, atualização dos acervos do Sistema de Bibliotecas, melhoria das áreas de convivência e ampliação dos programas de apoio ao discente, com destaque para o Programa de Orientação Acadêmica implantado em 2012.

Para a criação de novos cursos, a PUC Goiás estabelecerá critérios de sustentabilidade, fundamentados em estudos sobre as demandas sociais e as condições institucionais no que se refere ao quadro docente e à infraestrutura.

2.6 PROGRAMAS DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

2.6.1 Programa de Orientação Acadêmica (Proa)

O Programa de Orientação Acadêmica (Proa) é um Programa Institucional. Uma opção política da PUC Goiás, com o objetivo de garantir a excelência do ensino de graduação. Sua natureza institucional revela o compromisso desta universidade com a qualidade social e pedagógica do ensino e a aprendizagem universitária, expressas nos PPC. Sua proposta não é ministrar aulas, ou realizar nivelamento escolar, mas, acima de tudo, orientar as práticas de aprendizagem dos estudantes para aprenderem e apreenderem métodos próprios de construção do conhecimento.

O Proa configura-se em uma proposta pedagógica que tem como objetivo proporcionar ao estudante a oportunidade de ele exercer papel ativo na construção do conhecimento, planejando e monitorando seu desempenho escolar e avaliando seus resultados. Trata-se de uma estratégia institucional que alia ambientes de aprendizagem e desenvolvimento de projetos com vistas à promoção do sucesso escolar discente e de sua integração à vida acadêmica, superando as dificuldades que por ventura traga de sua formação anterior. O Proa funciona em espaços construídos ou adaptados, especialmente para esta finalidade.

Já em relação à metodologia de ensino, o Proa fundamenta-se no trabalho dialógico e operativo. Ou seja, mobiliza todos os esforços para que o processo de ensino-aprendizagem se dê a partir “da” e “na” interação entre aluno-professor, aluno-monitor, aluno-aluno e o conhecimento.

São objetivos específicos do Proa:

- proporcionar a integração dos estudantes de graduação no ambiente universitário, a fim de que possam vivenciar a cultura acadêmica universitária;
- viabilizar orientações acadêmicas, individuais e em grupo, para garantir a apreensão de questões relativas à formação profissional e a uma nova compreensão da leitura de mundo;
- garantir espaços de trocas e de orientações acadêmicas, a fim de constituir grupos operativos para a construção e para o aprofundamento de conhecimentos requeridos à formação pessoal e profissional;
- possibilitar, ao estudante, o autoconhecimento e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e operativas; e
- promover a inclusão de estudantes com necessidades educacionais específicas advindas de deficiências físicas, visuais, auditivas e múltiplas.
- A PUC Goiás já implantou seis Proas e pretende implantar mais dois nos próximos cinco anos.

2.6.2 Programa de Acessibilidade

A democratização da educação e da sociedade permitiu o acesso ao ensino superior de um segmento minoritário da sociedade que demanda tratamento diferenciado, as pessoas com deficiência. Nesse contexto, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás, em seu papel de instituição produtora de conhecimento e formadora de cidadãos, mantém sua opção histórica por uma postura filosófica e política inclusiva, buscando viabilizar iniciativas que resultem no sucesso acadêmico desses estudantes.

A PUC Goiás entende que esse é um trabalho dos vários segmentos que a compõem e se vê instada a repensar e modificar suas práticas acadêmico-administrativas, objetivando melhorar as condições já existentes e criar novas, tendo em vista a permanência do estudante com deficiência no Ensino Superior para a sua formação profissional.

De acordo com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu art. nº 27, a educação configura-se em um direito da pessoa com deficiência, garantindo a ela instituições educacionais inclusivas em todos os níveis de ensino, com vistas ao alcance do maior desenvolvimento de todas as suas capacidades e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, conforme suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Em cumprimento a este Estatuto, a PUC Goiás, a partir do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, institucionalizado por meio dos PPC, vem aprimorando suas ações concernentes à acessibilidade arquitetônica, atitudinal, pedagógica, comunicacional e digital, com vistas à maximização do desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes. Entre as ações desenvolvidas pela instituição, destacam-se:

- a) Adaptações curriculares – compreendem desde situações menos complexas e transitórias, que podem ser resolvidas espontaneamente, até situações mais graves e persistentes, que requerem o uso de recursos especiais. A superação dessas dificuldades demanda, muitas vezes, adaptações graduais e progressivas no currículo. As adaptações curriculares constituem exigência indispensável para tornar os conteúdos apropriados à peculiaridades desses estudantes. A ideia não é a de se estabelecer um novo currículo, mas sim, a de torná-lo mais dinâmico e flexível, de forma a proporcionar a aprendizagem significativa aos estudantes. As adaptações curriculares realizam-se em três níveis: no âmbito pedagógico, no currículo desenvolvido na sala de aula e no nível individual. Adaptações curriculares implicam (re) planejamento pedagógico e ações docentes fundamentadas em critérios que definem: o que o estudante deve aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; e como e quando avaliar.
- b) Adaptações de objetivos e conteúdos dizem respeito à eliminação de objetivos básicos, temporária ou permanentemente, quando esses extrapolarem as condições do estudante para atingi-los; introdução de objetivos específicos alternativos e não previstos para os demais estu-

dantes em substituição a outros que não podem ser alcançados pelo estudante; introdução de objetivos complementares e não previstos para os demais estudantes, que atendem às necessidades pedagógicas específicas; introdução de conteúdos não previstos para os demais estudantes, mas essenciais para alguns, em particular; prioridade de processos gradativos de menor à maior complexidade na aquisição dos conteúdos.

- c) Adaptações avaliativas – especial cuidado lhes são dadas, a fim de que promovam a aprendizagem de conteúdos e habilidades coerentes às do estudante. Para tanto, são selecionadas e modificadas as técnicas, instrumentos e a linguagem, adequando-as às peculiaridades do estudante.
- d) Adaptações nos procedimentos metodológicos e didático-pedagógicos as adaptações no tocante aos procedimentos metodológicos e didático-pedagógicos compreendem alteração dos métodos definidos para o ensino dos conteúdos curriculares a fim de atender às necessidades particulares do estudante; seleção do método mais acessível ao estudante; introdução de atividades complementares que requeiram habilidades ou consolidação de conhecimentos já ministrados. Esses procedimentos decorrem da diversificação dos trabalhos que se realizam no mesmo segmento temporal; introdução de atividades alternativas além das planejadas para a turma; disponibilização de recursos adicionais de apoio visual, auditivo, gráfico e de materiais manipulativos.
- e) Adaptações temporais referem-se à alteração do tempo previsto para a realização das atividades na aquisição dos conteúdos; e alteração do período para alcançar determinados objetivos.

Em relação à acessibilidade, nos próximos cinco anos, propõe-se a implementação das seguintes metas:

Com referência às barreiras tecnológicas, implementação de recursos que possibilitem o acesso dos estudantes com deficiências a diferentes tecnologias.

Quanto às barreiras comunicacionais, ampliação das possibilidades de comunicação interpessoal e escrita dos estudantes. Por último, no tocante às barreiras atitudinais, tem-se como meta a eliminação de quaisquer possibilidades de desenvolvimento de atitudes ou comportamentos preconceituosos, estigmatizadores, estereotipados e discriminatórios em relação aos estudantes com deficiência.

Estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas encontram na PUC Goiás iniciativas inclusivas. Seguindo as orientações da

Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, disponibiliza programa de acessibilidade, que institui mecanismos, instrumentos legais e operacionais para assegurar aos estudantes, o exercício dos seus direitos básicos, propiciando-lhes condições de adequado desempenho na aprendizagem.

O atendimento é assegurado desde o processo de seleção estudante até a conclusão do curso: disponibilização de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e de equipamentos, softwares, ampliação de textos e avaliações especiais aos estudantes com visão subnormal; distribuição diferenciada das salas de aula de acordo com as necessidades apresentadas; reserva de vagas nos estacionamentos internos da Instituição; eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante em espaços coletivos e individuais; disponibilização diferenciada do acervo do Sistema de Bibliotecas. Além disso, cuida-se para que a quantidade de créditos na matrícula seja compatível com as condições de aproveitamento e se oferece atendimento psicológico, fonoaudiológico e fisioterapêutico.

Para o acompanhamento dos estudantes inscritos no programa de acessibilidade, é oferecido aos docentes um suporte efetivo da equipe de acessibilidade, para que os professores sejam capazes de adaptar a metodologia ou procedimento acadêmico a ser realizado com estes estudantes.

2.6.3 Programa de Apoio ao Aluno na Modalidade de Ensino a Distância

A Coordenação de Educação a Distância (CEAD), oferece gratuitamente, no Programa de Apoio ao Aluno de Graduação, os seguintes cursos: Geometria Analítica, Noções de LIBRAS, Matemática Básica I, Matemática Básica II, Língua Portuguesa, Normas para Trabalhos Acadêmicos, Orientações para Trabalhos Acadêmicos e Informática Básica, tendo-se em vista a formação dos estudantes para que atinjam um melhor desempenho acadêmico.

2.6.4 Programa de Monitoria

A Monitoria insere-se no projeto de formação do aluno, e na contribuição que ele oferece ao projeto de formação dos demais, como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Nessa atividade, o monitor tem a oportunidade de aprofundar sua experiência como estudante em um processo acadêmico-científico e também educativo. Com essa compreensão, a Monitoria tem como objetivo:

- Possibilitar o aprofundamento nos conhecimentos teórico-práticos em que o monitor estiver desenvolvendo a Monitoria;

- Contribuir com a qualidade do ensino na graduação, ao apoiar os professores e os estudantes no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e incentivar a formação do estudante para o exercício de atividades concernentes ao processo de ensino-aprendizagem;
- Propiciar maior integração dos segmentos da Universidade, por meio da interação entre estudantes e professores nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (UNIVERSIDADE, 2008).

Conforme a Política de Monitoria, a prática dessa atividade requer um processo seletivo para preencher as vagas oferecidas e podem ocorrer com o benefício de bolsa de estudos, concedidas pela Reitoria, ou sem o benefício, essas dependem da iniciativa dos próprios cursos.

A monitoria no âmbito do ensino contempla as atividades de planejamento e atuação pedagógica, estudo e avaliação. O monitor pode empreender ações no campo da pesquisa e da extensão. Essas atividades são, obrigatoriamente, orientadas, supervisionadas e avaliadas, continuamente, pelo professor responsável proporcionando ao aluno a oportunidade de aprofundar sua experiência como estudante, em um processo acadêmico-científico e também educativo (UNIVERSIDADE, 2008).

A PUC Goiás acredita que a participação dos alunos no Programa de Monitoria aprimora, de fato, sua formação e implementa a cultura acadêmica, por isso, vem ampliando cada vez mais a oportunidade de os estudantes participarem desse programa.

2.6.5 Programa de Estágio, Monitoria, Egresso e Empresas Juniores

A Coordenação de Apoio ao Estágio, Monitoria, Egressos e Empresas Juniores (CAEME), cujas raízes remontam a 1973, foi instituída, em dezembro de 2012, com o objetivo de apoiar o gabinete da Pró Reitoria de Graduação na qualificação do processo de ensino-aprendizagem, com as seguintes atribuições: implementar a Política e Regulamento de Estágio da PUC Goiás, conforme Resolução nº 15/2004 do CEPEA, e a Política de Monitoria, aprovada pela CG/CEPEA, em 9 de janeiro de 2008 e desenvolver a política para os egressos.

Em relação ao Estágio, é responsável pela gestão acadêmico-administrativa do Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório dos cursos de graduação da PUC Goiás que preveem este componente curricular em suas propostas curriculares, pautando-se na Lei 11.788/2008 (Lei de Estágio) e na Política de Estágio da Instituição. Nesse sentido, apoia e orienta os cursos – Coordenação

de Estágio, professores – supervisores e estudantes e as empresas e instituições com destaque para o supervisor de campo, no cumprimento das diretrizes e regulamento de Estágio da Instituição e requisitos legais e normativos específicos; estabelece mediação da Universidade com as unidades concedentes de estágio ou com as agências de integração empresa escola; assessora a Reitoria na celebração dos Convênios de Estágio; atua junto ao mundo do trabalho no sentido de consolidar a dimensão pedagógica do Estágio com vistas a uma formação profissional de qualidade; promove o Encontro Anual de Estágio; e tem representação no Colegiado de Estágio da PUC Goiás e em órgãos externos.

Além disso, para facilitar a comunicação com o aluno, dispõe do Portal de Estágio, um espaço voltado ao estagiário, contendo informações para auxiliá-lo na formalização, no desenvolvimento e na realização de suas atividades de estágio.

No que se refere à monitoria, cabe à CAEME orientar e acompanhar professores orientadores e coordenadores de monitoria dos cursos de graduação da PUC Goiás quanto à aplicação da Política de Monitoria. Para tanto, assessora os coordenadores de curso e coordenadores de monitoria na execução do Programa de Monitoria; promove o Encontro Anual de Monitores e tem assento no Colegiado de Monitoria.

Para o período de 2016 a 2020, a CAEME propõem as seguintes metas para o estágio: revisão da Política de Estágio, implantação do Programa Virtual de Estágio e Monitoria; realização do Encontro de Estagiários e Monitores da PUC Goiás; inclusão de dados sobre o Estágio e a Monitoria da PUC Goiás no Sistema de Gestão Acadêmica (SGA), capacitação de professores-supervisores para utilização do Sistema de Gestão Acadêmica do Estágio e da Monitoria; realização do Encontro Anual de Estagiários; desenvolvimento de projetos inovadores no campo de Estágio, internacionalização do Estágio, por meio de convênios com concedentes estrangeiras de estágio.

Para a Monitoria, no período de 2016 a 2020, a CAEME propõe as seguintes metas: revisão da Política de Monitoria, implantação do Plano de Monitoria no site da PUC Goiás; capacitação de professores-supervisores para utilização da Plataforma de Monitoria; unificação do processo seletivo para Monitores; realização do Encontro Anual de Monitores; desenvolvimento de atividades de Monitoria junto ao PROA; implantação do Programa de Formação Continuada de Monitores; auxílio no nivelamento do conhecimento do discente, visando à melhoria do seu desempenho acadêmico; realização de estudos integrados à pesquisa e à extensão.

O acompanhamento dos egressos em sua vida profissional, após a formatura, é o foco de programa específico, integrado a cada curso por meio de

comissões e de encontros periódicos, envolvendo todos os cursos das distintas unidades acadêmico-administrativas. Este objetiva:

- Manter vínculos com os graduados, a fim de facilitar sua continuação nos estudos.
- Conhecer a situação atual do egresso no mercado e as demandas do mundo do trabalho, bem como os índices ocupacionais.
- Atualizar os procedimentos didático-pedagógicos dos cursos e as matrizes curriculares.

2.6.6 Programa de Formação Continuada de Professores e Gestores

Criado em 2004, o Programa de Formação Continuada de Professores e Gestores Acadêmicos (PFCPGA) da PUC Goiás tem como pressuposto que a educação continuada “é uma prática social que se realiza ao longo da vida” (UNIVERSIDADE, 2003), portanto, deve constituir-se em compromisso político e pedagógico permanente de professores e da instituição.

Em consonância com a LDB, o PFCPGA tem como objetivo propiciar espaços permanentes de estudo, reflexão e discussão sobre a prática educativa. O Programa norteia-se pelo propósito de aprimorar a qualidade pedagógica, metodológica e tecnológica do ensino, em sua integração com a pesquisa e a extensão; de promover continuamente atividades de formação para os docentes; e de possibilitar um campo vasto para o desenvolvimento de atividades de caráter científico, cultural e social.

O PFCPGA já promoveu a discussão de temas como: metodologias ativas no ensino de graduação; Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC no processo ensino-aprendizagem; respeito à diversidade cultural; internacionalização; interdisciplinaridade; formação humana e profissional dos alunos; avaliação da aprendizagem; atualização científica, pedagógica e metodológica dos currículos; avaliação externa e suas implicações na gestão acadêmico-administrativa dos cursos de graduação, dentre outros.

Entre as temáticas previstas para as próximas etapas incluem-se: acessibilidade pedagógica e atitudinal; políticas de educação ambiental; inclusão; educação em direitos humanos; ensino híbrido; a aula universitária e outros temas relacionados aos desafios impostos à prática docente na contemporaneidade.

Considerando que se tornar professor é um processo de longa duração, de novas e múltiplas aprendizagens e sem uma data final determinada, as principais metas a serem alcançadas são: avaliação do impacto das atividades do Programa na prática docente; oferta de cursos de formação para todos os do-

centes ingressantes na PUC Goiás com vistas a responder às novas e constantes demandas à docência no mundo contemporâneo; e fortalecimento da cultura de formação continuada para os docentes Instituição.

2.6.7 Sistema de Bibliotecas

O Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás (SiBi), órgão executivo de apoio à área acadêmica, subordinado à Pró-Reitoria de Graduação, organizado em espaços físicos e virtuais é constituído pela Biblioteca Central (BC) localizada na área I, no *campus* I e postos de atendimento localizados no *campus* II, *campus* V, Seminário Santa Cruz - onde funciona o Curso de Graduação em Teologia, Santa Casa de Misericórdia de Goiânia - Hospital Escola do Curso de Medicina e de outros cursos da Área da Saúde - e Laboratório Morfofuncional na área V, *campus* I.

Seu trabalho caracteriza-se pela gestão da informação do conhecimento para a comunidade acadêmica, como consultoria e apoio para as atividades do ensino, da pesquisa e da extensão. Neste processo de gerenciamento, empreende uma política de desenvolvimento de coleções, localiza, seleciona, organiza e disponibiliza a informação do conhecimento, atende a comunidade em geral e ainda oferece: oficinas e/ou cursos de apoio pedagógico a discentes e docentes; levantamentos bibliográficos; organização de catálogos *online*; Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT); empréstimo entre bibliotecas do Sistema; acesso a bases de dados; empréstimo domiciliar; orientações sobre busca, renovação e reserva de empréstimo *online*; catalogação de dissertações e teses de programas de pós-graduação da instituição; programas cooperativos de acesso *online*, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); confecção de fichas catalográficas e outros.

2.7 PROGRAMAS DA PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

A PUC Goiás oferece a seus estudantes a possibilidade de participação na iniciação científica por meio de cinco programas:

- Programa de Bolsa de Iniciação Científica da PUC Goiás (BIC/PUC Goiás)
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento

- Tecnológico e Inovação (PIBITI) do CNPq;
- Programa de Bolsa de Iniciação Científica da Organização das Voluntárias de Goiás (BIC/OVG)
 - Programa de Iniciação Científica Voluntário.

2.7.1 Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD)

A PUC Goiás integra o quadro das IES brasileiras contempladas com subsídios da CAPES para desenvolvimento de estágios pós-doutorais em seus programas de pós-graduação *stricto sensu*. O programa consiste na inserção temporária de doutores em projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes da instituição com os objetivos de formar recursos humanos; incrementar a cooperação científica com instituições nacionais e internacionais; aumentar qualitativa e quantitativamente a produção científica e, conseqüentemente, as pesquisas realizadas na instituição; reforçar os grupos de pesquisa e consolidar os programas de pós-graduação. Em consonância com a sua missão de formação humana associada à produção e socialização do conhecimento.

2.7.2 Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional (DCR)

Com o objetivo de estimular a fixação de pesquisadores com experiência em ciência, tecnologia e inovação na Instituição e no Estado de Goiás, a PUC Goiás por meio de estágios pós-doutorais, fomentados por agências regionais (FAPEG) e nacionais (CNPq), oportuniza junto a seus programas de pós-graduação *stricto sensu* a realização de pesquisa de alto impacto reforçando seu compromisso social com o desenvolvimento regional.

2.7.3 Programa DocFix

A PUC Goiás orientada, pelos princípios da excelência acadêmica e do compromisso social, incentiva seus docentes na busca de financiamentos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa que favoreçam a fixação de recém-doutores na região para aquisição, por esses profissionais, de prática acadêmica junto às equipes docentes de Programas de Pós-graduação, valorizando a participação dos egressos de cursos de doutorado da PUC Goiás ou de outras instituições do Brasil com foco na integração das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão e o fortalecimento de grupos de pesquisa nos Programas de Pós-graduação.

2.7.4 Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE)

A PUC Goiás apoia a formação de recursos humanos de alto nível, para seus estudantes dos cursos de doutorado, por meio do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) em diversas IES reconhecidas internacionalmente. O estágio no exterior deve contemplar, prioritariamente, a realização de pesquisas em áreas do conhecimento e complementar o preparo acadêmico dos pesquisadores formados pela instituição. Este programa promove a socialização do conhecimento produzido nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* favorecendo o processo de internacionalização da PUC Goiás, incorpora novos modos ou modelos de condução da pesquisa desenvolvidas pelos estudantes, fortalecendo os programas de cooperação e de intercâmbio entre os programas de pós-graduação e grupos de pesquisa e promove maior visibilidade internacional à produção científica, tecnológica e cultural da PUC Goiás.

2.7.5 Redes de Pesquisa e Pós-Graduação

A PUC Goiás estabelece convênios, parcerias e protocolos de cooperação entre diversas instituições de ensino e/ou pesquisa, visando à produção do conhecimento por meio da consolidação de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos qualificados em diversas áreas do conhecimento.

A participação da instituição em Redes de Cooperação em Pesquisa e Pós-graduação cumpre as orientações da CAPES no sentido de estimular a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infraestrutura disponíveis em diferentes IES possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos. Contribui e estimula a criação, o fortalecimento e a ampliação de áreas de concentração em programas de pós-graduação *stricto sensu*, além de promover o intercâmbio e o estabelecimento de parcerias impactando positivamente na produção científica dos pesquisadores da instituição.

2.7.6 Dupla Titulação

A PUC Goiás em seu processo de internacionalização estabeleceu, nos últimos anos, convênios com diversas instituições da Europa e América do Norte. Acordos futuros poderão beneficiar os casos em que o estudante cumpre parte do curso na PUC Goiás e outra parte em uma instituição estrangeira, de modo que ambas possam diplomar o aluno conferindo dupla diplomação ou titulação.

2.8 OPERACIONALIZAÇÃO DA DIMENSÃO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Promover qualidade social	<ul style="list-style-type: none">• Adotar processos de diálogo com os segmentos sociais• Manter atualizadas as formas de acesso e de permanência dos estudantes.• Manter interação permanente com a comunidade (inclusão e inserção social).• Integrar os projetos de pesquisa às políticas sociocultural e ambiental e demandas sociais.
Oferecer excelência acadêmico-institucional	<ul style="list-style-type: none">• Articular ensino, pesquisa e extensão.• Relacionar teoria e prática no processo acadêmico.• Assegurar a coerência sistêmica e estratégica entre o PDI e os Projetos Pedagógicos das Escolas, dos Projetos Pedagógicos do Cursos de Graduação e Pós-graduação e Programas de Extensão.• Acompanhar e avaliar as demandas socioeconômicas, ambientais, culturais e científico-tecnológicas nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Quadro 2 - Operacionalização da Dimensão Projeto Pedagógico Institucional.

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Nessa dimensão apresentam-se as ações e programas que concretizam e integrem as diretrizes curriculares com os setores sociais e produtivos, incluindo o mercado profissional, podendo expressar-se por relações com escolas, assistência judiciária, associações de bairro, movimentos sociais, conselhos tutelares, campanhas de saúde, cooperativas, incubadoras, empresas juniores, escritórios tecnológicos, escritórios de captação de recursos, estágios em setores profissionais específicos, prestação de serviços, parcerias de trabalho com órgãos públicos e privados etc.

Descrevem-se as experiências de produção e transferência de conhecimentos, tecnologias e dispositivos decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais, preservação do meio ambiente, estimulando parcerias que atendam as demandas de desenvolvimento local, regional, nacional e internacional, bem como do meio rural e/ou meio urbano, incluindo a descrição das formas de registro de seus resultados.

Nessa sessão também são apresentadas as ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com as políticas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural, visando sua preservação e estimulando parcerias que sirvam à preservação da memória e do patrimônio cultural no âmbito local, regional, nacional/internacional.

3.1 COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL

Fazem parte da responsabilidade social da PUC Goiás, nos âmbitos regional e nacional, ações voltadas para: inclusão social e desenvolvimento econômico-social, regionalidade, preservação da memória cultural, da produção artística e do patrimônio histórico-cultural e do meio ambiente. Indissoluvelmente ligada com a questão ambiental, o capítulo 4 da Encíclica do Papa Francisco *LAUDATO SI'* se refere à “ecologia integral, que inclua claramente, as dimensões humanas e sociais” (cap. IV, item 137) centrais ao compromisso social e ambiental assumida pela PUC Goiás.

3.1.1 Inclusão Social

A PUC Goiás direcionando suas ações e esforços de inclusão social, justiça, solidariedade, desenvolvimento sustentável e realização integral da pessoa humana, consolida uma visão ampla e compreensiva da realidade que inclui as

dimensões humanas, sociais, culturais e políticas, que interferem no equilíbrio de relações entre todos os seres vivos e o seu meio ambiente (ecologia integral), com todas as suas dimensões da vida pessoal e coletiva.

A abrangência e a diversidade das atividades, dos projetos e programas de extensão e de ação social desenvolvidos nas IES comunitárias, assim como os debates promovidos e acumulados nos fóruns do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), da Federação Internacional das Universidades Católica (FIUC), da Organização de Universidades Católica da América Latina e Caribe (ODUCAL), da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias (ABRUC) e da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católica (ABESC), atual Associação Nacional de Educação Católica (ANEC), orientam a PUC Goiás na sua inserção no cenário regional e nacional, pela sua especificidade e identidade institucional e seu legado acadêmico.

A PUC Goiás reafirma seu compromisso social na medida em que as ações extensionistas, por ela desenvolvidas expressam o projeto acadêmico da Universidade, por meio da geração e coletivização do conhecimento que subsidia a formulação de políticas públicas e o fortalecimento do processo organizativo dos segmentos populares na consolidação dos direitos humanos.

A responsabilidade social da Instituição manifesta-se no cotidiano da vida social e se caracteriza pelo enraizamento de ações, projetos, programas e políticas nas áreas temáticas da infância, adolescência, juventude e família, direitos humanos, educação, planejamento urbano e ambiental, gerontologia social, gênero, etnia, saúde coletiva, trabalho, gestão de políticas sociais e apoio ao planejamento de municípios do Estado/região, promoção e valorização do fazer artístico e sua criação em diversas modalidades, incentivo a pesquisa e eventos sobre a cultura da região e do País.

O compromisso com a inclusão social materializa-se em ações específicas, projetos e programas institucionais, permanentes ou transitórios. Essas ações seguem os princípios da: indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; consolidação do espaço comunitário de serviços e de comunicação da Instituição; socialização do conhecimento científico e cultural gerado pela PUC Goiás; e, ampliação das demandas por parte dos municípios da região metropolitana e das demais regiões do Estado.

Entre as ações desenvolvidas pela PUC Goiás, destaca-se a Jornada da Cidadania, inicialmente denominada de Semana de Cultura e Cidadania e realizada desde 2005. É uma atividade de grande porte, prevista em calendário acadêmico e no calendário da cidade de Goiânia (Câmara Municipal de Goiânia). Constitui espaço ímpar de participação, visibilidade, troca de experiência

e campo fecundo para maior integração da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio de oferta de serviços, cultura e formação.

Tanto nos aspectos quantitativos quanto qualitativos, consolida-se como uma atividade que expressa com excelência a missão e a finalidade da Universidade, destacando-se pela participação e credibilidade manifestada por pessoas de diferentes faixas etárias, condições socioeconômicas e culturais que a frequentam ao longo dos anos. Seu êxito deve-se ao envolvimento de professores, funcionários, estudantes e parceiros e fortalece a credibilidade da PUC Goiás perante a sociedade.

A Jornada da Cidadania é um espaço privilegiado de formação acadêmica, articulando teoria e prática por meio das diversas e múltiplas vivências interdisciplinares. Socializa o conhecimento produzido pelos professores e estudantes no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Disponibiliza gratuitamente à população serviços na área jurídica; de saúde; consultoria em negócios e empreendedorismo; laboratório de ensino dos cursos de formação de professores; mostra de ciência e tecnologia; atividades folclóricas e de arte e cultura (shows, filmes, literatura e exposições); estação do meio ambiente; atividades dirigidas de formação e assessoria; debates sobre políticas públicas; feiras solidárias de produtos diversificados e de alimentação; minicursos, oficinas e visitas monitoradas aos museus e laboratórios da PUC Goiás.

3.1.2 Ecologia Integral

A PUC Goiás é pioneira na implantação do Ensino Superior no Centro-Oeste e oferece cursos e programas que respondem às necessidades da região e acompanham o seu desenvolvimento. Por meio do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia (IGPA) e do Instituto do Trópico Subúmido (ITS) desenvolve estudos, pesquisas, investe no conhecimento e na preservação do Bioma do Cerrado; investiga as raízes do povo, sua história, sua presença, os valores que criam e consolidam o imaginário coletivo e se mantém atenta aos costumes, tradições, música, literatura, artes, gastronomia e folclore. Busca formas de apoiar a causa indígena a partir do diálogo com os povos indígenas, a sociedade civil, as universidades e a esfera pública.

Como centro dinamizador da memória histórica do Brasil Central e da Igreja em Goiás, repara, conserva e cataloga documentos; realiza pesquisas e edições para publicação de obras históricas e biográficas e disponibiliza seu acervo.

Associado aos aspectos universais da preservação do meio ambiente faz-se necessário também, a observância das diretrizes do Programa Nacional de

Educação Ambiental referente ao aperfeiçoamento e fortalecimento dos sistemas de ensino no que diz respeito à Educação Ambiental (EA).

A Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu art. 2º diz que:

a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Estabelece, portanto, a necessidade de se promover a educação ambiental em todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Em complementariedade, a Lei nº 9.795/99 afirma que a Educação Ambiental é componente essencial, permanente e contínua da educação brasileira, devendo estar presente de forma articulada em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

A PUC Goiás atenta à legislação vigente e, principalmente, mantendo sua fidelidade à doutrina e às determinações da igreja, fundamentada na sua identidade católica, visa sistematizar sua política de gestão ambiental articulada com suas políticas de ensino, pesquisa e extensão.

3.2 OPERACIONALIZAÇÃO DA DIMENSÃO RESPONSABILIDADE SOCIAL

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Fortalecer o compromisso social e ético da PUC Goiás com o desenvolvimento econômico-social, a preservação ambiental, a produção artística e o patrimônio histórico e cultural da humanidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver a extensão como interface de comunicação entre a PUC Goiás e os diferentes segmentos da sociedade. • Expandir a representatividade institucional nas instâncias de gestão e controle social dos direitos sociais, humanos e ambientais.
Sistematizar a política de gestão ambiental da Instituição.	<ul style="list-style-type: none"> • Estruturar as políticas ambientais da Instituição, no âmbito acadêmico e administrativo. • Implantar e implementar ações que levem à participação individual e/ou coletiva na preservação da ecologia integral.

Quadro 3 - Operacionalização da Dimensão Responsabilidade Social.

4 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

As novas tecnologias reconfiguraram os modos de produção de sentido, transformando o modo de pensar e agir nas organizações. Elas induzem estratégias inovadoras de comunicação que visam à promoção da visibilidade e legitimação das ações institucionais frente aos seus públicos de interesse. A comunicação passa a ser vista e compreendida mais que como um processo operacional: ela tem caráter estratégico.

Diante deste contexto é objetivo geral da comunicação fortalecer o vínculo entre a PUC Goiás e seus mais diversos públicos, tendo em vista a busca constante pela excelência com base na comunicação estratégica e integrada; apresentar a PUC Goiás e seus valores, assim como as estratégias comunicacionais articuladas às políticas da gestão que buscam a excelência nas ações de ensino, pesquisa e extensão.

A comunicação visa dar visibilidade à produção de conhecimento, inerente e constitutiva desta Instituição e se constrói no cotidiano da sala de aula, na interlocução entre gestores, docentes, estudantes, profissionais técnico-administrativos e comunidade produzindo sentido nas relações humanas estabelecidas nos mais variados espaços em que a PUC Goiás se faz presente.

A definição das estratégias de comunicação e relacionamento prevê programas de abrangência interna e externa. Internamente, objetiva estabelecer o diálogo direto entre as instâncias de gestão, as unidades acadêmicas e administrativas e as entidades representativas das comunidades inseridas na PUC Goiás, com o intuito de potencializar os serviços existentes e aumentar o engajamento em busca do fortalecimento dos valores e da missão da PUC Goiás.

A fim de que sejam atendidas as demandas sociais e culturais local, regional e internacional, a PUC Goiás conta com diversos meios de comunicação, para a divulgação da sua identidade, missão e valores, produção acadêmica, científica e cultural, e ações comunitárias e extensionistas.

1. Inserção nos canais de comunicação regionais:

- veiculação de conteúdo pertinente à instituição e sua identidade nas rádios da capital e do interior;
- publicações institucionais segmentadas em jornais impressos de circulação em massa;
- mídia espontânea nos noticiários das redes de televisões no Estado;
- publicações e intervenções em sítios de internet;
- assessoria de imprensa.

2. Publicações periódicas da Instituição:

- jornal institucional com foco em funcionários docentes e administrativos;
- jornal institucional com foco nos estudantes;
- inserções em publicações vinculadas à mantenedora;
- redes sociais;
- boletim eletrônico diário interno e para a imprensa;
- coluna diária no jornal O Popular;
- coluna semanal no jornal O Encontro, da Arquidiocese de Goiânia;
- programa diário televisivo transmitido pela PUC TV, denominado PUC Acontece;
- mídia indoor e outdoor.

3. Divulgação do conhecimento e de sua produção:

- portal de Periódicos da CAPES;
- periódicos científicos impressos na PUC Goiás;
- periódicos científicos virtuais da PUC Goiás;
- repositório institucional de teses e dissertações - do Sistema de Bibliotecas;
- participação com artigos e comunicações em livros, periódicos e congressos nacionais e internacionais;
- livros temáticos, técnico-científicos impressos na PUC Goiás;
- semanas, congressos e conferências na PUC Goiás;
- editoração e comunicação.

4.1 EDITORA, GRÁFICA E LIVRARIA DA PUC

A Editora da PUC Goiás analisa e seleciona textos originais para publicação, impressa e eletrônica; executa o processo de editoração de produções científicas, culturais e tecnológicas, de educadores/pesquisadores da Instituição e de outras IES, bem como contribuições relevantes de diferentes autores.

A Editora da PUC Goiás apresenta a seguinte linha de produção:

- publicação de livros inéditos ou reformulados.
- reimpressão de livros.
- coedição de livros.
- publicação de revistas científicas eletrônicas e anais.
- publicações em *compact disc*.
- publicação de catálogo eletrônico próprio.
- publicação de e-books, com acesso gratuito.

As publicações da editora são repassadas para o acervo da Biblioteca Central, que por sua vez as encaminham às bibliotecas públicas e particulares e instituições científicas e universitárias. Além disso, a Editora promove eventos, participa de feiras e bienais do livro e expõe suas produções na Livraria da Universidade. As revistas científicas são disponibilizadas no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), no site da PUC Goiás.

4.2 A PUCTV

A PUC TV é uma emissora do Sistema Católico de Telecomunicações (SICATEL), instituição mantida pela Sociedade Goiana de Cultura (SGC) com as seguintes finalidades:

- operar e administrar o sistema de telecomunicações;
- produzir materiais televisivos para fins educativos, institucionais e comerciais;
- colaborar com a ação evangelizadora da Arquidiocese de Goiânia.

4.3 OUVIDORIA

Seu objetivo é o atendimento às demandas, atuando como Órgão mediador para a solução de conflitos, buscando sempre a excelência. Para isso, realiza os encaminhamentos cabíveis: ouve, analisa a natureza dos problemas, encaminha as solicitações e acompanha as demandas até a solução final.

4.4 OPERACIONALIZAÇÃO DA DIMENSÃO COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Socializar o conhecimento e divulgar sua produção nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão.	<ul style="list-style-type: none"> • Veicular periodicamente as atividades da PUC Goiás. • Manter canais e fluxos de comunicação para socialização de informações.
Reforçar a imagem de excelência acadêmica e qualidade social da Instituição.	<ul style="list-style-type: none"> • Difundir informações de interesse público sobre a filosofia, as políticas e as práticas da Instituição, enfatizando sua missão, seus valores e objetivos. • Aprimorar os canais de comunicação interna. • Ampliar a comunicação entre a PUC Goiás e a comunidade.

Quadro 4 - Operacionalização da Dimensão Comunicação com a Sociedade.

5 POLÍTICA DE PESSOAL

Nessa dimensão são apresentadas as diretrizes que possibilitam o acompanhamento do quadro de pessoal (docente e auxiliar de administração escolar), em todas as instâncias dentro da Instituição, desde o seu ingresso até o seu desligamento.

Sua política de gestão de pessoas tem por objetivo sistematizar, aprimorar e/ou ampliar o delineamento e a coordenação dos projetos, programas e ações já existentes para a seguridade da carreira docente e do auxiliar de administração escolar, bem como, possibilitar a criação de novas ações que se façam importantes e necessárias no ambiente de trabalho da Instituição. Apresenta diretrizes estruturadas de forma sistêmica e sistemática que interagem e possibilitam o acompanhamento do quadro de pessoal em todas as instâncias, desde o ingresso até o seu desligamento.

A PUC Goiás compõe seu quadro de funcionários por meio de editais de concursos internos e externos, para preencher vagas e atender as necessidades dos cargos de suas categorias profissionais. Os selecionados são alocados com base nos resultados dos processos seletivos, nos quantitativos do dimensionamento de pessoal e na relação entre as necessidades da instituição e o perfil exigido para a função. Desta maneira busca garantir ações que estimulem conhecer e potencializar a gestão das competências individuais e institucionais, visando a satisfação das duas categorias profissionais e a excelência no cumprimento da sua missão.

Desenvolve um conjunto de ações que constituem sua política de qualificação de pessoal proporcionando: o conhecimento da Universidade, suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão; a busca de excelência na gestão das Escolas e Institutos; a experiência regular e contínua com atividades promotoras da saúde do trabalhador e prevenção de doenças ocupacionais; o planejamento financeiro pessoal; o acesso a bolsas de estudo; a qualificação no e do atendimento a estudantes e visitantes dentro de uma perspectiva e atitude inclusiva; o acesso qualificado à avaliação profissional buscando o desenvolvimento do recurso humano; e, o preparo para a aposentadoria e envelhecimento dentro de parâmetros de qualidade de vida e de dignidade pessoal pós-carreira.

Promove a capacitação contínua dos gestores da Instituição, de diferentes níveis de complexidade, sobre o desempenho esperado para o cargo, sobre o processo de trabalho inerente e os limites de autoridade e responsabilidade. Busca a valorização pessoal e profissional do corpo docente e técnico-adminis-

trativo garantindo segurança, higiene, saúde e qualidade de vida no trabalho, de acordo com a identidade da Instituição e em atendimento às exigências legais.

Por meio da avaliação de desempenho obtém informações de toda a organização, visando manter ou elevar o seu desempenho e a otimização das estratégias organizacionais, além de identificar as competências técnicas, éticas, relacionais e comportamentais. Orienta, subsidia e acompanha o docente e o auxiliar de administração escolar na gestão da carreira profissional, estabelecendo comunicação aberta e direta com todo o quadro de pessoal, pautada numa gestão dialógica, diálogo construtivo, na responsabilidade e liberdade, oferecendo informações atualizadas e orientações que estimulem as pessoas a atuarem de forma harmônica e convergente com os objetivos institucionais, em consonância com a sua identidade.

Ações desenvolvidas pela PUC Goiás permitem monitorar as causas dos desligamentos e orientar docentes e auxiliares administrativos para o planejamento de suas aposentadorias

5.1 DOCENTE

O corpo docente da PUC Goiás constitui-se pelo conjunto dos professores que nela exercem atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

5.1.1 As Normas de Contratação Docente

Os integrantes do corpo docente da PUC Goiás são admitidos por processo seletivo, levando-se em consideração o respeito à identidade católica da Instituição, a titulação adequada, a comprovada produção técnico-científica, a capacidade pedagógica e a competência técnica do candidato, de acordo com as especificidades das diferentes áreas de conhecimento e conforme regulamentos pertinentes.

O processo de consolidação do quadro docente depende de dois fatores fundamentais: atendimento de excelência às demandas oriundas das atividades acadêmico-institucionais e preservação da sustentabilidade institucional. Na definição da política de contratação, a PUC Goiás procura assegurar a necessária coexistência desses dois fatores.

A relação de trabalho do corpo docente é regida pela Legislação Trabalhista, pelo Regimento Geral da PUC Goiás, pelo Regulamento da Carreira Docente em vigor e demais normas internas, bem como pelas leis especiais ou complementares que disciplinam a matéria.

5.1.2 Titulação e Composição do Docente

A Instituição atende as exigências da LDB no que tange à titulação de seu corpo docente que é composto por especialistas, mestres, doutores e pós-doutores, nas proporções exigidas para uma Universidade. Nas novas contratações exige-se titulação em nível de pós-graduação, prioritariamente, em programas de mestrado e doutorado.

5.1.3 Plano de Carreira Docente

A carreira docente é disciplinada por regulamento próprio, que fixa as regras sobre admissão, promoção, substituição, funções de categoria, regime disciplinar e afastamento. O quadro permanente constitui um único grupo ocupacional organizado em carreira, compreendendo a seguinte série de classes:

- I – Titular;
- II – Adjunto;
- III – Assistente;
- IV – Auxiliar.

5.1.4 Regime de Trabalho

O regime de trabalho dos docentes obedece ao regulamento da carreira, às normas internas da Instituição, à legislação trabalhista e às demais disposições legais aplicáveis à matéria. O tempo de dedicação semanal do professor destina-se às atividades de ensino, pesquisa, extensão e/ou gestão e são contratados sob um dos seguintes regimes:

I - regime de tempo integral (TI) destinado ao docente que assume atividades integradas de ensino, pesquisa e/ou extensão, com dedicação obrigatória de 40 (quarenta) horas semanais de presença efetiva na unidade acadêmico-administrativa em que estiver lotado, ou que esteja à disposição da Universidade;

II - regime de tempo parcial ou contínuo (TC2), destinado ao docente que assume atividades integradas de ensino, pesquisa e/ou extensão, com dedicação obrigatória de 30 (trinta) horas semanais de presença efetiva na unidade acadêmico-administrativa em que estiver lotado, ou que esteja à disposição da Universidade;

III - regime de tempo parcial ou contínuo (TC1) destinado ao docente que assume atividades integradas de ensino, pesquisa e/ou extensão, com dedicação obrigatória de 20 (vinte) horas semanais de presença efetiva na unidade acadêmico-administrativa em que estiver lotado, ou que esteja à disposição da Universidade;

IV - regime de hora-aula (Horista), destinado ao docente que assume atividades de ensino e orientação acadêmica, com dedicação de até 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com regulamentação aprovada.

5.2 O AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR E AS NORMAS DE CONTRATAÇÃO

O pessoal administrativo desempenha funções e atribuições de apoio às atividades acadêmicas e administrativas mediante remuneração, subordinação hierárquica e disciplinar e está sujeito às normas do Plano de Cargos e Salários da Carreira Administrativa.

A relação de trabalho é regida pela Legislação Trabalhista, Plano de Cargos e Salários da Carreira Administrativa (PCS), Atos Normativos Internos e pelas leis especiais ou complementares que regulamentam a matéria.

5.2.1 Titulação e Composição do Auxiliar de Administração Escolar

Os cargos e funções do quadro administrativo são compostos por trabalhadores com níveis de escolarização e competências profissionais necessários para o exercício de atividades administrativas, acadêmicas e institucionais. O provimento dos cargos é realizado por meio de admissão, promoção, transferência, remanejamento e readaptação.

5.2.2 Plano de Carreira do Auxiliar de Administração Escolar

O quadro de carreira administrativa constitui-se dos seguintes grupos ocupacionais:

I - Grupo Operacional (GOP) - É o grupo que agrega os cargos e funções de natureza operacional em serviços gerais, de segurança, de transporte, de obras, de manutenção e gráfica;

II - Grupo Administrativo (GAD) - É o grupo que agrega os cargos e funções de natureza administrativa de nível intermediário nas áreas: administrativa, acadêmica, biblioteca e laboratórios da Instituição;

III - Grupo Técnico (GTE) - É o grupo que agrega os cargos e funções de nível técnico nas áreas acadêmicas e administrativas da Instituição;

IV - Grupo de Analistas (GAN) - É o grupo que agrega os cargos e funções de natureza administrativa de reconhecida qualificação nas áreas acadêmica e administrativa da Instituição.

A admissão do pessoal administrativo se dá por meio de processo seletivo que obedeça às normas da Instituição, explicitadas em edital, de acordo com os requisitos exigidos pela função e especificados no PCS.

5.2.3 Regime de Trabalho

O regime de trabalho dos administrativos observa as disposições da legislação trabalhista e do PCS.

5.3 OPERACIONALIZAÇÃO DA DIMENSÃO POLÍTICA DE PESSOAL

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Atender às demandas institucionais com excelência, primando pela sustentabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> • Prover e adequar o quantitativo de pessoal às necessidades e capacidade financeira da Instituição. • Oferecer condições de trabalho necessárias para uma atuação competente dos docentes e auxiliar de administração escolar. • Gerenciar as relações de trabalho à luz das diretrizes legais e institucionais.
Qualificar e avaliar docentes e auxiliar de administração escolar.	<ul style="list-style-type: none"> • Gerar condições e incentivar a qualificação dos docentes e auxiliar de administração escolar. • Incentivar e promover a participação em programas de avaliação de desempenho aos docentes e auxiliar de administração escolar.

Quadro 5 - Operacionalização da Dimensão Política de Pessoal.

6 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Essa dimensão apresenta a organização administrativa da instituição, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, o funcionamento e a representatividade dos colegiados. Inclui estratégias para integração e/ou intercâmbio entre universidades regionais, nacionais e internacionais.

6.1 RELAÇÃO MANTENEDORA/MANTIDA

A SGC é a responsável legal, perante as autoridades públicas e a sociedade, pela PUC Goiás. Compete-lhe estatutariamente, nos termos da legislação, tomar as medidas necessárias para o bom funcionamento da mantida, assegurando-lhe a autonomia institucional, de gestão administrativa, financeira, patrimonial e acadêmica; promover as adequadas condições de funcionamento das atividades, colocando à sua disposição os bens necessários para seu desenvolvimento e assegurar os suficientes recursos financeiros de custeio.

A mantenedora reserva o direito à orientação dos princípios, da natureza, finalidade e missão da PUC Goiás, enquanto instituição pontifícia, católica, comunitária e filantrópica, bem como à administração orçamentária e financeira, podendo ser delegada no todo ou em parte ao Reitor.

Dependem de aprovação da mantenedora os novos investimentos em patrimônio imóvel e as decisões dos órgãos colegiados que importem em aumento de despesas.

Compete exclusivamente ao Arcebispo de Goiânia, na qualidade de Grão-Chanceler da PUC Goiás, a nomeação *ad nutum* dos ocupantes dos cargos da Administração Superior da Universidade, de acordo com o Estatuto da SGC.

6.2 AUTONOMIA E COLEGIALIDADE

A PUC Goiás tem autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e de gestão patrimonial, de acordo com o art. 4º do seu Estatuto nos termos:

Do art. 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996);

Da legislação nacional vigente, da Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae*;
Do Acordo entre o Brasil e a Santa Sé (Decreto 7.107, de 11 de fevereiro de 2010);

Da legislação eclesiástica e canônica pertinente;
Das Diretrizes e Normas para as Universidades Católicas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;
Do Estatuto da Sociedade Goiana de Cultura.

A Instituição tem como modelo de gestão acadêmico-administrativa a colegialidade. A administração superior promove a gestão colegiada e a responsabilidade na administração da Universidade. A participação na tomada de decisões se efetiva por intermédio dos representantes dos diversos segmentos da comunidade acadêmica nos conselhos da Universidade e outros órgãos colegiados.

6.3 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA DA INSTITUIÇÃO

A organização administrativa e acadêmica é constituída por unidades que coordenam e executam as atividades articuladas e integradas de ensino, pesquisa e extensão, assim divididos:

- a) pelos órgãos que compõem a administração superior da universidade:
 - Grã-Chancelaria;
 - Conselho Universitário (COU);
 - Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE);
 - Reitoria, composta pelo reitor, vice-reitor, pró-reitorias e chefe de gabinete.
- b) pela estrutura administrativa das Escolas;
- c) pela estrutura administrativa das Unidades Complementares;
- d) pela estrutura administrativa das Unidades Suplementares.

A estrutura, a competência, a integração e o funcionamento das unidades são estabelecidos no Estatuto, Regimento Geral e normas específicas da PUC Goiás, observadas as prescrições legais.

6.4 INTERNACIONALIZAÇÃO

A internacionalização, compreendida como possibilidade de cooperação e colaboração entre diferentes instituições de diferentes países, desempenha papel fundamental na formação de quadros profissionais capazes de se adaptar e atuar eficazmente na nova realidade global, que é promovida por meio de múltiplas estratégias, responde à necessidade de inserir a Instituição numa

rede de atividades internacionais de produção e socialização de conhecimento, envolvendo múltiplos agentes e abrangendo o ensino, a pesquisa e a extensão.

Esse incremento advém do incentivo à mobilidade acadêmica, estudantil e docente, por meio de parcerias, ampliando as oportunidades de experiências acadêmicas e de gestão em nível internacional. Para promover essa mobilidade organizam-se programas para receber estudantes internacionais, buscando ao mesmo tempo ampliar os convênios para a oferta de bolsas de mobilidade aos estudantes. Por isso, a PUC Goiás estabelece acordos de cooperação interinstitucionais e convênios acadêmicos com outras instituições de ensino ou de pesquisa com o objetivo de desenvolver programas de intercâmbio.

6.5 OPERACIONALIZAÇÃO DA DIMENSÃO ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Promover os princípios que norteiam e permeiam a prática acadêmico-administrativa institucional.	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a colegialidade. • Manter o diálogo entre a racionalidade científica e a experiência religiosa em todas as práticas educativas da PUC Goiás.
Promover integração e/ou intercâmbio entre universidades regionais, nacionais e internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Cooperar no contexto nacional e internacional na formação de recursos humanos e no avanço do conhecimento científico. • Valorizar a produção científica e tecnológica com impacto local, regional, nacional e internacional.
Promover cultura de internacionalização entre toda a comunidade da PUC Goiás com vistas ao fortalecimento da imagem e inserção institucional no cenário mundial.	<ul style="list-style-type: none"> • Formular política de internacionalização da PUC Goiás.
Aprimorar a estrutura organizacional da Instituição.	<ul style="list-style-type: none"> • Acompanhar a implementação das Escolas por meio dos instrumentos de Planejamento e Avaliação.

Quadro 6 - Operacionalização da Dimensão Organização e Gestão

7 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS DE APOIO

Essa dimensão apresenta uma política de planejamento da ampliação, adequação e manutenção do espaço físico, da infraestrutura física; dos recursos tecnológicos e dos recursos de apoio para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e de gestão.

7.1 ESPAÇO FÍSICO

A PUC Goiás, ao priorizar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, considera espaço acadêmico todo o lugar onde acontece a aprendizagem e onde se transmite conhecimento e cultura. Uma política inovadora do espaço físico decorre da necessidade de modernizar a comunicação do saber, do conforto ambiental, da metodologia do ensino, da pesquisa, da extensão e das propostas curriculares. Todo lugar onde o evento da aprendizagem acontece, onde a investigação se realiza, onde o saber e o conhecimento são criados, onde a cultura é socializada, torna-se lócus privilegiado de ensino.

A ocupação dos espaços físicos da Instituição demanda aperfeiçoamento das estruturas existentes e a construção de novas, como forma de garantir a adequação dos espaços e cuidado com o patrimônio, levando-se em conta a sustentabilidade. A política de uso e ocupação dos espaços físicos acadêmicos se orienta pelos seguintes princípios:

- O planejamento arquitetônico e de urbanização do espaço acadêmico da Universidade e das áreas ou campi deve responder à funcionalidade exigida pela natureza e missão institucional, tendo como princípio orientador a política de mobilidade e acessibilidade, bem como as propostas pedagógicas dos cursos e programas instalados.
- O projeto arquitetônico de cada área física deve favorecer a interação dos programas e cursos de áreas epistemológicas afins, facilitando a integração de componentes curriculares de diferentes matrizes, a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.
- As instalações físicas necessárias aos cursos e programas acadêmicos e sua infraestrutura devem estar disponíveis antes do início do semestre letivo.
- Os espaços destinados ao ensino, pesquisa e extensão são considerados prioritários.
- Espaços de convivência dos estudantes, professores e técnico-administrativos são áreas academicamente relevantes, sendo sua presença e conservação prevista nos projetos arquitetônicos de cada área.

- Todas as instalações básicas de cada área devem ser definidas, mapeadas e conhecidas pela administração da instituição e pelos órgãos responsáveis pela manutenção e pela expansão do espaço físico.
- A urbanização e a conservação dos ambientes dos campi devem ser efetuadas constantemente.
- A harmonia arquitetônica da Universidade deve ser preservada, evitando a construção de anexos ou efetuando reformas sem aprovação de projeto arquitetônico.
- As prioridades no uso dos equipamentos nos espaços acadêmicos (salas de aula, laboratórios, auditórios e outros) decorrem de sua relevância prevista no Projeto Pedagógico Institucional.
- A funcionalidade dos ambientes de aprendizagem é avaliada de acordo com sua adequação às exigências do componente curricular ministrado.

7.2 A INFRAESTRUTURA FÍSICA DA PUC GOIÁS

Os campi da PUC Goiás, com seus ambientes físicos e infraestrutura tecnológica, são administrados com responsabilidade, procurando resultados de excelência na visibilidade e na funcionalidade. A acessibilidade e a permanência nos ambientes da Universidade são planejadas, mediante um sistema viário e estacionamentos monitorados, que atendam às normas de segurança de circulação. Disponibilizam ainda amplos espaços de convivência, cantinas e sanitários com adaptações para as pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais específicas em todas as suas áreas.

O espaço físico da PUC Goiás destina-se para atividades acadêmicas, com reserva de espaços para as entidades estudantis, os setores administrativos, de manutenção, de urbanização, estacionamentos e outros. Os ambientes destinados diretamente às ações pedagógicas são assim distribuídos: salas de aula, salas de estudo, salas de atendimento, salas de reunião, ambientes laboratoriais, salas dos docentes, áreas de convivência, auditórios, complexo poliesportivo, museus, centro de línguas, bibliotecas e outros.

7.3 O SISTEMA DE BIBLIOTECAS

O Sistema de Bibliotecas (SiBi) é unidade complementar e caracteriza-se pela gestão da informação do conhecimento para a comunidade acadêmica, como consultoria e apoio para atividades do ensino, da pesquisa e da extensão. No processo de gerenciamento localiza, seleciona, organiza e disponibiliza a

informação do conhecimento. O atendimento à comunidade em geral é inerente ao trabalho do SIBI. Está organizado em espaços físicos e virtuais. Atualmente é composto pela Biblioteca Central e Postos de Atendimento.

A Biblioteca Central, com área construída de 4.284,07 m², possui 351 gabinetes para estudo individual, cinco salas para estudo em grupo com capacidade para seis alunos e salas para atividades diversas com capacidade para até 60 alunos. O Posto de Atendimento do *Campus II*, com área construída de 178 m², possui 18 gabinetes para estudo individual e espaço para estudo em grupos com capacidade para 32 alunos. O Posto de Atendimento do *Campus V*, com área construída de 619,16 m², possui 98 gabinetes para estudo individual, oito com capacidade para seis alunos e uma sala com capacidade para 10 alunos, todas para estudo em grupo. O posto de atendimento da Santa Casa possui espaço para estudo individual e em grupo com capacidade para seis alunos. O Posto de Atendimento do Laboratório Morfofuncional possui 59 gabinetes para estudo individual e espaço para estudo em grupos com capacidade total para 82 alunos. O Posto de atendimento do Seminário Santa Cruz – onde funciona o Curso de Graduação em Teologia-tem espaço físico de 76m².

De segunda a sexta-feira, o horário de funcionamento da BC é das 07:00 às 22:00 horas e dos Postos de Atendimento, das 08:00 às 22:00 horas. Aos sábados, à exceção do Posto de Atendimento do *Campus II*, funcionam das 08:00 às 12:00 horas.

O SiBi conta com um acervo geral de mais de 390 mil exemplares e é gerenciado pelo *Pergamum* – Sistema Integrado de Bibliotecas – um sistema informatizado de gerenciamento de dados, o qual lhe possibilita disponibilizar serviços via *web*, que abrangem desde a busca da informação, o empréstimo, a renovação, até a consulta bibliográfica, aproximadamente, a 4,5 milhões de títulos junto às bibliotecas que integram o Sistema *Pergamum*. Além disso, permite a informatização e a organização do acervo com alto grau de informação.

A aquisição e a atualização do acervo são norteadas pela Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas da PUC Goiás, fundamentada nas indicações de bibliografias, propostas pelas unidades acadêmico-administrativas, necessárias para o atendimento dos PPCs.

O SIBI tem a política de também trabalhar com periódicos *online*, o que proporciona agilidade na renovação de seu acervo. Destaque-se que esta opção possibilita o acesso a diferentes bancos de dados, tanto internos quanto em nível nacional e internacional, em diferentes áreas do conhecimento. Para tanto, também disponibiliza o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES.

Dentre os serviços de atendimento oferecidos ao público, destacam-se: oficinas e/ou cursos de apoio pedagógico a estudantes e docentes; levantamentos bibliográficos; disponibilização de catálogos *online*; Programa de Comutação Bibliográfica (COMUT); empréstimo entre bibliotecas do Sistema; acesso a bases de dados; empréstimo domiciliar; orientações sobre busca, renovação e reserva de empréstimo *online*; repositório de dissertações e teses de programas de pós-graduação da Instituição; programas cooperativos de acesso *online*; confecção de fichas catalográficas e outros.

Nos próximos cinco anos de vigência deste PDI, de acordo com seus eixos de trabalho, o SiBi propõe as seguintes metas: manutenção e atualização do acervo do SiBi; adequação do *Pergamum*; consultoria sistemática aos cursos para definição da bibliografia dos PPC; capacitação periódica dos funcionários do SiBi, para qualificação dos trabalhos realizados; manutenção/adequação dos espaços físicos, mobiliários e equipamentos; readequação do fluxo de trabalho do processamento técnico; realização de oficinas de leitura para os acadêmicos; implementação da Semana do Livro e da Biblioteca; reestruturação do serviço de atendimento; revisão das normatizações dos serviços oferecidos pelo SiBi; implementação de mecanismos de divulgação do acervo e serviços oferecidos pelo SiBi; ampliação das condições de acessibilidade pedagógica para deficientes visuais e auditivos; revisão do Regimento do SiBi; ampliação da oferta de cursos aos docentes, junto ao Programa de Formação Continuada de Professores e Gestores Acadêmicos, para uso científico dos recursos e serviços disponíveis no SiBi.

Fundamentadas nos parâmetros da excelência acadêmica e do compromisso social, todas essas metas visam à qualificação do atendimento aos usuários do SiBi, sejam eles, acadêmicos, professores, pesquisadores, egressos e pessoas da comunidade em geral.

7.4 GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A gestão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é fundamental para o desenvolvimento da PUC Goiás e envolve planejamento, organização, controle, auditoria e avaliação de atividades de forma integrada, propiciando uma base consistente para a tomada de decisão.

A Instituição mantém unidades responsáveis por:

- Implantar e manter a infraestrutura das TICs.
- Desenvolver e manter sistemas, sítios e aplicativos móveis.
- Treinar e dar suporte técnico em sistemas, sítios e aplicativos móveis.

- Provisionar aquisições ou locações de software, computadores, dispositivos e serviços associados às TICs.
- Fornecer manutenção técnica de equipamentos de informática.
- Aperfeiçoar a infraestrutura das TICs por meio de pesquisa e inovação de soluções adequadas aos processos das unidades organizacionais.

7.5 OPERACIONALIZAÇÃO DA DIMENSÃO INFRAESTRUTURA FÍSICA E DE RECURSOS DE APOIO

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Prover infraestrutura física, tecnológica e recursos de apoio para o desenvolvimento de atividades acadêmicas e de gestão.	<ul style="list-style-type: none"> • Adequar a infraestrutura física às necessidades institucionais. • Programar a reposição e/ou ampliação de equipamentos, materiais e mobiliários. • Disponibilizar recursos tecnológicos necessários.

Quadro 7 - Operacionalização da Dimensão Infraestrutura Física e de Recursos de Apoio.

8 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

Essa dimensão aborda a relação entre o PDI, os Projetos Pedagógicos dos Cursos e a autoavaliação institucional, incluindo a definição de ações futuras com a participação da comunidade acadêmica e o desenvolvimento de metodologias participativas de autoavaliação, de análise e de reflexão sobre os resultados alcançados na avaliação.

Numa constante e histórica preocupação com a importância da avaliação para o planejamento e gestão, a PUC Goiás realiza diversas formas de coleta e análise de dados. A avaliação e o planejamento são partes integrantes do desenvolvimento institucional e dos princípios que o regem, transcendendo o simples cumprimento de exigências externas. Destes processos avaliativos participam todas as unidades da Instituição, tanto administrativas quanto acadêmicas, cada uma respeitando suas necessidades específicas e atendendo também às necessidades globais.

Na PUC Goiás, os processos de autoavaliação buscam maior efetividade no levantamento de dados concretos que revelem a realidade da Instituição, particularmente no que se refere às dez dimensões preconizadas no SINAES e as demais dimensões que a caracterizam. Esses processos são regidos por projetos ou programas, que definem seus parâmetros, objetivos e metodologias.

Em todas as avaliações, busca-se a melhoria da qualidade do ensino, pesquisa, extensão e gestão, mediante diagnóstico da realidade institucional. A avaliação subsidia a revisão do planejamento e sua execução, sendo fiel aos parâmetros que determinam as ações da PUC: excelência e qualidade. O Projeto de Autoavaliação Institucional (PAAI) apresenta as metodologias de coleta de dados que são utilizados na elaboração dos relatórios postados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) na plataforma do e-Mec, seguindo as dimensões e eixos estabelecidos pelo SINAES. A CPA utiliza dados oriundos das unidades institucionais produzidos *ad libitum*.

Avaliações quantitativa e qualitativa ocorrem no âmbito da graduação. Estas envolvem diversos aspectos da vida acadêmica. Além desse instrumento, também ocorre rotineiramente o acompanhamento do desempenho da Instituição nos cursos de graduação, pós-graduação e produção de pesquisa seguindo os indicadores produzidos pelo Ministério da Educação (MEC), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e CNPq.

8.1 OPERACIONALIZAÇÃO DA DIMENSÃO PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Qualificar a gestão institucional por meio do planejamento e avaliação.	<ul style="list-style-type: none">• Aprimorar as metodologias adotadas nos processos de planejamento e avaliação institucional.• Acompanhar a elaboração e a execução dos Planos de Gestão das unidades Institucionais.• Promover instrumentos de monitoramento, avaliação e acompanhamento das unidades Institucionais.

Quadro 8 - Operacionalização da Dimensão Planejamento e Avaliação.

9 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

Essa dimensão apresenta programas, projetos, benefícios e ações estruturantes e articuladas às demais políticas institucionais para diferentes modalidades de apoio aos estudantes; acompanhamento de egressos e criação de oportunidades de formação continuada.

A Política Institucional de atendimento estudantil promove o acolhimento, a permanência e o acompanhamento de todos os estudantes da PUC Goiás, considerando suas necessidades e singularidades no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. Compõe-se de planos, programas, projetos, benefícios e ações estruturantes e articuladas às demais políticas institucionais: do acesso ampliado à universidade; do estímulo e da permanência do estudante nas atividades de ensino, pesquisa e extensão; da qualidade do desempenho acadêmico; da formação humana e integral; do desenvolvimento de condições à cultura, ao esporte e ao lazer; e da inclusão e acessibilidade para estudantes com deficiências e/ou necessidades educacionais específicas.

A PUC Goiás oferece diferentes modalidades de apoio aos estudantes de forma a integrá-los na vida acadêmica: acesso aos laboratórios, em especial os de informática; acesso gratuito à internet conectada a inúmeros serviços da Instituição; acesso à Biblioteca Virtual; acesso ao Portal de Periódico da CAPES; acompanhamento de estudantes com dificuldades de aprendizagens; apoio didático-pedagógico aos estudantes com direitos especiais; suporte psicopedagógico; oferecimento de cursos básicos *online* com tutoria; programas de bolsa e financiamento; e política de permanência.

A PROEX através da CAE desenvolve ações que visam à inclusão e à permanência na Universidade de estudantes que necessitem de apoio financeiro e psicológico.

Nesse sentido, organiza as seguintes bolsas disponibilizadas pela PUC Goiás aos estudantes:

- Bolsa Social – criada em 2010, por meio do Vestibular Social, oferece 50% de descontos para graduandos com perfil socioeconômico pré-definido;
- Bolsa do Fundo Educacional – destinada aos acadêmicos da graduação, que são funcionários da PUC Goiás ou seus dependentes;
- Bolsa de Incentivo à Cultura – oferecida a acadêmicos que participam de atividades artísticas e culturais como: dança, teatro, música e arte visuais;
- Bolsa Monitoria – concedida aos acadêmicos monitores que, sob a orientação de professores, realizam trabalhos voltados para o ensino, integrados com a pesquisa e a extensão;

- Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq – destinada a acadêmicos que participam de projetos de pesquisa, sob a orientação de professores;
- Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID/Capes - concedida a acadêmicos no desenvolvimento de iniciação à docência no contexto escolar, sob a supervisão de um professor;
- Bolsa de Iniciação Científica Institucional – BIC/PUC Goiás – oferecida a acadêmicos que participam de projetos de pesquisa, sob a orientação de docentes;
- Bolsa de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovações – PIBIT/CNPq – oferecidas a acadêmicos que desenvolvem projetos nessa área, sob a orientação de professores;
- Bolsa Prouni – concedida a acadêmicos não portadores de diploma de curso superior, oriundos de escola pública, ou que estudaram em escola particular com bolsa integral;
- Bolsa Universitária – concedida pelo Governo de Goiás, por meio da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), levando em conta critérios socioeconômicos e desempenho acadêmico;
- Bolsa Empresarial – concedida por empresas mediante doações, que serão deduzidas no Imposto de Renda;
- Bolsa Prefeitura Municipal – concedida por prefeituras que dispõem de legislação específica, para destinação de recursos para bolsas de estudo a alunos do município que estudam na PUC Goiás.

Neste conjunto de bolsas aos estudantes, a CAE, também organiza os seguintes programas de financiamento e descontos nas mensalidades oferecidos pela PUC Goiás, a saber:

- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies – programa do Ministério da Educação que financia 100% do valor das mensalidades na graduação;
- Parceria PUC Goiás/Pravaler – crédito universitário por meio do qual o aluno paga 50% da mensalidade depois de formado;
- Benefício Família – desconto concedido pela PUC Goiás a famílias que têm mais de um estudante de graduação matriculado na Instituição;
- Crédito Educativo da PUC Goiás – CEI/Fundaplub – crédito educativo concedido a acadêmicos que necessitam de apoio financeiro para realizar seus estudos.

Para além dos programas de bolsa e financiamento, a CAE, oferece apoio acadêmico e orientação, gratuitamente, para os estudantes de todos os cur-

tos da Universidade que apresentem dificuldades acadêmicas e pessoais, por meio dos Programas de Qualidade de Vida, que disponibilizam aos estudantes atendimento em Grupos de Desenvolvimento de Habilidades Sociais e em orientação e Apoio Psicológico individual. Essas atividades de atendimento ao estudante buscam, portanto, criar condições favoráveis ao desenvolvimento integral de sua personalidade e a sua permanência até a conclusão do curso, contribuindo, assim, para qualificar a formação acadêmica, profissional e ética dos seus estudantes.

Ainda, desenvolve política de apoio e articulação ao movimento estudantil organizado e, também, o Programa de Acompanhamento de Egressos, visando a realimentar as propostas curriculares e a formação continuada. Como também, organiza e administra a Casa do Estudante Universitário (CEU), mantida com recursos próprios da PUC Goiás, que oferece moradia a estudantes do interior de Goiás, de outros estados e até de outros países.

9.1 MODALIDADES DE ACESSO E SELEÇÃO

O Processo Seletivo da Instituição é aplicado:

- aos candidatos oriundos do Ensino Médio (Vestibular);
- aos candidatos de outras IES (Transferência Externa);
- aos candidatos graduandos pela PUC-Goiás, que desejem mudar de curso (Reopção de Curso); e
- aos candidatos já graduados e que pretendem cursar outra graduação (Portadores de Diploma).

No que tange ao ingresso pelo Vestibular, o candidato deve optar por uma das modalidades a seguir, exceto para cursos em que só há uma modalidade disponível (conforme editais específicos):

- Modalidade I: Análise do boletim individual de resultado do Exame Nacional de Ensino Médio/ENEM, desde que tenha a média das notas obtidas nas provas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias igual ou superior a 400,0 (quatrocentos) pontos e Redação com nota mínima de 300,0 (trezentos) pontos.
- Modalidade II – Realização de provas de Linguagens, Códigos e Ciências Sociais, Língua Estrangeira, Ciência da Natureza, Matemática e Redação em Língua Portuguesa.

A avaliação para ingresso, aplicada a portadores de diplomas, transferência externa e reopção de curso, é de responsabilidade das unidades acadêmico-administrativas e o acesso é realizado por meio de duas modalidades:

- Modalidade I - Avaliação Curricular e/ou entrevista.
- Modalidade II - Avaliação escrita e curricular e/ou entrevista. Após a aprovação dos estudantes, é necessário um processo de nivelamento obrigatório como critério de permanência na Instituição.

9.2 ESTÍMULO À PERMANÊNCIA E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Para assegurar a permanência do estudante, a Instituição oferece programas próprios e governamentais, que inclui bolsas e financiamentos. Assim, a assistência estudantil na PUC Goiás amplia as possibilidades de desenvolvimento dos seus estudantes, por meio de atividades que atendam às demandas biopsicossociais apresentadas pelos estudantes, que perpassam o processo educativo, contribuindo para sua formação integral, permanência e manutenção na Instituição, e para a redução da evasão.

A PUC Goiás desenvolve os programas de assistência ao estudante que visam contribuir com a permanência e a qualificação da sua vida acadêmica:

a) Programas de Bolsas de Estudo:

- Bolsa Social – Vestibular Social
- Programa Universidade para Todos – PROUNI
- Bolsa Universitária – Organização das Voluntárias de Goiás (OVG)
- Bolsa de Iniciação Científica (OVG)
- Bolsa de Incentivo à Cultura – Bolsa de Iniciação Científica (BIC)
- Bolsa Iniciação Científica – BIC/PUC
- Bolsa PIBIC e PIBITI/CNPq
- Bolsa Monitoria
- Bolsa Prefeitura Municipal
- Bolsa Empresarial

b) Programas de Apoio:

- Programa de Moradia Estudantil
- Programas de Qualidade de Vida Acadêmica

Conta também com programas de financiamentos e descontos nas mensalidades:

- Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)

- CEI – Crédito Educativo Interno/ Fundação Aplub de Crédito Educativo (FUNDAPLUB)
- PRAVALER – Programa de Crédito Universitário

9.3 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

A participação dos estudantes e de suas organizações acadêmicas estudantis é assegurada nos colegiados da Instituição, de acordo com o Estatuto, o Regimento Geral da Universidade e o regulamento de cada programa. A PUC Goiás disponibiliza às entidades estudantis o espaço físico para sua organização autônoma.

A Universidade apoia e promove práticas desportivas a partir das Atléticas. Ademais, encampa e possibilita a criação de Ligas Universitárias cuja função é a promoção e atuação em uma área específica do conhecimento.

Nesta direção, é importante salientar o apoio institucional ao movimento estudantil, legitimamente organizado, cujo acompanhamento se dá sob responsabilidade da Proex.

9.4 OPERACIONALIZAÇÃO DA DIMENSÃO POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Qualificar o atendimento ao estudante.	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir atendimento necessário aos estudantes atendendo necessidades específicas.
Acompanhar os egressos da PUC Goiás e sua inserção na vida profissional.	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimorar os processos que constituem a Política de Egressos na PUC Goiás.

Quadro 9 - Operacionalização da Dimensão Política de Atendimento aos Estudantes.

10 SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Essa dimensão trata das políticas de captação, alocação e aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

A PUC Goiás, orientada por suas políticas institucionais e respeito à legislação educacional e ao seu projeto pedagógico, financia suas atividades acadêmicas e administrativas com recursos próprios, de forma a garantir sua sustentabilidade financeira compatibilizando e mantendo o equilíbrio entre:

- a demanda constante e crescente de qualidade na oferta dos serviços educacionais e nos projetos de desenvolvimento de pessoal;
- o controle das despesas de custeio e de investimentos;
- o atendimento às exigências legais.

Aprimorar a geração e a alocação adequada de recursos é condição essencial para a sustentabilidade da Universidade. Na PUC Goiás, esse equilíbrio deverá pautar-se pela otimização no uso dos recursos e pelo comprometimento com os resultados e o desempenho global da Instituição. Toda a atividade econômico-financeira na instituição é desenvolvida de acordo com as normas do seu Estatuto e do Estatuto da SGC.

10.1 FONTES DE RECURSOS FINANCEIROS

As fontes de recursos financeiros da Instituição são, em sua quase totalidade, provenientes das mensalidades escolares. Os demais recursos são originados por:

- receitas de serviços: recursos originários de atividades típicas de prestação de serviços, relacionados com as atividades acadêmicas ou administrativas;
- receitas patrimoniais: recursos financeiros resultantes da fruição por terceiros de bens e valores da Universidade, como aluguéis, arrendamentos e outros, provenientes de bens móveis e imóveis;
- receitas financeiras: decorrentes de recebimento de juros, correção monetária e outros proventos de aplicações no mercado;
- receitas várias: provenientes de órgãos de fomento de pesquisa e extensão, por meio de editais de financiamentos e de incentivos à cultura.

10.2 INSTRUMENTO GERENCIAL: ORÇAMENTO PROGRAMA

Para assegurar recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de programas, projetos e ações do ensino, da pesquisa e da extensão, utiliza-se o instrumento gerencial “Orçamento Programa”, que é elaborado e aprovado anualmente. Por meio desse programa, a alocação de recursos necessários às diversas atividades acadêmicas é efetuada de acordo com as ações previstas nas Matrizes do PDI, elaboradas pelas diversas unidades acadêmicas e administrativas e aprovadas no CEPE e no COU. O “Orçamento Programa” quantifica os recursos necessários para uma adequada execução das ações aprovadas e em fase de implementação; provisiona recursos para novos projetos e prevê despesas com novas atividades decorrentes da conclusão de projetos. Indica, enfim, as possíveis fontes de recursos orçamentários.

Para alcançar a excelência na prática acadêmica, a PUC Goiás estabelece critérios que possam viabilizar a sustentabilidade econômico-financeira da instituição:

- otimizar a gestão administrativo-financeira e a distribuição dos recursos institucionais;
- implementar ações que visem à redução de gastos;
- criar programas de incentivos que estimulem a adimplência;
- reduzir progressivamente a participação originada de anuidade/mensalidade, em relação à receita total.

10.3 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: PARÂMETROS DE DISTRIBUIÇÃO

Na elaboração da matriz de distribuição dos recursos orçamentários destinados às unidades acadêmico-administrativas da Universidade, considerar-se-ão os seguintes parâmetros:

- número de estudantes ingressantes e concluintes;
- oferta de cursos de graduação e pós-graduação;
- produção de conhecimentos pela pesquisa, registros e patentes;
- relação estudantes/docente;
- resultados das Avaliações do SINAES nos cursos de graduação;
- resultados da Avaliação/Conceituação da CAPES nos programas de mestrado e doutorado;
- relevância social dos Programas Institucionais de Extensão;
- convênios com agências de fomento (Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecno-

lógico – FNDCT, CNPq e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG)), entre outras;

- sustentabilidade financeira.

10.4 OPERACIONALIZAÇÃO DA DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS
Compatibilizar a sustentabilidade financeira, qualidade acadêmica e compromisso social.	<ul style="list-style-type: none">• Garantir o equilíbrio econômico-financeiro.• Otimizar a distribuição dos recursos institucionais.

Quadro 10 - Operacionalização da Dimensão Sustentabilidade Financeira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil* (CF). Senado Federal, Brasília, 1988.

_____. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. *Diário Oficial [da] União*. Brasília, 10 maio 2006a.

_____. Decreto nº 47.041, de 17 de outubro de 1959. Concede à Universidade de Goiás regalias de Universidade livre equiparada e aprova o seu Estatuto. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, seção 1, p. 22161, 19 out. 1959.

_____. Decreto nº 68.917, de 14 de julho de 1971. Altera denominação da “Universidade de Goiás” para “Universidade Católica de Goiás” e aprova modificação do seu Estatuto. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 19 de julho de 1971, seção 1, p. 5553.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União*, Brasília, 3 dez. 1968.

_____. Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

_____. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 abr. 2004.

_____. Ministério da Educação: *Avaliação externa das instituições de ensino superior: diretrizes e instrumento*. Brasília: MEC/Inep, 2006b.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 3 dez. 1968.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, p. 27.833, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação: Portaria / MEC nº 1.166, publicada no *Diário Oficial [da] União* de 06/12/2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces220_07>.

_____. Ministério da Educação: Resolução CONAES nº 01 de 17 de junho de 2010; Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task>.

_____. Ministério da Educação: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Exigências Evangélicas e Éticas de superação da miséria e da Fome: “Alimento, dom de Deus, direito de todos.” Documento da CNBB 69. 7. ed. 2002.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA – CNPq. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp/o-que-e>> Acesso em: 17 nov. 2016.

CRUZ, Washington. A universidade católica no coração do mundo. *Jubilaeus universitate*, 17 out. 2009.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – ForGRAD. Resgatando espaços e construindo ideias: ForGRAD 1997 a 2003. Ed. Roberto Quental Coutinho; Jacira Guiro Marino (Orgs.). Recife: Universitária UFPE, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=go> Acesso em: 09 nov. 2016.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS. Disponível em: <http://www.imb.go.gov.br/pub/godados/2014/2.7_Vegetacao.htm>. Acesso em: 09 nov. 2015.

JOÃO PAULO II. *Ex Corde Ecclesiae*: Constituição apostólica sobre as universidades católicas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. (Documentos Pontifícios, 238).

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

OLIVEIRA, J. P. R de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. Planejamento realizado no dia 25/11/2009. PUC Goiás, 2009.

_____. *Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012.

_____. *Estatuto da Pontifícia Universidade Católica de Goiás*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015.

_____. *Regulamento geral dos programas de Pós-Graduação Stricto Sensu*. Goiânia: Ed. da UCG, 2010.

SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA, *Estatuto da Sociedade Goiana de Cultura*. Goiânia, 1992.

STEVAM, Luís Antônio; CAMPOS JR., Paulo Borges. Caminhando nos trilhos da ocupação econômica de Goiás. *Revista CEPPG*. Ano 15, n. 27, p; 60-84, 2º Semestre 2012.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, Contribuições elaboradas pelos Grupos no I Fórum de Avaliação, 2009.

_____. *A extensão e a ação comunitária*. Goiânia: Ed. da UCG, 1999.

_____. *Estatuto da Universidade Católica de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

_____. *Plano estratégico de gestão participativa 2003-2006 – PEGP*. Goiânia: Ed. da UCG, 2003.

_____. *Política de pesquisa*. Goiânia: Ed. da UCG, outubro, 2006.

_____. *Plano estratégico de gestão participativa 2007-2010 – PEGP*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

_____. *Plano Trienal da Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis 1998-2000*. Goiânia: Ed. da UCG, 1997.

_____. *Políticas e diretrizes do ensino de graduação*. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

_____. *Políticas de extensão*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006a.

_____. *Políticas de pesquisa*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006b.

_____. *Projeto acadêmico da UCG: processo em construção*. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.

_____. *Política de Monitoria*. Goiânia: Ed. da UCG, 2008.

_____. *Regimento geral*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006c.